



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**MARIANA SANTIAGO TAVARES CORRÊA**

MULHERES EM DISPUTA: enfrentamentos das violências de gênero e doméstica em  
Santo Antônio de Pádua/RJ

Rio de Janeiro

2023

MARIANA SANTIAGO TAVARES CORRÊA

**MULHERES EM DISPUTA: enfrentamentos das violências de gênero e doméstica em  
Santo Antônio de Pádua/RJ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, de instituições de ensino superior associadas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Bioética orientada pela Professora Doutora Maria Clara Dias e coorientada pelo Professor Doutor Fabio Alves Gomes de Oliveira.

Rio de Janeiro

2023

## CIP - Catalogação na Publicação

C333m      Corrêa, Mariana Santiago Tavares  
MULHERES EM DISPUTA: enfrentamentos das  
violências de gênero e doméstica em Santo Antônio de  
Pádua/RJ / Mariana Santiago Tavares Corrêa. -- Rio  
de Janeiro, 2023.  
125 f.

Orientadora: Maria Clara Dias.  
Coorientador: Fabio Alves Gomes de Oliveira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Instituto de Estudos em Saude  
Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética  
Aplicada e Saude Coletiva, 2023.

1. violência de gênero e doméstica. 2. violência  
contra as mulheres. 3. Feminismo Decolonial. 4.  
colonialidade de gênero . 5. interior. I. Dias,  
Maria Clara, orient. II. Oliveira, Fabio Alves  
Gomes de, coorient. III. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIANA SANTIAGO TAVARES CORRÊA

MULHERES EM DISPUTA: enfrentamentos das violências de gênero e doméstica em  
Santo Antônio de Pádua/RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, em associação UFRJ-FIOCRUZ-UERJ-UFF, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Bioética Aplicada e Saúde Coletiva.

Aprovada em: 14 de abril de 2023.

---

Profa. Dra. Maria Clara Dias (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof. Dr. Fabio Alves Gomes de Oliveira (Coorientador)  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Profa. Dra. Luciana Simas Chaves de Moraes (Titular)  
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

---

Profa. Dra. Francisca Marli Rodrigues de Andrade (Titular)  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Profa. Dra. Suane Felipe Soares (Suplente)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Dedico este trabalho à minha mãe, Ana Santiago, que tanto lutou por mim, dedicou seu amor e cuidado. Por você, à sua memória. Também à minha filha, Ana, que está a caminho, que me motivou ser ainda mais resiliente e forte.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por ser minha maior força e proteção.

Às mulheres paduanas, pela troca e afetividade durante as experiências vividas.

Ao meu companheiro Bruno, por sempre me apoiar e me inspirar constantemente a ter uma pesquisa comprometida.

À minha filha de quatro patas Matilda, que alegra todos os meus dias e por ter sido companheira fiel durante o processo de escrita.

Ao meu irmão Luiz Otávio, que é minha maior fonte de inspiração e coragem.

À minha orientadora Maria Clara Dias, pela confiança e principalmente por todas as orientações, ensinamentos e tempo dedicado para que essa pesquisa fosse possível.

Ao meu coorientador Fabio Oliveira, por todas as trocas, diálogos e incentivo. Gratidão por mais uma vez acompanhar de perto minha trajetória acadêmica.

Em especial, minha amiga Guadalupe Simplício, que desde a graduação tem compartilhado comigo a trajetória de pesquisadora e por ter embarcado também nesta jornada do mestrado.

Agradeço ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Cidade Nova, e toda sua equipe, desde a coordenadora, a psicóloga, assistente social, por terem possibilitado realizar a Roda de Conversa neste espaço.

Ao Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES/UFF), que também oportunizou essa colaboração para que os encontros fossem realizados neste espaço. Assim como o GT pela Diversidade e GT de Acolhimento – INFES/UFF, pela parceria e cooperação.

Às(aos) colegas e professores do PPGBIOS, por tantas trocas e partilhas durante esses anos.

A todos amigos e familiares que me incentivaram e acreditaram que seria possível.

*Por que sou levada a escrever?  
Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta.  
Porque não tenho escolha.  
Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também.*

**Glória Anzaldúa**

## RESUMO

CORRÊA, Mariana Santiago Tavares. **Mulheres em disputa**: enfrentamentos das violências de gênero e doméstica em Santo Antônio de Pádua/RJ. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – PPGBIOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Vivemos em uma sociedade marcada pelas relações de dominação sobre os corpos e vidas das mulheres, atravessados pela lógica hegemônica e da colonialidade de gênero que tentam diariamente impor as relações patriarcais e colocam em evidência as bases da opressão contra as mulheres. Essas relações podem ser situadas de diferentes formas, considerando o território em que esses corpos estão localizados. A partir de uma perspectiva epistemológica, buscamos compreender como as articulações têm sido gestadas na cidade de Santo Antônio de Pádua-RJ, no contexto da violência de gênero e doméstica contra as mulheres, à luz do Feminismo Decolonial. Compreende-se que a matriz teórica do Feminismo Decolonial oportuniza identificar a dimensão sistemática e estrutural sobre as quais essas violências se materializam de diferentes formas nos corpos dessas mulheres do Sul Global, em especial sobre os corpos e regiões localizados no interior. Ao assumir tal desafio, o desenvolvimento da pesquisa tem como objetivo mostrar a invisibilização que as produções e articulações de mulheres no interior possuem, assim como buscar descrever e visibilizar novas práticas no enfrentamento da violência de gênero e doméstica no município de Santo Antônio de Pádua, localizado no Noroeste Fluminense. Com intuito de estruturar essas bases, pensamos o marco teórico/metodológico da pesquisa a partir de uma perspectiva decolonial, construído coletivamente por meio das Rodas de Conversas – Projeto Nós Pádua. E o ecoar das vozes das protagonistas que participaram desses encontros rompem o silenciamento, gestados por meio de um diário de campo que traz a realidade dessas insurgências.

Palavras-chave: Violência de gênero e doméstica. Violência contra as mulheres. Feminismo decolonial. Colonialidade de gênero. Interior.

## ABSTRACT

CORRÊA, Mariana Santiago Tavares. **Women in dispute**: confronting gender and domestic violence in Santo Antônio de Pádua/RJ. Dissertation (Master in Bioethics, Applied Ethics and Collective Health) – PPGBIOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

We live in a society marked by relations of domination over women's bodies and lives, crossed by the hegemonic logic and gender coloniality that try to impose patriarchal relations on a daily basis and highlight the bases of oppression against women. These relationships can be situated in different ways, considering the territory in which these bodies are located. From an epistemological perspective, we seek to understand how the articulations have been created in the city of Santo Antônio de Pádua-RJ, in the context of gender and domestic violence against women, in the light of Decolonial Feminism. It is understood that the theoretical matrix of Decolonial Feminism makes it possible to identify the systematic and structural dimension on which this violence materializes in different ways in the bodies of these women from the Global South, especially on the bodies and regions located in the interior. By taking on this challenge, the development of the research aims to show the invisibilization that the productions and articulations of women in the interior have, as well as to seek to describe and make visible new practices in the confrontation of gender and domestic violence in the municipality of Santo Antônio de Pádua, located in Northwest Fluminense. In order to structure these bases, we thought of the theoretical/methodological framework of the research from a decolonial perspective, built collectively through the Rodas de Conversas – Projeto Nós Pádua. And the echoing of the voices of the protagonists who participated in these meetings break the silencing, gestated through a field diary that brings the reality of these insurgencies.

Keywords: Gender and domestic violence. Violence against women. Decolonial feminism. Gender coloniality. Interior.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias analíticas da pesquisa .....	30
Figura 2 – Cidades localizadas no interior .....	35
Figura 3 – Localização de Santo Antônio de Pádua.....	43
Figura 4 – Ranking do IDHM em 2000 e 2010, PIB per capita em 2013, percentual de pobres, coeficiente de GINI e renda domiciliar per capita: Estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e Municípios, 2010 .....	44
Figura 5 – População de Santo Antônio de Pádua/RJ .....	46
Figura 6 – Sistematização dos elementos fundamentais na construção das lutas sociais no enfrentamento da violência de gênero e contra as mulheres em Santo Antônio de Pádua – RJ55	
Figura 7 – Gráfico mulheres vítimas de violência doméstica – regiões do Estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e valores percentuais).....	79
Figura 8 – Gráfico perfil etário das mulheres vítimas por tipo de violência – Estado do Rio de Janeiro – 2020 (valores percentuais) .....	79
Figura 9 – Gráfico perfil racial das mulheres vítimas por tipo de violência – Estado do Rio de Janeiro – 2020 (valores percentuais) .....	80
Figura 10 – Sistematização do campo metodológico da pesquisa .....	85
Figura 11 – Ciclos de Planejamento da Pesquisa .....	86
Figura 12 – Triangulação das fontes metodológicas .....	88
Figura 13 – Dados de casos acompanhados pela Patrulha Maria da Penha em Sto. Ant. de Pádua .....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Divisão de teses e dissertações ao longo dos 27 anos .....	27
Gráfico 2 – Divisão nos últimos três anos .....	29
Gráfico 3 – Divisão por Estados.....	34
Gráfico 4 – Divisão por nomenclaturas .....	35
Gráfico 5 – Grande Área de Conhecimento .....	37
Gráfico 6 – Áreas de Conhecimento .....	39
Gráfico 7 – Áreas de Avaliação.....	40

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão de Dissertações e Teses nos últimos 27 anos .....	27
Tabela 2 – Pesquisas que apresentaram nomes de territoriais nos títulos .....	31
Tabela 3 – Pesquisas realizadas em cidades do interior .....	36
Tabela 4 – Mapeamento das atividades e eventos em torno da violência de gênero em Santo Antônio de Pádua/RJ nos últimos 5 anos .....	56
Tabela 5 – Ciclos de Planejamento da pesquisa .....	87
Tabela 6 – Cronograma dos encontros Roda de Conversa do Projeto Nós Pádua 2022 .....	92
Tabela 7 – Identificação das participantes da Roda de Conversa do Projeto Nós Pádua 2022	93

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IE	Instituição de Ensino
IFF	Instituto Federal Fluminense
INFES	Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior
PdF	Perspectiva dos Funcionamentos
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 ESTADO DA ARTE: VIOLÊNCIA DE GÊNERO .....</b>	<b>25</b>
2.1 DIVISÃO POR ANOS .....	26
2.2 PESQUISAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 .....	29
2.3 ENTRE DADOS E DISCUSSÕES: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS TESES E DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2020 A 2022 .....	31
<b>3 CONFRONTANDO O <i>ESPAÇO-TEMPO DO LÓCUS</i> DA PESQUISA.....</b>	<b>42</b>
3.1 HISTÓRIA DO LUGAR: CONTEXTUALIZANDO A CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA .....	42
3.2 ELEMENTOS SOCIOCULTURAIS E POLÍTICOS DA HISTÓRIA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.....	47
3.3 PERCURSOS E PERCALÇOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ .....	50
<b>4 DELINEAMENTO TEÓRICO/METODOLÓGICO: TERRITÓRIO, DECOLONIALIDADE E INTERSECÇÕES.....</b>	<b>61</b>
4.1 AS FACES DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL E DO INTERIOR.....	61
4.2 PROPOSIÇÕES E ARRANJOS DA PESQUISA EM FOCO: INTERSECCIONALIDADE E SOBREPOSIÇÃO DAS VIOLÊNCIAS VIVIDAS.....	71
4.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES E A PANDEMIA DA COVID-19: ADOTANDO UM OLHAR DECOLONIAL .....	76
4.4 METODOLOGIA: PERSPECTIVA DOS FUNCIONAMENTOS E PESQUISA FEMINISTA.....	84
<b>4.4.1 Práticas Interventivas .....</b>	<b>90</b>
<b>4.4.2 Rodas de Conversa: Projeto Nós Pádua.....</b>	<b>91</b>
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>95</b>
5.1 MOTIVAÇÕES PARA CONFRONTAR AS HERANÇAS COLONIAIS E O FEMINISMO HEGEMÔNICO NO <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA .....	95
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>121</b>

ANEXO A – DESCRITIVO – PROJETO NÓS PÁDUA.....	122
ANEXO B – IMAGEM-CONVITE – PROJETO NÓS PÁDUA.....	123
ANEXO C – CALENDÁRIO – PROJETO NÓS PÁDUA.....	124
ANEXO D – CONVITE – PROJETO NÓS PÁDUA.....	125

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que foi gestado por meio da violência (ANDRADE; TAVARES, 2020). Isso significa afirmar que o processo de colonização foi um evento sistemático de violências. As consequências deixadas corroboram por um processo amplo que estruturou um sistema de poder que ainda atravessa diversas relações sociais em nossa sociedade. Essas relações são atravessadas pelo controle, autoridade e pelo patriarcado. Todos esses cerceamentos colocam em evidência as bases da opressão contra as mulheres, garantidos, por sua vez, no racismo, na homolesbotransfobia entre outros “ismos de dominação” (ROSENDO, 2012). Essas ordenações são produtos dos múltiplos sistemas de dominação, como o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (MONJE; OLIVEIRA, 2022).

O advento do feminismo surge desde uma perspectiva histórica – para alguns pesquisadores/as divididas em ondas: primeira, segunda e terceira. Esses feminismos hegemônicos do Norte Global mantiveram o foco na categoria de gênero e na construção universal da “sujeita mulher” (MONJE; OLIVEIRA, 2022). Esse sistema dominante inclina-se a sobreviver e reproduzir hierarquias dentro de grupos sociais, se sustentando ao longo dos anos na descaracterização e invisibilização de mulheres indígenas, racializadas, subalternas, colonizadas e escravizadas, reforçando os privilégios brancos.

Os feminismos atualmente têm sido pluralizados em suas vozes, a partir, principalmente, da contestação dos movimentos sociais de mulheres negras, trans, travestis, chicanas, indígenas, latino-americanas. Estas protagonistas revogam o feminismo que, até então, era dominado por narrativas hegemônicas e implementam feminismos plurais; feminismos estes que questionam o sistema de negação e opressão, observando a raiz originária dessas dominações para conseguirem questionar sua lógica e buscar estratégias de luta para um futuro comum (MONJE; OLIVEIRA, 2022).

Logo, este trabalho situa-se nas análises a partir desses feminismos plurais e dos feminismos decoloniais, fundamentado em numa realidade de uma cidade no interior, para, então, pensar em ações de combate e enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres. Buscamos não somente compreender o interior a partir dos feminismos decoloniais, mas tentamos interiorizar o Feminismo Decolonial para compreender o contexto das cidades fora das grandes metrópoles, a fim de pautar um Feminismo Decolonial do interior.

Diante e a partir desse contexto, enquanto mulher, feminista, pesquisadora, fui levada a destrinchar novas perspectivas que pudessem abrir fronteiras e que me permitissem compreender com mais afinco a violência de gênero contra as mulheres no interior, e também

compreender os atravessamentos que foram sendo incorporados em toda estrutura territorial, desde a perspectiva política, econômica e social. Ou seja, fui convidada a não somente confrontar e desestabilizar os cenários de violência doméstica no *lócus* da pesquisa, mas, sobretudo, dialogar com novas matrizes de pensamentos feministas, tais como a decolonial e interseccional, para pensar como as violências já vinham sendo gestadas por um movimento cíclico e adaptável arquetipo, fruto da conjugação entre machismo, patriarcado, sexismo, racismo e capitalismo. Conseqüentemente, a partir desse encontro, este trabalho representa o repensar da noção de violência e, conseqüentemente, da violência de gênero contra as mulheres no interior, desde uma perspectiva teórica que propicia um giro epistemológico decolonial que seja, ele mesmo, feminista (QUIJANO, 2003; MIGNOLO, 2005; WALSH, 2013).

Para tal feito, foi preciso que eu me sentasse para tomar um café com as autoras que *falam outras línguas*<sup>1</sup> e conectar-me com as histórias que nunca foram contadas para mim até agora; histórias abafadas pelo saber hegemônico patriarcal-colonial-capitalista. E, desde então, o giro epistemológico ao qual me referi tem não somente me impactado, mas tem sugerido a necessidade de descolonizar o pensamento, inclusive a plataforma do feminismo hegemônico. Por isso, trata-se de um processo em constante mudança, no qual ainda estou caminhando e tracei ao longo desta escrita, cujo propósito tem sido o de uma atitude transgressiva (BELL HOOKS, 2002).

Dessa forma, as motivações aqui expostas partiram de universos ainda impensados, por meio de um *espaço-tempo* e de uma insubordinação da escrita. Durante esse café decolonial, foi possível desvelar novas formas de compreensão deste *espaço-tempo* que propiciam questionar a violência de gênero contra as mulheres que vivem nas margens, pela ótica do Feminismo Decolonial. Aqui, proponho pensar como as relações patriarcais podem se materializar de diferentes formas contra os corpos de mulheres do Sul Global. Portanto, este incômodo que aqui gesto na qualidade de hipótese, surge a partir de uma difícil perspectiva epistemológica que visa o entendimento sobre articulações das violências contra mulheres que vivem, em especial, em Santo Antônio de Pádua.

O município de Santo Antônio de Pádua<sup>2</sup> fica localizado na região Noroeste Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Érika Oliveira, no seu artigo *A docência como uma performance feminista*, onde afirma que (2020, p. 7): “outras línguas”, línguas faladas por pensadoras feministas e decoloniais e, também, por autoras(es) do pensamento negro”.

<sup>2</sup> Santo Antônio de Pádua (RJ). Câmara. Disponível em: <https://www.santoantoniodepadua.rj.leg.br/institucional/historia> Acesso em: 23 jan. 2022.

Estatística – IBGE<sup>3</sup>, o número de habitantes estimado é de 42.705 pessoas, segundo o censo de 2021. O censo de 2010 aponta que 19.691 são homens e 20.628 são mulheres. Em 2019, a média do salário mensal era de 1.8 salários-mínimos. Com relação à proporção de pessoas ocupadas – em relação à população total – era de 22,6%. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salários-mínimos - 33,8 % da população, censo de 2010.

Construir uma narrativa por meio dessas interlocuções, para pensar a violência de gênero e doméstica à luz Feminismo Decolonial em Santo Antônio de Pádua, representa dar continuidade a uma pesquisa já inaugurada durante meu Trabalho de Conclusão de Curso<sup>4</sup>, mas também assume um caráter de ineditismo ao introduzir um marco teórico fundamentalmente feminista decolonial. A crítica ao feminismo eurocentrado desde a decolonialidade permite, sobretudo, um deslocamento epistemológico. Deste modo, encontramos nessas críticas a possibilidade de pensar a partir de um contexto social e político específico, muitas vezes negligenciado pelas formulações abstratas e abrangentes – o suficiente para reproduzir injustiças. Sendo assim, o tema dessa dissertação é pensado desde a cidade de Santo Antônio de Pádua, considerando as ferramentas que utilizamos para confrontar os fantasmas coloniais que assombram esse território.

Ao longo deste trabalho, pretendo discorrer sobre novas formas de pensar a relação entre violência de gênero contra as mulheres, não somente no âmbito doméstico, mas também sobre a materialização das relações patriarcais que atravessam os corpos e vidas das mulheres no *locus* da pesquisa. Portanto, dialogar com o Feminismo Decolonial significou acreditar que, ao contestar as colonialidades, esta “aponta caminhos de avanço político agora na chave latino-americana” (HOLLANDA, 2020, p. 12). Logo, assumir uma perspectiva decolonial do feminismo possibilita o compromisso com uma escrita baseada em uma revisão epistemológica radical das lógicas que ainda assaltam os feminismos eurocentrados (HOLLANDA, 2020).

Dialogando nessa rede, convido a cada pensadora para esse encontro com as autoras aqui selecionadas (não esgotadas) que ajudam a construir e consolidar o pensamento feminista decolonial, visando a confrontar as opressões e violações enfrentadas pelas mulheres em todos

---

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades: Santo Antônio de Pádua. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/santo-antonio-de-padua/panorama> Acesso em: 23 jan. 2022.

<sup>4</sup> CORRÊA, Mariana Santiago Tavares. *Educação Em Movimentos Contribuições Da Pedagogia No Enfrentamento à Violência Doméstica*. Orientadora: Francisca Marli Rodrigues de Andrade. 2019. 130f. TCC (Graduação) – Curso Pedagogia. Universidade Federal Fluminense do Instituto do Noroeste Fluminense, Santo Antônio de Pádua, 2018.

os campos sociais, políticos, raciais, sexuais e ambientais, considerando que “a consciência da violência e opressão dos processos colonizadores faz surgir um campo de reflexão com o qual o feminismo passa a dialogar” (HOLLANDA, 2020, p. 14).

Posto isso, o intuito principal aqui é ouvir as vozes que foram silenciadas através de um diálogo. Logo, todo o trabalho irá se configurar nesta dialogicidade, desde a visão das autoras e a narrativa a partir dessas interconexões das rodas de conversas em Santo Antônio de Pádua. Por isso, não se trata de uma linha linear do que foi construído pelas autoras, mas uma forma de integrar esses escritos e possibilitar novos horizontes de uma escrita que dialogue junto com essas transgressões. Dialogar em redes requer deixar que surjam novas versões a partir destes encontros com as leituras, sublinhando outras formas de ouvir as histórias de dor vividas por tantas mulheres. Esse processo requer ser movida por uma sensibilidade empática, de entender as violências *com* outros olhares e escutas que não nos limitem pelas narrativas e lentes da colonialidade, bem como atrofiadas pelo machismo, racismo e pelas relações patriarcais que as permeiam.

Essas lentes da colonialidade têm exposto o retrocesso identificado nas estatísticas e nas pesquisas, que a segunda década do século XXI tem sido tão inesperada quanto assustadora (HOLLANDA, 2020). Neste sentido, o panorama sobre o qual nos encontramos é de profunda urgência para um enfrentamento contra o indissociável patriarcado capitalista<sup>5</sup>, a ascensão de um discurso conservador e a falta de políticas efetivas<sup>6</sup>. E entre tais estruturações, a cultura da violência de gênero e doméstica se potencializa desenfreadamente, sobretudo a partir do contexto de pandemia causada pelo vírus da Covid-19.

---

<sup>5</sup> Ou capitalismo patriarcal, conceito defendido por Lélia Gonzalez (2020).

<sup>6</sup> A manchete jornalística afirma que “machismo de Bolsonaro vai custar R\$ 5 milhões para a União”. A juíza Ana Lucia Petri Betto relata que os discursos de Bolsonaro e ministros “reforçam abusivamente a discriminação e o preconceito, estigmatizando as mulheres, impactando negativamente a missão constitucional de modificação dos quadros de desigualdade social, promoção da cidadania e da dignidade humana”. Disponível em: <https://pt.org.br/machismo-de-bolsonaro-vai-custar-r-5-milhoes-para-a-uniao/>. Acesso em: 22 jan. 2022. O relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social” afirma que “Jair Bolsonaro proferiu incontáveis atos de fala antigênero, principalmente através de suas redes sociais, mas também em atos, discursos oficiais e comentários feitos a imprensa. Não raro, suas declarações são replicadas por ministras e ministros, outros membros da administração federal e suas bases políticas como ampla repercussão digital. [...] O *site* de averiguação Aos Fatos, informa que, desde janeiro de 2019, o presidente fez 56 menções à ideologia e não seria excessivo supor que, pelo menos em um terço delas, ele terá se referido à ‘ideologia de gênero’, direta ou indiretamente. [...] Ou seja, desde 2019, essas diatribes e ofensas tem sido ‘normalizadas’ no debate político nacional.” E as consequências disso, potencialmente, podem “estar insuflando os níveis crescentes de violência baseada no gênero contra as mulheres, mulheres trans e travestis, mesmo quando esta correlação não possa ser facilmente demonstrada, em particular em razão dos efeitos concomitantes da COVID-19 no que diz respeito a incidência da violência nos espaços privados”. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/ofensivas-antigenero-no-brasil/#wpcf7-f18339-o1> Acesso em: 23 jan. 2022.

O Brasil, entre o período do mês de março até 31 de dezembro de 2020, registrou um crescimento de 18% no número de denúncias registradas pelo Disque 100 e Ligue 180, dentre as quais mais de 250 mulheres foram vítimas de violência por dia (BRASIL, 2020). O Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, revelou que 80,7% dessas mulheres foram vitimadas pelo próprio companheiro ou ex-companheiro, e o local de suas residências representa o número de 74,9% onde os casos ocorreram. Tais números demonstram que o lar, embora devesse ser o ambiente mais seguro para se proteger do vírus da Covid-19<sup>7</sup>, o refúgio da pandemia acabou se tornando a maior zona de exposição ao que aqui chamamos de “vírus da violência doméstica”. Marcadas pelos diversos tipos de violências, a vida de muitas mulheres correu risco em casa durante a pandemia.

Para tal, ao questionar esses atravessamentos da violência contra as mulheres, buscamos reunir autoras sentando-se na mesa para tomar um café, dialogando com Maria Lugones, Gloria Anzaldúa, Maria Clara Dias, Lélia Gonzalez, Françoise Vergès, entre outras autoras que permitem “entender e denunciar a indiferença que recai sobre as violências sofridas pelas mulheres de cor, vítimas, concomitante, da colonialidade do poder e da colonialidade de gênero” (DIAS, 2020, p. 6). Portanto, isso surge como um passo fundamental para entender e denunciar a estruturação da violência de gênero contra as mulheres, perpassada pelas matrizes coloniais no *locus* da pesquisa.

Entretanto, antes de adentrar nesse giro decolonial, gostaria de destacar que esta dissertação passou por muitos atravessamentos e alterações. A partir da sugestão da banca de qualificação, fomos redesenhando a pesquisa, repensamos muitos elementos, e até mesmo os objetivos passaram por novos alinhamentos, dentre os quais se destaca a identificação de uma inexpressiva produção sobre o tema desde as cidades de interior, onde as violências de gênero se manifestam de forma muito específica em razão de elementos que precisaram ser considerados. Deste modo, a pesquisa carrega em seu título o nome da cidade de Santo Antônio de Pádua, pois esse representa para nós um ato ético-político e, por isso mesmo, um ato em prol visibilidade das mulheres das cidades de interior na produção dos feminismos.

Tendo isso posto, podemos mencionar também que esta pesquisa tem se construído enquanto uma linha de continuidade. O que isso quer dizer? Tenho me debruçado sobre o

---

<sup>7</sup> Após a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificar um estado pandêmico devido à doença da Covid-19, as principais medidas essenciais para diminuir a velocidade da transmissão foram adotadas entre o “distanciamento social” e os cuidados pessoais. A campanha “Fique em Casa” foi lançada relacionada ao isolamento social, que traz consigo o sentido de proteção à vida contra a propagação e prevenção do coronavírus, evitando qualquer tipo de aglomerações. Fonte: Instituto Butantan. Disponível em: <https://coronavirus.butantan.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

tema da violência doméstica contra as mulheres desde a graduação (CORREA, 2018). Naquele primeiro contato com os estudos de gênero, e, especificamente, sobre a violência contra as mulheres no âmbito doméstico, reuni muitas autoras que contribuíram para a minha compreensão das mulheres enquanto sujeitos políticos, bem como me lançou em busca de reivindicar uma vida sem violência para elas e, sobretudo, confrontar os cenários de violência e desestabilizar os mecanismos de opressão, a partir das ações educativas na denúncia e reparação dos atos de violência.

Os horizontes da pesquisa anterior também foram desenvolvidos central e colaborativamente na cidade de Santo Antônio de Pádua por estudantes de pedagogia do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – (UFF/INFES), a partir do estágio do PPE IV, onde cinco estudantes protagonizaram processos educativos voltados ao enfrentamento da violência doméstica e propagação da Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha. Diante desse aspecto, os arranjos e aprendizagens da pesquisa se perpetuaram na consolidação do meu Trabalho de Conclusão de Curso e, mais tarde, no livro *Pedagogias e mulheres em movimentos: enfrentamento da violência doméstica*, 2020, das autoras Francisca Marli Rodrigues de Andrade e Mariana Santiago Tavares Corrêa.

A possibilidade de refletir sobre a temática da violência doméstica contra as mulheres na cidade de Santo Antônio de Pádua, para além de pensar o papel das educadoras e educadores no enfrentamento da violência doméstica anteriormente, colocou em evidência a urgência de continuar lutando por políticas de enfrentamento no município. Dessa forma, para além do âmbito de comprometimento epistêmico<sup>8</sup> dessa pesquisa, revelou-se ainda o meu desejo em dar continuidade em busca de *denúncia e reparação*<sup>9</sup>. Diante dessa perspectiva, considero urgente reconhecer na pesquisa anterior uma plataforma fundamental de onde pautas e possibilidades de diálogo marcam a presente dissertação de mestrado na luta pelos direitos das mulheres.

---

<sup>8</sup> Proposta pela escolha da abordagem do Feminismo Decolonial para pensar a violência doméstica.

<sup>9</sup> Termos elaborados na proposta da pesquisa desenvolvida durante a graduação. No qual se apresentam: “i) *denúncia*: “desvelamentos dos elementos que asseguram as ausências de discussões da problemática da violência contra a mulher nos currículos, nos *espaços-tempo* universitários, nas práticas institucionalizantes pelas diferentes instâncias educativas. Da mesma forma, as negligências produzidas pelo Estado em relação à negação e/ou pouca assistência dos direitos fundamentais das mulheres e a precariedade na efetivação de políticas públicas. ii) *reparação*: representa todas as tentativas emancipatórias no enfrentamento à violência contra a mulher construídas com a pesquisa-ação; isto é, todas as ações educativas elaboradas com as mulheres, o reconhecimento da potencialidade de suas vozes no processo de refundação epistemológica, inclusiva em perspectiva de gênero, do campo científico da educação e, principalmente, da Pedagogia. Igualmente, as práticas educativas desenvolvidas com as mulheres e, portanto, desestabilizadoras das lógicas do patriarcado impostas às mulheres em mais de cinco séculos de colonização e, assim, o questionamento das marcas desse tempo histórico nos corpos, nas vozes e na vida das mulheres” (ANDRADE; CORRÊA, 2020, p. 123).

Neste novo movimento da pesquisa, visou apontar como o enfrentamento da violência de gênero e doméstica tem se efetivado no município de Santo Antônio de Pádua e, com isso, apontar para o fortalecimento da luta por direitos das mulheres em diferentes frentes, ou seja, a partir do lugar de escuta e construção coletiva que desestruture o ciclo de opressão que acomete as mulheres vitimadas pela violência no *lócus* da pesquisa. Esse movimento possibilita a criação de uma agenda que se insira em uma pesquisa colaborativa capaz de levantar “uma pauta em comum de propostas para o enfrentamento da violência contra mulher” (MEDEIROS, 2016, p. 22). Diante deste grande desafio, buscamos encontrar novas respostas a partir de uma asserção contra-hegemônica para a erradicação da violência gênero entendida como uma violência sistêmica.

Nesse sentido, ao assumir a crítica decolonial sobre o sentido do ciclo de violência contra as mulheres, nos pareceu fundamental igualmente apresentar uma perspectiva de justiça que seja capaz de romper paradigmas e estruturas de um sistema de opressão radical aos corpos das mulheres. Dessa forma, aciono a Perspectiva dos funcionamentos (PdF) como instrumentalização de identificação para ouvir as vozes das mulheres, considerando ser uma perspectiva aplicada aos casos da bioética, em especial aos casos que dizem respeito às minorias políticas não apenas como casos excepcionais, mas como centrais das preocupações ético-políticas, dentre as quais as mulheres do interior estão localizadas.

Tal perspectiva, desenvolvida a partir de uma crítica sistemática às tentativas das teorias eurocentradas e estadunidenses em dar conta dos problemas que acometem minorias do Sul Global, segundo Maria Clara Dias, reflete “a urgência de uma perspectiva de justiça mais abrangente e capaz de romper com os deformantes estigmas impostos pelo modelo de pensamento eurocêntrico hegemônico” (DIAS, 2020, p. 19). Dias denuncia, assim, as categorias de dominação respaldadas pelo capitalismo e as arquiteturas do modelo colonial moderno de poder (DIAS, 2020). Buscarei, assim: (1) analisar as repercussões do projeto *capitalista-colonial-patriarcal* no espaço-tempo do *lócus* da pesquisa; (2) apontar para caminhos que possam colaborar com o rompimento dessas violências; (3) assumir uma concepção de justiça que permita que as mulheres sejam protagonistas da luta contra a violência doméstica e possam, finalmente, vislumbrar uma vida sem violência; e (4) propor um Feminismo Decolonial do interior.

Em conjunção a essa perspectiva de teórico-metodológica de análise, os Estudos de Mulheres surgem nesta pesquisa como um fundo crítico ao paradigma da *ciência* e da ciência social, perspectivas que carregaram ao longo dos séculos uma ótica hegemônica. Uma pesquisa feminista necessita romper com uma lógica opressora e que tende a reafirmar as

prevalências das ciências hegemônicas, que desde então tem “mantido as mulheres e sua contribuição *invisíveis*, mas também estava profundamente imbuído de preconceitos androcêntricos, ou seja, preconceitos centrados no homem, tanto em seus pressupostos gerais e suas conceptualizações quanto em suas teorias e seus métodos” (MIES, 2021, p. 100, grifo da autora).

Cabe, então, explicitarmos nossa hipótese, qual seja: que as marcas da colonização nos deixaram algumas heranças que atingem diretamente a vida das mulheres, especialmente àquelas localizadas em regiões com pouca ou nenhuma rede que possibilite denúncias e formas de enfrentamento. Logo, a consequência dessa hipótese é a de que esses fantasmas coloniais assombram e se materializam enquanto sexismo e o racismo, entendidos neste prisma enquanto violências sistêmicas e estruturais.

É neste sentido que buscaremos entender se as mulheres paduanas têm de alguma forma sido colocadas neste arcabouço de apagamento sistêmico quanto aos seus direitos, pois Pádua é uma cidade com pouquíssimas redes de assistência e amparo às mulheres vítimas ou em situação de violência. Tal fato revela seu potencial de invisibilização das mulheres e a colaboração com um sexismo estrutural e os demais “ismos” de dominação que atingem a vida dessas.

Portanto, o ponto de chegada desta pesquisa se comprometeu em revelar como o sexismo se expressa enquanto violência de gênero contra as mulheres de interior, em especial as mulheres paduanas. Concomitantemente, buscamos reafirmar nosso envolvimento com um movimento feminista comprometido com a interseccionalidade. Surgem, então, algumas questões que precisam ser respondidas: quem são essas mulheres que estão desprotegidas pelo Estado? Qual tem sido o papel do Estado e do feminismo eurocentrado na reprodução das violências contra as mulheres? Como o Feminismo Decolonial poderá propor novas formas de justiça e de compreender a violência contra as mulheres?

Refletir sobre as políticas de proteção, e compreender como as violências se perpetuam em todos os ambientes nos corpos das mulheres, aponta para o modo como as feministas decoloniais e antirracistas propõem maneiras de pensar a violência sob o prisma das relações patriarcais e o capitalismo, a exemplo de Vergès (2021). Para a autora, a violência de gênero é não somente uma especificidade masculina, mas uma composição de forças e violências estruturais que envolvem vários aspectos, sobretudo, o racismo. Nesse caso, é preciso pensar a violência e sua dinâmica no âmbito da colonialidade de gênero articulada aos “ismos” de dominação que compõem esse fenômeno e permitem que os

espaços públicos e domésticos estejam em articulação e validação contínua de maneiras simultâneas.

Dessa forma, essa interlocução entre a luta contra a colonialidade de gênero, antissexista e antirracista nos ajuda a compreender as garantias de direitos às mulheres, violadas em todos os âmbitos sociais. É partindo desse pressuposto que passamos a pensar como essas articulações podem se dar no município de Santo Antônio de Pádua. Município este que não possui uma rede integrada na prevenção, proteção e atendimento de mulheres em situação de violência.

Sendo assim, o **objetivo geral** desta pesquisa consiste em mostrar a invisibilização que as produções e articulações de mulheres no interior possuem. Assim, buscamos descrever e visibilizar novas práticas no enfrentamento da violência de gênero e doméstica na cidade de Santo Antônio de Pádua, para qual se estabelece os seguintes **objetivos específicos**:

1. Realizar um levantamento do estado da arte do tema violência de gênero nas produções das pós-graduações do Brasil;
2. Mapear as mobilizações realizadas em Santo Antônio de Pádua com a finalidade de debater as violências de gênero contra as mulheres;
3. Compreender como o Feminismo Decolonial pode contestar as colonialidades do tempo presente e apontar caminhos de avanço político no enfrentamento da violência de gênero;
4. Constatar como as marcas da colonização se perpetuaram por meio dos processos hegemônicos e coronelistas em Santo Antônio de Pádua, impactando na formação das mobilizações sociais das mulheres e, principalmente, na rede de proteção dessas no município.

A fim de atender aos objetivos propostos, pretendemos realizar uma pesquisa qualitativa, por compreender ser esta a melhor forma de construir novas práticas no enfrentamento da violência de gênero e doméstica, principalmente na cidade de Santo Antônio de Pádua. Mediante à estratégia de investigação proposta, a pesquisa necessitou ser empregada em duas fases. Inicialmente foi realizada uma análise bibliográfica, com o levantamento de dados e informações a respeito da violência contra as mulheres *a partir* do Feminismo Decolonial.

Neste trabalho, utilizamos o método de pesquisa fundamentado a partir das técnicas de coleta de dados da cartografia, ou seja, dos métodos cartográficos. No entanto, diferentemente

da cartografia clássica, como mencionado na tese Sérgio Leandro Sousa Neves (2020), neste trabalho partiremos de uma técnica comprometida com a perspectiva decolonial, nomeada pelo autor como cartografia decolonial. O termo “Cartografia Decolonial” remete àquela pesquisa que parte das realidades e interpretações socioespaciais dos “de dentro” (NEVES, 2020, p. 92). Isso quer dizer que “não rompe com os aparatos e elementos essenciais da cartografia oficial, mas deles se apropriam para visibilizar outras formas de concepção do espaço e de cartografar subalternizadas” (NEVES, 2020, p. 92). Ou seja, nossa interpretação e metodologia considera que “grupos sociais, povos e comunidades tradicionais possuem ‘cartografias’ que lhes são próprias, atreladas às suas cosmovisões, e, numa perspectiva das epistemologias do Sul, são reafirmadas e validadas” (NEVES, 2020, p. 92).

Nessa pesquisa sobre violência de gênero e doméstica contra as mulheres na cidade de Santo Antônio de Pádua – em uma região com o menor índice de desenvolvimento humano do Estado do Rio de Janeiro, que ainda possui uma carência no que se refere à assistência e combate as violências contra as mulheres –, optamos por utilizar uma metodologia e uma técnica de coleta de dados que valorizasse a territorialidade; ou seja, que pense e elabore reflexões a partir de dinâmicas, saberes e corpos (de mulheres) locais: situadas em um espaço e tempo específicos.

Sendo assim, a coleta de dados foi desenvolvida durante as reuniões das Rodas de Conversa do Projeto Nós - Pádua<sup>10</sup>, transcritas em um diário de campo, sendo essa, por sua vez, uma técnica utilizada a partir da metodologia da cartografia decolonial. As reuniões ocorreram no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES-UFF), em Santo Antônio de Pádua. Esses encontros tiveram como objetivo promover um espaço seguro de diálogo e troca de ideias **entre/para/com mulheres** (*cis, trans e travestis*) sobre o tema da violência doméstica contra mulheres, previamente estabelecido por meio de um cronograma. No capítulo 4, esses encontros serão mais bem detalhados.

As reuniões propiciaram momentos únicos para a troca de conhecimentos *entre* as mulheres paduanas. Os relatos durante essas conversas permitiram uma observação das protagonistas da pesquisa durante a produção dos croquis (que objetivavam a representação dos seus territórios e modos de vida). E, assim, os relatos nos diários possibilitaram

---

<sup>10</sup> O Projeto Nós Pádua se conjectura com o projeto vinculado ao CNPq, denominado “Nós: dissidências feministas” (2014-), desenvolvido por Maria Clara Dias e Suane Soares. “O Grupo promove e participa de eventos acadêmicos e oferece cursos em questões de gênero. Entre os seus principais produtos estão vídeos educativos e uma coleção de cartilhas, além de artigos acadêmicos publicados em revistas especializadas e livros”. Disponível em: <https://www.mariaclaradias.info/grupos-de-estudo>. Acesso em: 21 set. 2022.

historicizar, registrar e escrever as realidades que foram vividas por essas mulheres. Para melhor compreensão dos leitores, as escritas do diário estão apresentadas ao longo do trabalho em *itálico*.

Enfim, o *primeiro capítulo* desta dissertação será dedicado ao estado da arte, dada a hipótese lançada sob a dificuldade de mapear o tema da violência de gênero contra as mulheres, desde uma perspectiva do interior. A fim de verificar se essa hipótese é verdadeira, nos dedicamos neste capítulo a pesquisar o estado da arte que indicou uma carência espaço-territorial deste tipo de trabalho, justificando, tanto o capítulo quanto a discussão proposta no decorrer da dissertação.

No *segundo capítulo*, apresentamos um panorama geopolítico e o recenseamento demográfico da cidade de Santo Antônio de Pádua, como também alguns aspectos das lutas sociais no *locus* da pesquisa, com ênfase no enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres, e como esse cenário foi sendo consolidado ao longo dos últimos anos na cidade. Buscamos compreender como alguns esforços no enfrentamento da violência de gênero vêm sendo realizados localmente e seus possíveis impactos e desdobramentos.

O *terceiro capítulo* tem como escopo apresentar o percurso teórico-metodológico, apontado para o desenvolvimento e elaboração da pesquisa – tanto o delineamento dos cenários de violência, compreendidos à luz do Feminismo Decolonial, como os desdobramentos das análises durante o encaminhamento da pesquisa – visando destacar, de forma objetiva, os percursos assumidos ao longo do trabalho.

O *quarto capítulo* analisa as informações obtidas durante a pesquisa. Neste capítulo, apresentamos a interlocução das Rodas de Conversas, interpretadas a partir da Cartografia Decolonial e da Perspectiva dos Funcionamentos, a fim de confrontar os cenários de invisibilização das vozes das mulheres no *locus* da pesquisa. Nesse momento, cedemos o protagonismo às mulheres, a partir das Rodas de Conversa. Toda a descrição relatada foi coletada por meio do diário de campo.

## 2 ESTADO DA ARTE: VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Neste capítulo, buscaremos construir um panorama geral das produções sobre a violência de gênero no âmbito das pesquisas acadêmicas em quatro instituições brasileiras durante o período 2020-2022. A escolha desse período visou analisar os últimos 3 anos das produções em torno do tema, bem como o recorte nas instituições procurou analisar as instituições situadas com *campus* no interior, com intuito de compreender como a discussão do tema da violência de gênero tem contemplado as mulheres situadas nos territórios interioranos.

Para tal, precisamos compreender anteriormente do que se trata o “estado da arte”. Segundo a pesquisadora Norma Ferreira (2002), a definição está em torno de um caráter bibliográfico que tem como intuito discutir produções acadêmicas nos diversos campos de conhecimento, além de buscar mapeá-las. Sendo assim, tentam:

[...] responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

No intuito de realizar as análises propostas anteriormente, utilizamos a Plataforma Sucupira como um portal de pesquisa para análise e filtragem desses dados. Ao acessar o *site* Plataforma Sucupira, no portal Coleta CAPES – Catálogo de Teses e Dissertações, buscamos pela opção de dissertações e teses a partir da palavra-chave “violência de gênero”. Essa categoria analítica se deu por observamos uma maioria de artigos e pesquisas centrados na violência doméstica e, mais especificamente, no feminicídio, principalmente durante pandemia da Covid-19. Nosso objetivo foi o de catalogar e analisar o entrecruzamento dessas categorias nas pesquisas existentes no Brasil, visando construir um mapa visível do cenário de pesquisas existentes na área de violência de gênero e, com isso, identificar a prevalência dessas pesquisas em determinadas regiões e localidades do Brasil. Ou seja: onde se pesquisa violência de gênero no Brasil? As cidades do interior estão situadas nessas pesquisas?

O objetivo, mais especificamente, foi analisar como esse tema vem sendo discutido em âmbito nacional e destacar a importância de produzir teorizações que partam de uma narrativa do interior, dada a dificuldade de se encontrar produções que estejam sendo realizadas nas

instituições públicas interiorizadas. A partir desse mapeamento, visualizamos a necessidade de construir uma fundamentação teórica que dialogasse com novas narrativas para o enfrentamento de violência de gênero contra as mulheres nestes territórios ou, mais especificamente, no *locus* da pesquisa.

Um dos principais filtros foi identificar quantas pesquisas de mestrado e doutorado existiram entre 2020 e 2022. Os mestrados e doutorados profissionalizantes não foram analisados. Tendo isso em vista, considerou-se os seguintes recortes: divisão por anos; grandes áreas do conhecimento; área do conhecimento; área de avaliação; área de concentração (recorte: Bioética; Saúde Coletiva). Os dados obtidos corroboram a justificativa dessa dissertação; cidades onde as pesquisas foram desenvolvidas.

Os dados identificados refletem a grande relevância de continuarmos prosseguindo nos estudos de violência de gênero, principalmente nos campos da Bioética e Saúde Coletiva e de nos debruçarmos sobre a violência de gênero, nos territórios interioranos. A seguir, apresentamos a discussão com maior ênfase sobre os dados coletados na plataforma, respeitando os recortes propostos na pesquisa.

## 2.1 DIVISÃO POR ANOS

No intuito de identificar a evolução das pesquisas sobre “violência de gênero” nas dissertações e teses nos últimos anos, buscamos inicialmente analisar quantitativamente o número de publicações nos últimos 27 anos<sup>11</sup>. Assim, identificamos o avanço que o tema obteve ao longo dos anos, conforme é possível observar abaixo na tabela que retrata a recolha de dados dos trabalhos desenvolvidos sobre o tema da “violência de gênero”.

---

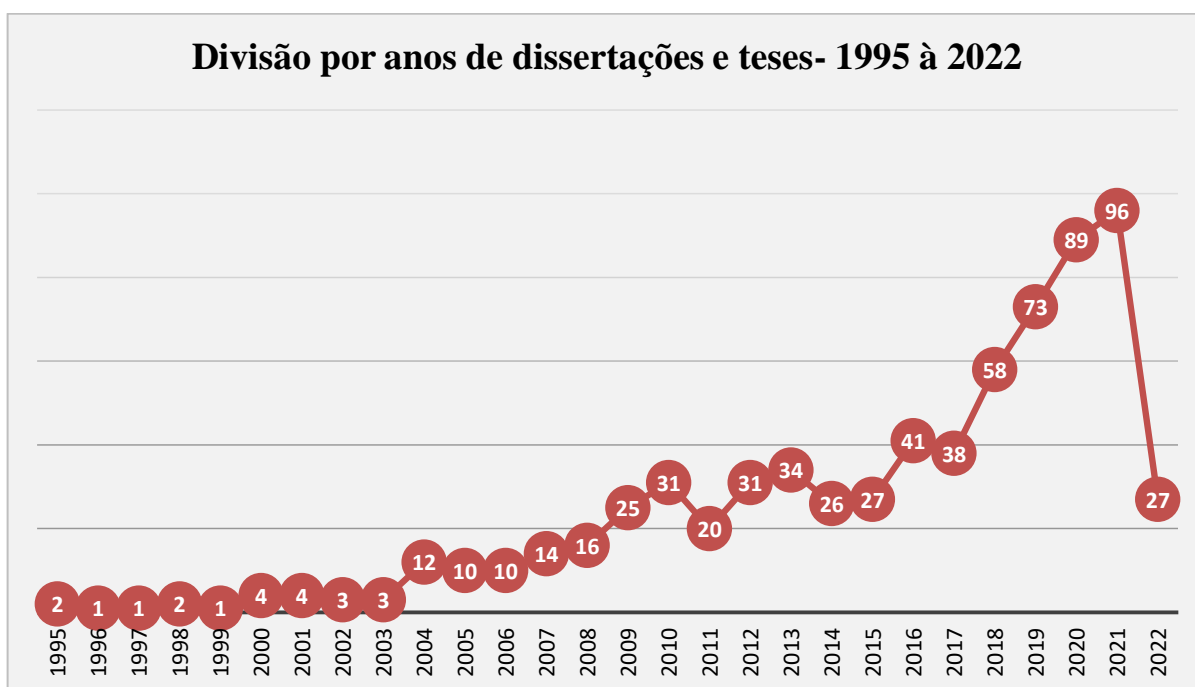
<sup>11</sup> A escolha por esse recorte não foi por algum parâmetro da pesquisa, mas pelo fato da própria Plataforma Sucupira nos apresentar esse recorte temporal.

**Tabela 1 – Divisão de Dissertações e Teses nos últimos 27 anos**

Tabela divisão por anos de dissertações e teses sobre “violência de gênero”							
1995	2	<b>2003</b>	3	<b>2011</b>	20	<b>2019</b>	73
1996	1	<b>2004</b>	12	<b>2012</b>	31	<b>2020</b>	89
1997	1	<b>2005</b>	10	<b>2013</b>	34	<b>2021</b>	96
1998	2	<b>2006</b>	10	<b>2014</b>	26	<b>2022</b>	27
1999	1	<b>2007</b>	14	<b>2015</b>	27		
2000	4	<b>2008</b>	16	<b>2016</b>	41		
2001	4	<b>2009</b>	25	<b>2017</b>	38		
2002	3	<b>2010</b>	31	<b>2018</b>	58		

Fonte: Plataforma Sucupira – Catálogo de Teses e Dissertações. Elaboração: própria autora, 2023.

Ao longo desses 27 anos foram totalizadas em torno de 741 pesquisas de mestrado e doutorado, sendo 524 dissertações de mestrado e 130 teses de doutorado.

**Gráfico 1 – Divisão de teses e dissertações ao longo dos 27 anos**

Fonte: Plataforma Sucupira – Catálogo de Teses e Dissertações. Elaboração: própria autora, 2023.

Observamos que o número de dissertações e teses ao longo dos últimos 27 anos tiveram um crescente entre os anos de 2004 e 2015, tendo observado um crescimento exponencial entre 2016 e 2021. Vemos nos anos 2020 e 2021 os maiores índices de publicações a respeito do tema. Nesses três últimos anos decidimos criar o recorte para aprofundamento das análises, sendo o período com maior índice de publicações a respeito do tema. Esse crescimento nas publicações pode estar relacionado proporcionalmente ao aumento da violência de gênero e doméstica durante o período pandêmico. Segundo o Dossiê Mulher (2021), no Brasil, foram registradas 105.821 denúncias de violência contra as mulheres em 2020:

Somente em 2020, foram lavrados 71.183 registros de ocorrência referentes à violência contra a mulher em todo o estado, representando a redução de 21,1% em relação ao ano anterior (em 2019 foram contabilizados 90.201 registros). Ao todo, 98.681 vítimas se direcionaram a uma delegacia da SEPOL para relatar alguma forma de violência relacionada à sua condição de gênero. Isso significa que, por dia, 270 vítimas mulheres sofreram alguma forma de violência. [...] **Vale destacar que a redução do número de mulheres vítimas em 2020 na comparação com o ano anterior pode não significar exatamente a diminuição do número de violências praticadas contra as mulheres.** Diante das medidas de isolamento social adotadas em decorrência da Covid 19, a redução observada pode estar relacionada com o aumento da subnotificação dos casos diante da impossibilidade das vítimas fazerem a denúncia, em decorrência dos motivos já apresentados no início deste Dossiê. No que se refere às regiões do estado, a maior parte das vítimas encontrava-se na capital (34,7%) e no **interior (32,7%)**, que apresentaram percentuais semelhantes. (DOSSIÊ MULHER, 2021, p. 20-21, grifos meus).

No que diz respeito ao interior, o Dossiê Mulher revela que:

Apesar da capital ter apresentado o maior número de vítimas entre todas as regiões do estado, ela foi subrepresentada proporcionalmente em relação às demais regiões. Ao analisarmos a proporção de mulheres em cada região, a capital tinha 40,2% da população feminina do estado e 34,7% das mulheres vítimas. Por sua vez, o interior concentrou 27,0% da população, e teve 32,7% das vítimas. Considerando a taxa de vitimização por 100 mil mulheres residentes, **o interior apresentou taxa superior à capital** (1.430,1 contra 1.019,3). (DOSSIÊ MULHER, 2021, p. 22, grifos meus).

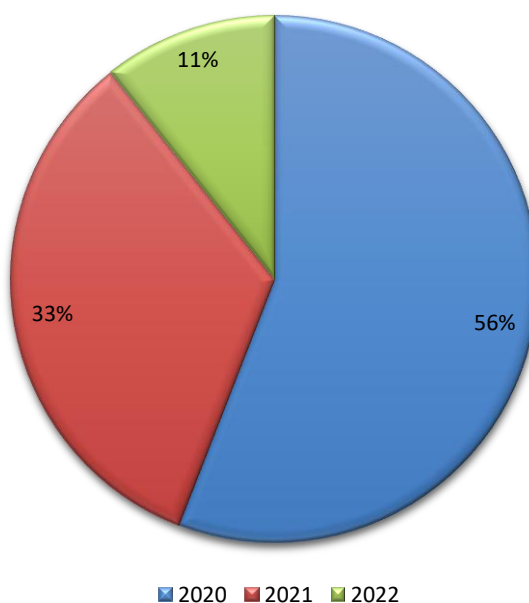
Diante desse quadro, passamos a analisar de forma mais sistemática a relação entre esse aumento de casos e denúncias de violência de gênero durante a pandemia e a produção temática sobre elas nos últimos três anos, considerando, portanto, o período da pandemia da Covid-19 como um *espaço-tempo* que merece destaque.

## 2.2 PESQUISAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Com o intuito de realizar uma revisão mais detalhada de pesquisas de dissertações e teses durante o período pandêmico, analisamos o percentual de trabalhos realizados durante esse *espaço-tempo*, onde identificamos:

**Gráfico 2 – Divisão nos últimos três anos**

### **Divisão entre os últimos três anos**



Fonte: Plataforma Sucupira – Catálogo de Teses e Dissertações. Elaboração: própria autora, 2023.

Ao total foram 254 pesquisas<sup>12</sup>, sendo 206 dissertações de mestrado e 48 teses de doutorado neste período. Conforme observado, o número de teses e dissertações aumentaram no período de pandemia, comparado com os últimos anos. Destacamos que, “na maior parte dos casos, as publicações se centraram na discussão do fenômeno com base em pesquisa bibliográfica e documental” (MALTA *et al.*, 2021, p. 846). Em grande parte das vezes, não somente as pesquisas, mas os artigos publicados nesse mesmo período também estão “centrados na violência doméstica e, mais especificamente, no feminicídio durante o isolamento social provocado pela Covid-19” (MALTA *et al.*, 2021, p. 847). Por isso,

<sup>12</sup> Diante desses dados, consideramos um valor expressivo de pesquisas pelo aumento exponencial durante esse período, em comparação com os últimos 27 anos. Mas ressaltamos que esses números expressam uma parte da discussão de violência de gênero e doméstica no contexto pandêmico, tendo em vista que algumas produções ainda não foram finalizadas e podem vir a ser publicadas posteriores a esse marco temporal.

objetivamos realizar o entrecruzamento dessas categorias analíticas voltado às especificidades que complexificam as relações de gênero, como classe, raça/etnia.

Na imagem abaixo, demonstramos o entrecruzamento dessas categorias:

**Figura 1 – Categorias analíticas da pesquisa**



Fonte: Elaboração própria autora, 2023.

Segundo Malta *et al.* (2021), ao olhar para essas especificidades que perpassam e complexificam as relações de gênero, principalmente no contexto da pandemia, com base nas vulnerabilidades de grupos sociais – como de mulheres negras e pobres, “alguns estudos fazem uma forte crítica à debilidade de políticas públicas no Brasil para o enfrentamento da violência de gênero” (MALTA *et al.*, 2021, p. 847). Segundo a autora, são poucos os estudos que enalteceram a criação de redes de apoio para mulheres durante o isolamento social, seja de acolhimento nas redes sociais, rodas de mães ou de escuta psicológica.

Na mesma direção, as autoras Fernanda Insfran e Ana Muniz, no artigo intitulado *Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia*, apontam que “somente o caminho coletivo, onde a sororidade se faz presente como forma de cuidado e resistência, pode levar à superação das desigualdades, intensificadas neste contexto pandêmico” (INSFRAN; MUNIZ, 2020, p. 26).

Tendo isso em vista, reiteramos a importância de pesquisas que conceituem o entrecruzamento das complexidades que envolvem a violência de gênero. Por isso, buscamos os estudos e pesquisas (dissertações/teses) identificados a partir da categoria da “violência de gênero” para a contextualização do estado da arte, como caminho metodológico e epistemológico preliminar. A seguir, identificamos alguns marcadores extraídos dessa análise.

### 2.3 ENTRE DADOS E DISCUSSÕES: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS TESES E DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2020 A 2022

Primeiramente, antes de partir propriamente para a análise do conteúdo, delimitamos por meio do gráfico 2 os anos nos quais os dados estão sendo analisados. Todos os gráficos a seguir estão dentro desse recorte temporal de 2020-2022. Neste marco temporal, buscamos analisar as teses e dissertações que apresentassem alguma especificação territorial em seu título. Para realizar esse refinamento, separamos as 254 pesquisas, em torno de 206 dissertações de mestrado e 48 teses de doutorado. A análise teve intuito de identificar a nomenclatura de algum território apresentado no título da pesquisa.

Dessas 254 pesquisas, encontramos 77 resultados em que o nome de algum bairro, cidade, região, Estado ou país estivesse presente no título da pesquisa. Abaixo, apresentamos os dados encontramos segundo suas especificações:

**Tabela 2 – Pesquisas que apresentaram nomes de territoriais nos títulos**

1	Amazônia acreana	1	região	Acre	-
2	Anastácio/MS	1	<b>interior</b>	Mato Grosso do Sul	25.336 pessoas
3	Belo Horizonte	1	Estado	Minas Gerais	2.530.701 pessoas
4	Brasil/brasileira(o)	20	país	Brasil	213.317.639 pessoas
5	Catu/BA	1	<b>interior</b>	Bahia	55.222 pessoas
6	Central Brasil	1	bairro	Rio de	41.142

			metropolitano	Janeiro	peessoas	
7	Espírito Santo	1	Estado	Espírito Santo	369.534	
8	Estado Rio de Janeiro	3	Estado	Rio de Janeiro	17.463.349	
9	Estado São Paulo	2	Estado	São Paulo	46.649.132	
10	Fortaleza	1	capital	Ceará	2.703.391	
11	Goiás	2	Estado	Goiás	7.206.589	
12	Grande Florianópolis	1	região metropolitana	Santa Catarina	1.189.947	22 municípios
13	Lages	1	metrópole	Santa Catarina	157.158	
14	Lauro de Freitas/BA	1	metrópole	Bahia	201.335	
15	Maceió	2	capital	Alagoas	1.031.597p	
16	Maré (2)	2	bairro metropolitano	Rio de Janeiro	130.000	
17	Mato do Grosso do Sul	1	estado	Mato Grosso do Sul	2.839.188	
18	Mato Grosso	2	Estado	Mato Grosso	3.567.234	
19	Natal	1	capital	Rio Grande do Norte	896.708	
20	Olindina	1	<b>interior</b>	Bahia	28.373	
21	Paraíba	1	Estado	Paraíba	4.059.905	
22	Paraná	2	Estado	Paraná	11.597.484	
23	Pedra Petra/MT	1	<b>interior</b>	Mato	17.547	

24	Planalto Catarinense /Serra Catarinense	2	região	Grosso Santa Catarina	280.000 pessoas	19 municípios
25	Porto Alegre	5	capital	Rio Grande do Sul	1.492.530 pessoas	
26	Ribeirão Preto	2	metrópole	São Paulo	720.116 pessoas	
27	Rio de Janeiro	5	capital	Rio de Janeiro	6.775.561 pessoas	
28	Rio Grande do Sul	1	Estado	Rio Grande do Sul	11.466.630 pessoas	
29	São Paulo	4	capital	São Paulo	12.396.372 pessoas	
30	São Paulo	1	região metropolitana	São Paulo	22.048.504 pessoas	
31	Teresina	2	capital	Piauí	871.126 pessoas	
32	Viçosa	1	<b>interior</b>	Minas Gerais	79.910 pessoas	
33	Vitória	1	capital	Espírito Santo	369.534 pessoas	

Fonte: Elaboração própria autora, 2023.

Os dados apresentados foram extraídos dos títulos das 254 pesquisas, os nomes encontrados acima foram extraídos conforme anunciados nos títulos das teses e dissertações. A partir desse recorte, buscamos selecionar a quantidade de pesquisas que foram apresentadas dessas 36 nomenclaturas encontradas, totalizando as 77 pesquisas que apresentavam alguma menção territorial no título da pesquisa.

Para discernir o campo territorial desses nomes apresentados no título, separamos pela quantidade de vezes que apareciam. Posteriormente, identificamos a relação pela nomenclatura: bairro, região, município, país, interior. Após a identificação, destacamos o Estado, e, a fim de apontar com maior especificação, realizamos uma busca no *site* IBGE – Cidades<sup>13</sup> para extrair o número de habitantes daquela região. Com auxílio dessas ferramentas

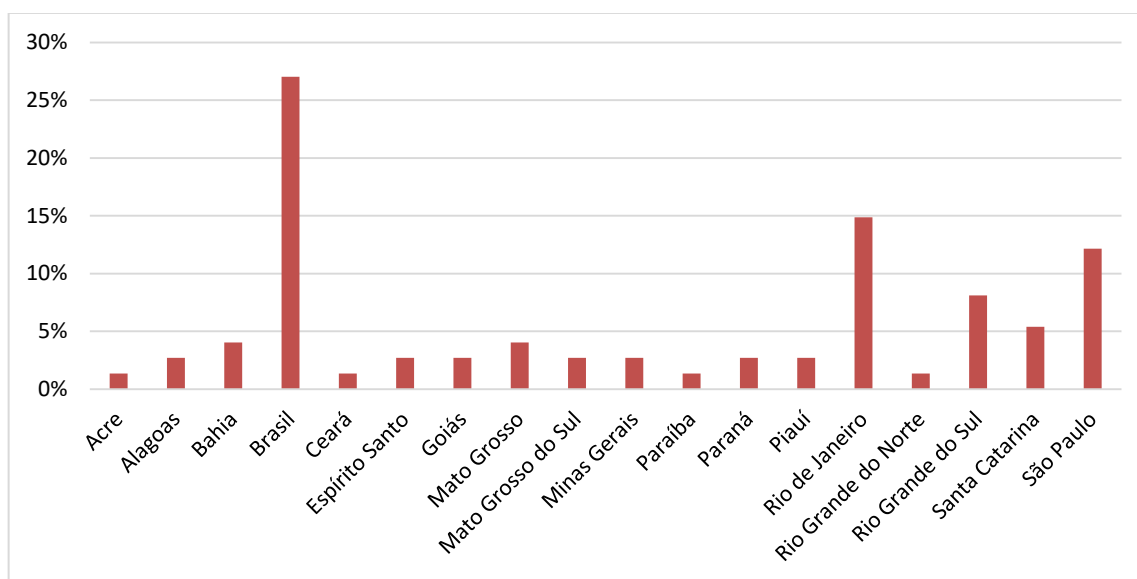
<sup>13</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

de busca, conseguimos observar algumas especificidades em que cada pesquisa se debruçou enquanto campo de estudo.

Isso se tornou um ponto de observação crucial para identificarmos a territorialidade no qual os temas de teses e dissertações tiveram como enfoque. Importante destacar que foram observadas as nomenclaturas nos títulos das pesquisas, isso quer dizer que utilizamos dos títulos enquanto marcadores. Porém, reconhecemos que as outras pesquisas poderiam também se tratar de um *locus* da pesquisa, no entanto não foi nossa intenção buscar essas informações no corpo metodológico de cada pesquisa.

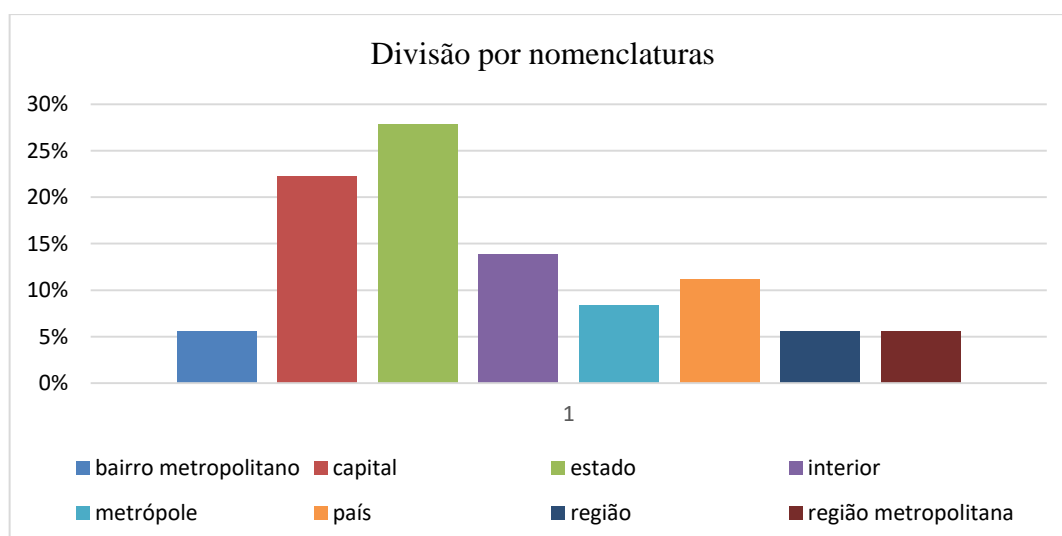
Abaixo, podemos analisar a divisão por Estados extraída das nomenclaturas encontradas segundo sua região, importante frisar que a divisão contou com soma de cidades e regiões dentro do mesmo Estado. Mas a relação de país fora considerada apenas as que mencionavam “Brasil, brasileira(o)” em seu título sem somar com os resultados dos Estados:

**Gráfico 3 – Divisão por Estados**



Fonte: Elaboração própria autora, 2023.

Os maiores índices de pesquisas a partir das nomenclaturas apresentadas no título se referiam ao Brasil. Outro destaque se dava dentro território do Estado do Rio de Janeiro, com 14%; e do Estado de São Paulo, com 12%. Abaixo, iremos observar a divisão pelas nomenclaturas por regiões, sendo os Estados com maiores índices, em torno de 28%.

**Gráfico 4 – Divisão por nomenclaturas**

Fonte: Elaboração própria autora, 2023.

Sob as nomenclaturas que ganharam destaques após os Estados estão as capitais com 22% das pesquisas que mencionam em seu título. Posteriormente, na imagem abaixo observamos as cidades de interior que foram mencionadas nos títulos das pesquisas:

**Figura 2 – Cidades localizadas no interior**

Fonte: Elaboração própria autora, 2023.

Ao todo foram cinco cidades que ganharam destaque no título das dissertações de mestrado. Todas elas se localizam em Estados fora do município do Estado do Rio de Janeiro. Isso significa que, mesmo que 14% das pesquisas estejam localizadas no Estado do Rio de Janeiro, nenhuma pesquisa de mestrado e doutorado nos últimos três anos se debruçaram sobre qualquer cidade do interior do Estado. Isso não reduz a possibilidade de outros estudos estarem em andamento ou que estejam sendo publicados em outras formas de produções de conhecimento. Entretanto, tal levantamento revela, em alguma medida, a possibilidade de um machismo estrutural e institucional, bem como sugere a necessidade de um olhar mais atento e cuidadoso para os tipos de engajamentos, movimentos e produções de combate à violência de gênero que ocorrem fora dos grandes centros.

Abaixo, apresentamos os títulos das pesquisas mencionadas anteriormente:

**Tabela 3 – Pesquisas realizadas em cidades do interior**

CIDADE	TÍTULO DA PESQUISA
Anastácio/MS	CAMARGO, Gisele Paquer. <b>Escuta profunda sobre a diferença a partir do serviço de saúde destinado as pessoas trans em Anastácio/MS</b> . 20/09/2021. 103 f. Mestrado em Estudos Culturais. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana. Biblioteca Depositária: Repositório institucional da UFMS
Catú/BA	JESUS, Larissa Cheyenne Nepomuceno de. <b>“E insuflou-me a espancar felicidade”: tramas de mulheres pobres em Sant’Anna do Catú, Bahia (1890 – 1930)</b> . 15/12/2021. 127 f. Mestrado em História Regional e Local. Instituição de Ensino: Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus. Biblioteca Depositária: UNEB - DCH - Campus V
Pedra Preta/MT	CUNHA, Maria de Fatima Limeira da Silva. <b>Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08: possibilidades e desafios para a construção de uma educação antirracista – Escola Estadual São Pedro Apóstolo – Pedra Preta-MT</b> . 31/12/2021. 127 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso.
Viçosa/MG	PAIVA, Natalia Silva. <b>O Programa Casa das Mulheres de Viçosa (MG) e a (re)inserção de vítimas de violência doméstica ao espaço público: o direito à cidade com igualdade</b>

**de gênero.** 23/02/2022. 72 f. Mestrado em Geografia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. Biblioteca Depositária: Locus - Repositório Institucional da UFV.

Olindina/BA

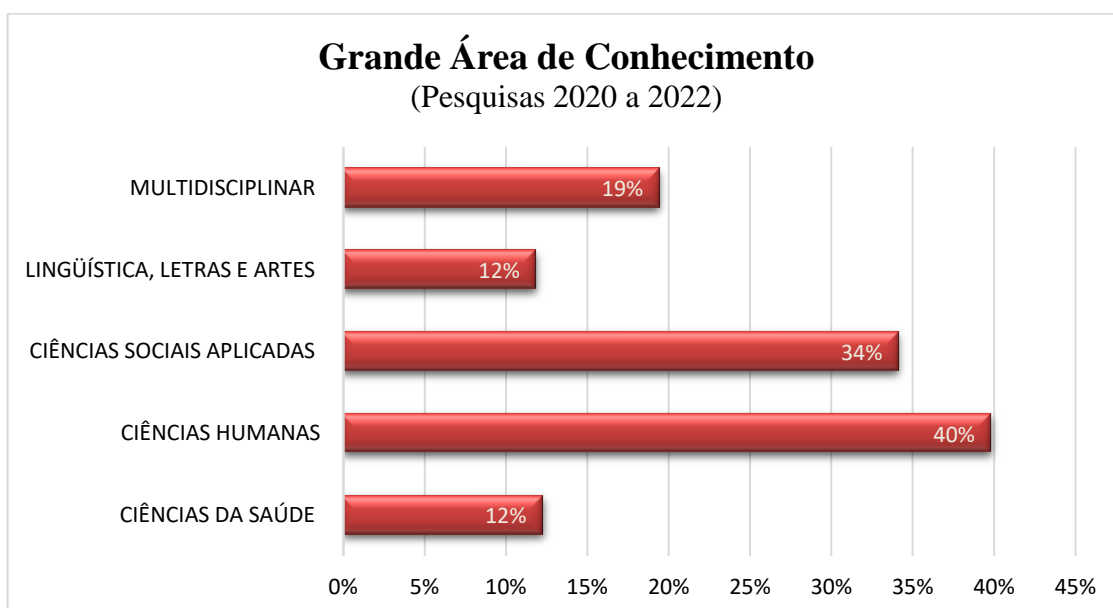
TAVARES, Abraao da Cruz. **Fale agora ou cale-se para sempre: violência de gênero e políticas públicas em Olindina/Bahia (2006-2018).** 25/11/2021. 165 f. Mestrado em Economia e Desenvolvimento. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Paulo, Osasco. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Escola Paulista de Economia, Política e Negócios.

Fonte: Plataforma Sucupira, 2023. Elaboração própria autora, 2023

Em princípio, fizemos uma busca na Plataforma Sucupira que fosse possível realizar a identificação de gênero dos autores, mas a plataforma não nos permite identificar esse parâmetro. Por isso, não adotamos nenhuma metodologia que fosse capaz de identificar a identidade de gênero dos autores. A plataforma ainda não permite a identificação por parte dos autores sobre raça, classe, gênero e ou algum tipo de deficiência. Entendemos que a intersecção dos marcadores sociais poderia refletir a experiência dos sujeitos, mediante suas pesquisas, a respeito do lugar das insurgências de suas escritas. Mas ainda não é possível realizarmos esse recorte.

Logo abaixo, no gráfico 3, podemos identificar um demarcador que concerne à análise das áreas em que cada pesquisa se situou prioritariamente:

**Gráfico 5 – Grande Área de Conhecimento**

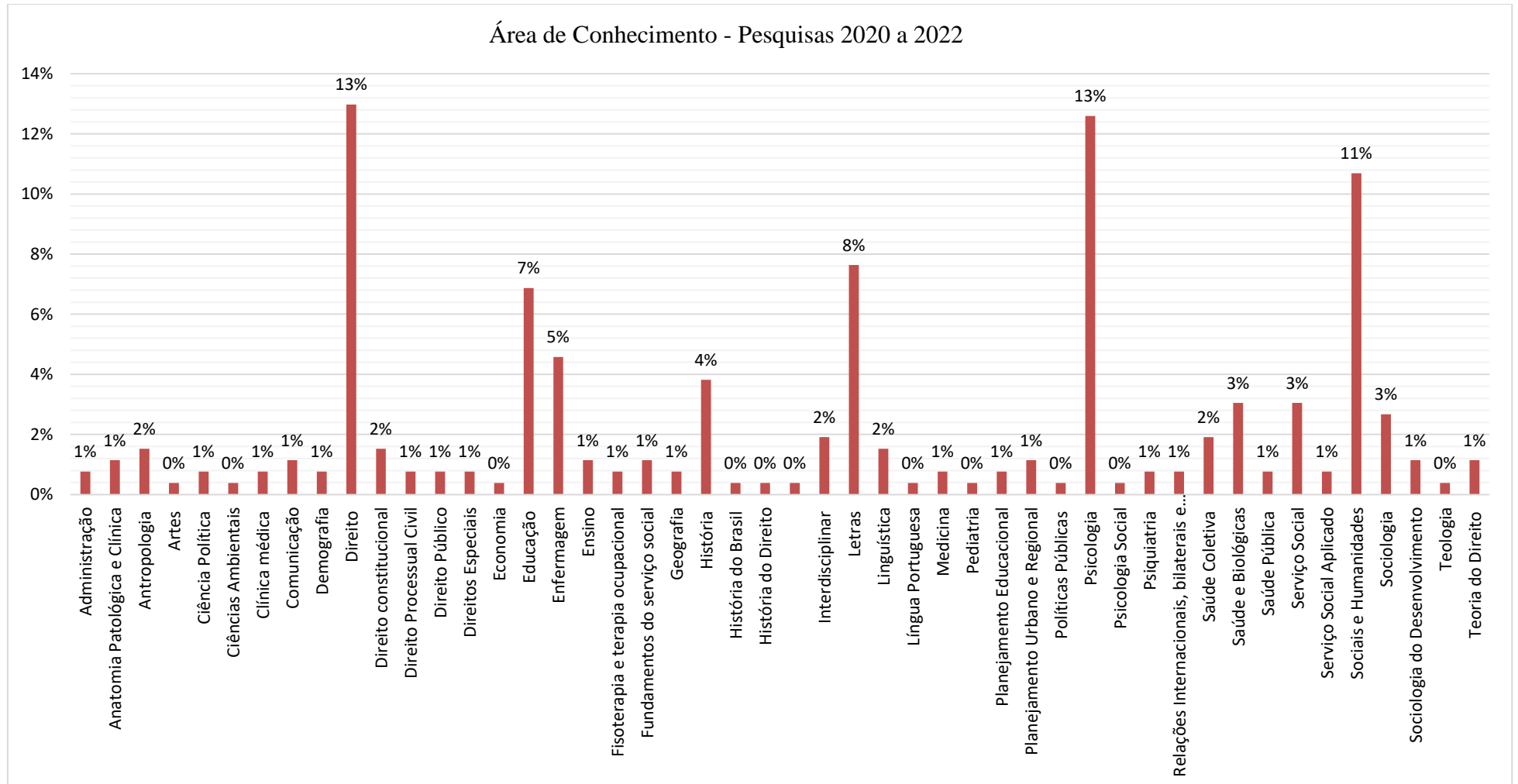


Fonte: Plataforma Sucupira – Catálogo de Teses e Dissertações. Elaboração: própria autora, 2023.

Os números apresentados são a sistematização das teses e dissertações em números percentuais relativos ao total comparativo de 254 pesquisas. A grande área de conhecimento com maior percentual foi a de ciência humanas, que esteve um pouco à frente das ciências sociais e aplicadas. A predominância da discussão da violência de gênero entre essas duas áreas expõe o afrouxamento que a discussão de gênero tende em outros campos e áreas de conhecimento. Embora tenhamos avançado, ainda assim, precisamos quebrar muitas barreiras que insistentemente tendem a silenciar essas discussões em determinadas áreas. A maior parte desse *corpus* aciona a neutralidade ou invisibilidade nas estruturas de suas pesquisas.

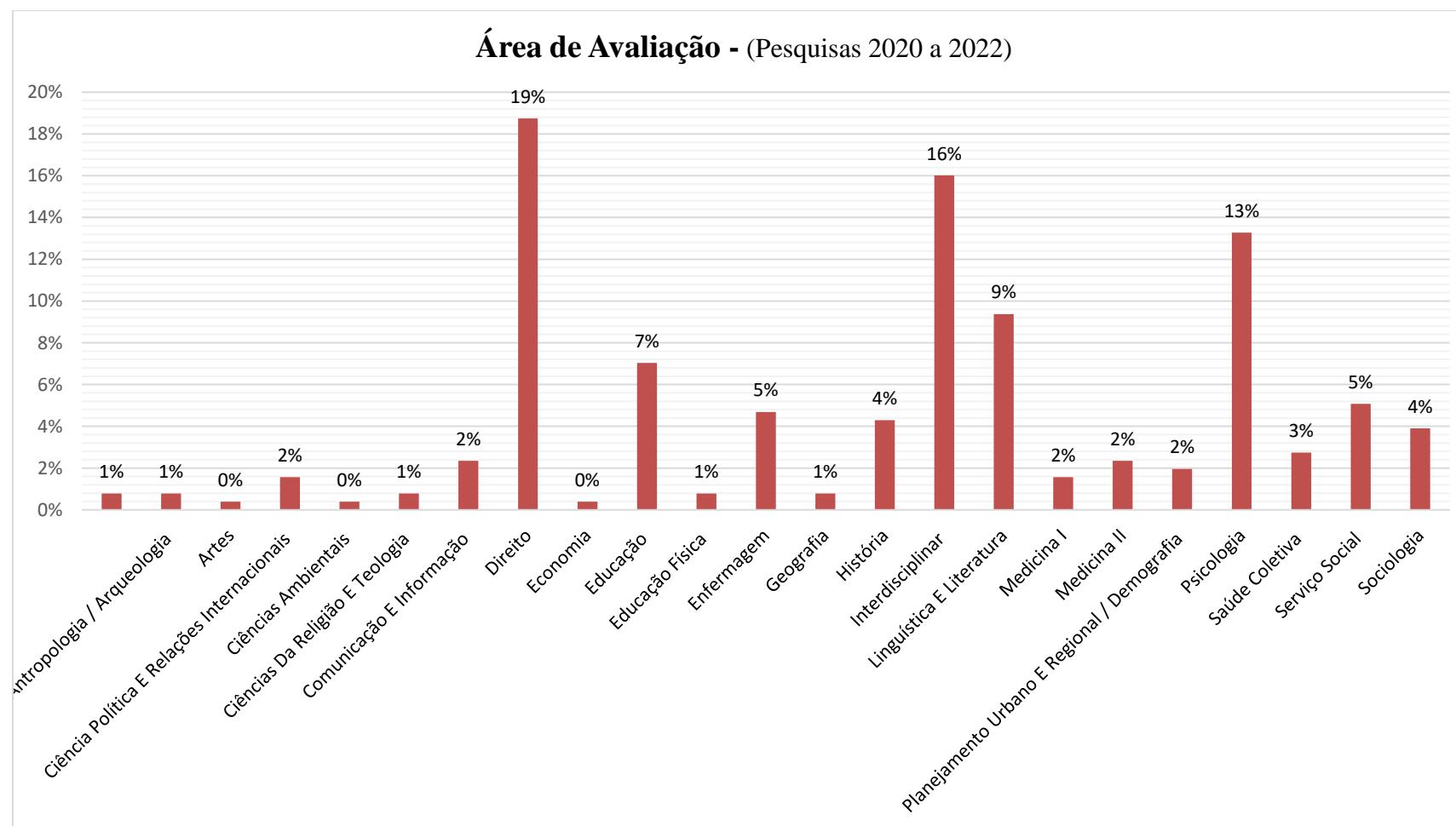
Ao centrarmos a atenção para as áreas mais específicas de acordo com as áreas de conhecimento, vamos identificar no gráfico 4, como mesmo dentro das grandes áreas alguns cursos despontam na publicação das pesquisas sobre violência de gênero e, em proporção, quantas áreas não tiveram nenhum percentual de pesquisas relacionadas ao tema. No gráfico 5, vamos observar as especificações de acordo com as áreas de avaliações, onde identificamos um mesmo predomínio em comparação com as áreas de conhecimento. Conforme observamos abaixo:

Gráfico 6 – Áreas de Conhecimento



Fonte: Plataforma Sucupira – Catálogo de Teses e Dissertações. Elaboração: própria autora, 2023.

Gráfico 7 – Áreas de Avaliação



Fonte: Plataforma Sucupira – Catálogo de Teses e Dissertações. Elaboração: própria autora, 2023.

Reconhecidas as áreas de conhecimento e os percentuais em torno da pesquisa de violência de gênero, seria importante destacar a presença do percentual da discussão na área de Saúde Coletiva e Bioética. No que se refere à Saúde Coletiva, podemos constatar o índice de 3% na área de avaliação. No que diz respeito à Bioética, não encontramos resultados significativos nos anos de 2020 a 2022, nos quais foi realizada a análise. Isso não quer dizer que o tema de gênero tenha sido objeto de estudo nessa área<sup>14</sup>.

Mediante as análises realizadas no capítulo do estado da arte, nossa intenção foi verificar quantitativamente diante de diferentes parâmetros as publicações de teses e dissertações ao longo dos últimos três anos com o tema “violência de gênero”, principalmente nos *campi* de interior. Nossa intenção foi situar o campo que estamos propondo a estudar. Ao longo dessas análises, pudemos constatar nos últimos três anos: (i) quantas pesquisas científicas existem sobre o mesmo tema; (ii) qual a predominância de pesquisas nos *campi* interiorizados; (iii) a distribuição da produção científica a partir das áreas de conhecimento; (iv) o quanto precisamos avançar na discussão do tema que contemple sujeitas interiorizadas.

Surge dessas constatações a importância desse capítulo do estado da arte, principalmente para demarcação da importância de pesquisas que permitam refletir sobre a realidade de mulheres territorialmente situadas no interior. As proposições aqui encontradas revelam lacunas a respeito do tema e a necessidade de pesquisas focais, impulsionando um olhar dirigido para as realidades e violências específicas que incidem sobre diferentes segmentos de mulheres na sociedade brasileira, sobretudo, no *locus* da pesquisa.

---

<sup>14</sup> Destacamos que muitas instituições prorrogaram o prazo de defesa das dissertações e teses em razão do período pandêmico. Inclusive, a presente dissertação, que também aborda sobre o tema, teve a defesa prorrogada para 2023; ou seja, se enquadra a uma data posterior ao prazo de análise submetida na plataforma.

### 3 CONFRONTANDO O *ESPAÇO-TEMPO DO LÓCUS DA PESQUISA*

Neste capítulo, apresentaremos os aspectos das lutas sociais, com ênfase no enfrentamento da violência contra as mulheres que foram sendo consolidadas ao longo dos últimos anos na cidade de Santo Antônio de Pádua. Nesta fase, alguns dados estiveram sendo incorporados para melhor compreender os esforços que vêm sendo realizados localmente e para identificarmos as formas e ferramentas utilizadas para a erradicação da violência contra as mulheres no *lócus* da pesquisa.

Para tanto, faremos uma breve contextualização do panorama atual do *lócus* da pesquisa: (1) contextualizaremos a territorialidade e os atravessamentos dos arranjos políticos na cidade de Santo Antônio de Pádua, onde os estudos do enfrentamento da violência contra as mulheres vem acontecendo; (2) construiremos um mapa da evolução da discussão da violência de gênero e violência contra as mulheres que tem se inserido na agenda social e governamental da cidade desde o ano de 2017, assim como os marcos no enfrentamento a essas violências desde então.

Compreendemos que a análise a partir desses recortes podem auxiliar na formação de uma agenda capaz de produzir teorias, bem como práticas que fomentem não somente pensar a história das mulheres, perpassadas pela perspectiva hegemônica, mas, também, os contextos que possibilitam identificar a construção de movimentos sociais e coletivos de mulheres e/ou feministas em uma cidade de interior, cujas especificidades atravessam o modo como o problema da violência é experienciado desde 2017. Sendo assim, destacar a história de Pádua nos parece essencial para que possamos pensar em formas de mapeamento e superação das violências contra as mulheres dessa localidade.

Após essa contextualização, visamos apresentar a parte metodológica da pesquisa e suas dimensões. A construção dessas dimensões se realizou por meio do diário de campo, a partir dos encontros da Roda de Conversa do Projeto Nós – Pádua, que será detalhado mais adiante.

#### 3.1 HISTÓRIA DO LUGAR: CONTEXTUALIZANDO A CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

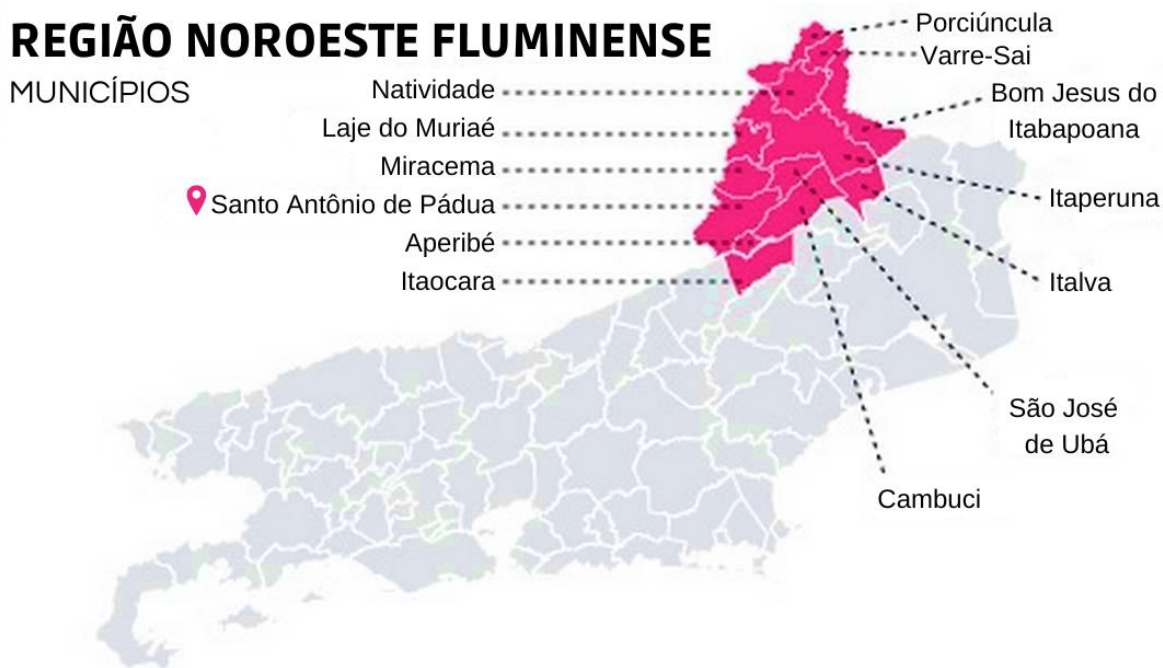
No que diz respeito à sua história, o território de Santo Antônio de Pádua pertence/pertenceu aos indígenas Puris. Com a chegada da catequização, no século XVIII, o Frei Florido de Cittá Di Castelli apossou-se de algumas terras às margens do Rio Pomba. Por

meio da exploração e escravização dos indígenas, foi construída uma capela denominada São Félix. Mais tarde, por volta do fim da década 1830 e início de 1840, houve a edificação da Capela de Santo Antônio, no endereço atual da paróquia<sup>15</sup>.

Ao longo dos tempos, por forte influência da igreja católica, essa localidade passa se chamar Santo Antônio de Pádua. Este passou a ser o nome definitivo do arraial, que mais tarde tornou-se vila. Posteriormente, em 2 de janeiro de 1882, ocorreu sua emancipação para município, tornando-se o primeiro distrito com o nome definitivo de cidade de Santo Antônio de Pádua (CÂMARA DE VEREADORES, 2019).

Localizado na Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o município de Santo Antônio de Pádua faz parte dessa região, que por sua vez é composta por mais 12 municípios: Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, São José do Ubá e Varre-Sai. A Região possui uma área geográfica total de 5.385,6 km<sup>2</sup>.

**Figura 3 – Localização de Santo Antônio de Pádua**



Fonte: Site O Globo/2014.

<sup>15</sup> Localizado na Praça Pereira Lima, s/n, Centro – Santo Antônio de Pádua/RJ. Disponível em: <https://psapadua.com.br/>

Segundo o Painel Regional Noroeste Fluminense (2016), esses municípios reúnem 2% da população do Estado do Rio de Janeiro, com cerca de 324 mil habitantes. Esta é a região do Estado que dispõe a menor densidade demográfica, em comparação com as outras regiões do Rio de Janeiro. No *ranking* abaixo é possível observar os seus coeficientes, segundo os moldes de captação de informações de cada órgão a seguir:

**Figura 4 – Ranking do IDHM em 2000 e 2010, PIB per capita em 2013, percentual de pobres, coeficiente de GINI e renda domiciliar per capita: Estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e Municípios, 2010**

	RANKING IDHM 2000	RANKING IDHM 2010	PIB PER CAPITA (R\$) 2013	RANKING PIB PER CAPITA	% DE POBRES	RANKING ESTADUAL % POBRES	COEFICIENTE DE GINI	RANKING ESTADUAL GINI	RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (Em R\$ por mês de julho de 2010)	RANKING ESTADUAL RENDA DOMICILIAR PER CAPITA
ERJ			38.262		26,0		0,599		991	
Noroeste Fluminense			17.438		32,3		0,513		616	
Aperibé	30	64	12.643	87	32,5	48	0,457	9	495	79
Bom Jesus do Itabapoana	26	22	16.310	64	35,3	70	0,565	83	702	24
Cambuci	51	65	16.945	58	36,9	74	0,473	20	498	78
Italva	73	68	17.941	52	29,5	34	0,483	28	589	53
Itaocara	19	41	17.420	55	32,8	51	0,496	42	593	50
Itaperuna	28	23	19.426	47	26,2	23	0,496	41	663	31
Laje do Muriaé	73	78	16.642	60	43,9	88	0,472	18	445	85
Miracema	37	41	13.248	80	33,0	53	0,509	50	603	46
Natividade	23	23	14.791	71	33,1	57	0,526	65	646	35
Porciúncula	69	60	14.561	73	40,1	81	0,572	87	608	43
Santo Antônio de Pádua	44	35	21.107	41	33,1	41	0,523	63	645	36
São José de Ubá	85	88	17.741	53	48,8	91	0,471	16	390	90
Varre-Sai	88	83	12.882	85	43,9	87	0,442	5	416	89

Fonte: IETS, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Pnud-Ipea-FJP, do PIB dos municípios/IBGE e do Censo/IBGE.

O fluxo econômico dessa região está relacionado a uma baixa participação no PIB estadual, sendo o menor comparado a todas as outras regiões do Estado<sup>16</sup>. Segundo o Painel regional Noroeste Fluminense – Observatório Sebrae/RJ, “tanto em 2000 quanto em 2010, os municípios do Noroeste apresentaram IDHM inferior ao do ERJ” (2015, p. 7). O distanciamento da cidade de Santo Antônio de Pádua da capital do Rio de Janeiro é

<sup>16</sup> Segundo o Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (2020), a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas – CEEP, o Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita* e Impostos sobre produtos, segundo as Regiões de Governo e municípios Estado do Rio de Janeiro – 2018, a Região Noroeste Fluminense apresenta o valor de 7,037,993, representando o menor PIB do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz\\_ceperj\\_imagens/Admin/Uploads/PIB-MUICI PIOS-DEZ-2020\\_\(1\).pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Admin/Uploads/PIB-MUICI PIOS-DEZ-2020_(1).pdf)

demarcado por 256 km de distância e a área total do município é de aproximadamente 615,2 km<sup>2</sup>, correspondendo a 12% do território total da Região Noroeste.

Velasco e Daher (2007), no livro *A casa de Visconde Figueira: história da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua*, relatam que essa região, desde o início de seu povoamento, foi marcada pela produção de café, que beira as margens da mata mineira. A cidade é cortada pelo Rio Pomba, Paraíba do Sul, Pirapetinga e seus afluentes. O clima da região é quente/seco, mas conta com alguns períodos de muita chuva durante o verão, que ocasionalmente geram as cheiras do rio e quase sempre alagam as ruas com as enchentes.

Os 615,2 km<sup>2</sup> são compostos por áreas montanhosas e vales, sua formação com o plantio é bem forte, marcado pela plantação de tomate, café, arroz, milho e cana, sendo grande a relação da população com o campo. O seu território também é marcado por grande minerais, principalemnte de pedras decorativas. Entre as atividades que também marcam esse território estão a pecuária leiteira, indústrias de papel e celulose, comércios – estando este dentre os que mais geram emprego e renda para a cidade. O turismo gira em torno de atividades ecológicas e das festas de exposição agropecuária no município.

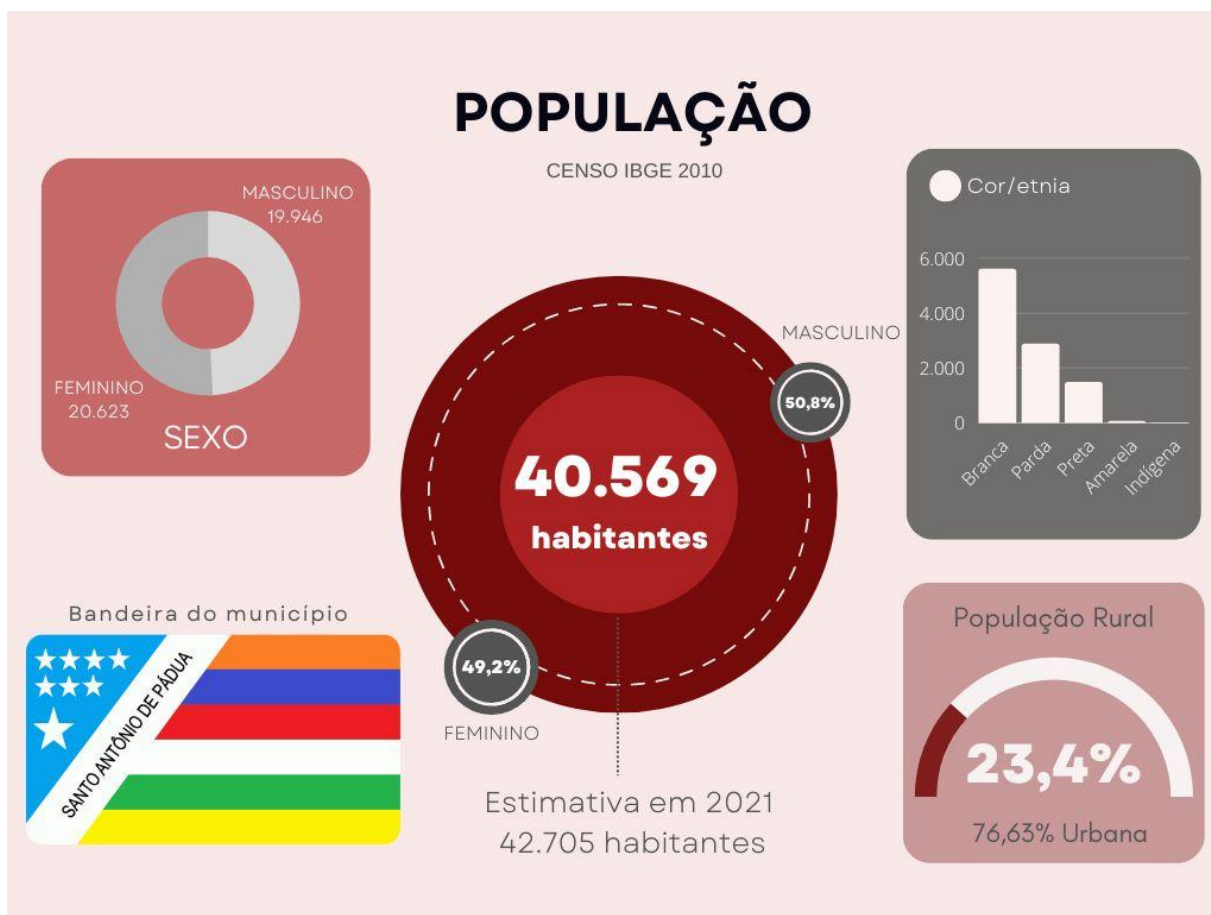
A divisão do território municipal se dá por meio de 9 distritos, sendo eles: Santo Antônio de Pádua, Baltazar, Santa Cruz, Marangatu, São Pedro de Alcântara, Monte Alegre, Paraoquena, Ibitiguaçu e Campelo. De acordo com o IBGE<sup>17</sup>, somente dois desses distritos possuíam população que residiam majoritariamente em áreas urbanas, sendo Pádua com 93% e São Pedro de Alcantara com 68%, os demais distritos são considerados áreas rurais.

Segundo o Censo de 2010, o município possui 40.569 habitantes (estimativa em 2021 – 42.705 habitantes), e a divisão da população por sexo são: homens – 19.946 (49,17%); mulheres – 20.623 (50,83%). A área urbana possui 31.086 habitantes (76,63%) e a área rural 9.483 (23,37%). O quadro a seguir mapeia outros itens que constituem o Censo IBGE de 2010:

---

<sup>17</sup> Fonte: Censo IBGE 2000, Censo IBGE 2010 e Estimativas de população IBGE 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html> Acesso em: 22 jul. 2022.

**Figura 5 – População de Santo Antônio de Pádua/RJ**



Fonte: Censo IBGE, 2010. Elaboração própria.

Ainda, segundo o Censo foi observado que desde então – em comparação com os resultados de 2000 e 2010 – foi apresentado um esvaziamento do campo e migração para os centros urbanos. Sendo assim, com aumento cada vez maior da industrialização evidenciou no município o quanto os pequenos produtores rurais se viam subordinados a essa via de sobrevivência às margens do capital comercial (KATO, 2006, p. 21).

O resgate desses dados, que cartografam a história do município de Santo Antônio de Pádua, nos permite compreender melhor algumas dinâmicas espaciais que, a partir daqui, nos orientam a reconhecer as heranças da colonização e catequização, assim como marcas que atravessam a história do lugar ao longo dos últimos anos. Tais tensões, como preferimos chamar, determinam uma relação entre o campo, a industrialização e a comercialização na região, cujo recorte de gênero pode e merece ser observado. Apresentar também o cenário da territorialidade e o censo da população da cidade nos ajuda a compreender um pouco mais sobre a *história do lugar* desde a perspectiva das mulheres.

### 3.2 ELEMENTOS SOCIOCULTURAIS E POLÍTICOS DA HISTÓRIA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Historicamente, a cidade de Santo Antônio de Pádua carrega diversas marcas da colonização enraizadas em sua estrutura política, social e cultural. Assim como grande parte do território brasileiro, esses resquícios coloniais ainda permeiam a geopolítica da cidade até os dias de hoje. Isto é, todo esse território tem sido geopoliticamente determinado pela imposição hegemônica e marcado pelo coronelismo<sup>18</sup> e, principalmente, por um arcabouço político de monopólio e poder que se projeta em um empreendimento político geracional.

A história do contexto político e social no município carrega fortes heranças de voto de cabresto, advindas do coronelismo que rege o panorama eleitoral na cidade. Isto se articula e ganha forma quando constatamos que as mesmas famílias estiveram no poder executivo durante anos. Isso fica evidenciado quando analisamos o livro *A casa de Visconde Figueira: história da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua* (2007), da autora Maria Thereza Caldas Vellasco e Marinice Vieira Daher Nascimento, no qual é apresentada toda a lista de vereadores do período de 1883 a 2007; dentre estes, muitos passaram de vereador a prefeito. Entre essas famílias também estão alguns proprietários de uma das maiores indústrias que geram emprego e renda para a cidade<sup>19</sup>.

Conseqüentemente, outro grande campo de polo empregatício é o poder municipal, que, assumido pela oligarquia dessas famílias na máquina pública, compõe a rede de poder e monopólio, posto que atualmente ainda mantém a viabilização do voto de cabresto por meio da garantia da empregabilidade de seu “curral eleitoral”. Até mesmo quando esse cenário político buscou uma ruptura com essas famílias, de certa forma estas permaneceram como marionetistas dos cargos públicos, não conseguindo a população desviar-se do coronelismo do plano municipal, mesmo trocando a representação do poder executivo e legislativo.

*“[...] após o final de uma de nossas reuniões do projeto uma servidora continua conversando sobre a garantia de direitos para as mulheres, quando menciono que na pesquisa narro essa marca da herança colonial e coronelista da cidade. A mesma concorda*

---

<sup>18</sup> De acordo com Leal (2012, n.p), “o fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado “coronelismo”. Longo caminho foi percorrido, mas o alvo ainda está longe de ser atingido, na medida em que a plenitude da cidadania ainda não chegou a todos os recantos e a toda a população do país. Enquanto isso não se verificar, os valores democráticos que informaram Coronelismo continuarão vivos a nos desafiar com novas tarefas”.

<sup>19</sup> Algumas dessas empresas estão: Indústrias de Papel: Copapa – Companhia Paduana de Papéis; Cipel de Pádua Ind. de Papéis Ltda; Bompel Papéis; Indústrias do Café: Café Garoto; Café Paduano; Indústria de Produto de Limpeza: Inprol – Indústria de Produtos de Limpeza Ltda; Indústrias de Pedras; Empresas de venda de combustíveis: Comercial Tangará.

*com essa afirmação, diz que isso realmente contribuiu para o silenciamento de pautas e ainda diz que isso tem mudado desde quando o atual prefeito assume a prefeitura. Principalmente pela classe social da família do prefeito, ela diz que ele veio de família pobre e por isso quebra a lógica das grandes famílias que ‘detinham o poder’ da cidade. E também pelo fato de que mesmo que ele tendo alcançado este cargo ele não saiu do bairro onde morava, que é considerado um bairro de pessoas pobres/humildes” (DC, 06/07/2022).*

Receio que, mesmo que tenhamos avançado de certa forma, a cidade ainda flerta com a figura do coronel, representado em outras formas de poder, considerando o fato de que o sistema da máquina pública servia/serve ao coronel como trampolim, oferecendo a seus eleitores “favores” como alimentos, remédios, segurança, vagas no hospital ou emprego. Embora alguns autores defendam que o coronelismo tenha se extinguido, esse sistema se emaranha nas novas articulações de poder<sup>20</sup> e dominação do poder público municipal no interior do Estado (NUNES, 2012).

Do mesmo modo, as raízes do coronelismo mantêm a essência da tradição patriarcal brasileira, direcionando essa manutenção principalmente no município. A população paduana sufoca-se nesta neblina de opressões e construções de subjetividades do seu espaço coletivo.

A partir de uma perspectiva crítica, torna-se possível reconstruir algumas dessas chaves para compreendermos a mobilização social no município, sobretudo, como a história das mulheres tem se desdobrado desde então e, neste panorama, entendermos também a mobilização coletiva das mulheres no município. Pretendemos considerar: quais os impactos que a herança colonial deixou na cidade; como isso se perpetuou ao longo dos séculos; e como isso implica diretamente ou indiretamente na mobilização social das mulheres no município.

Fica evidente que Pádua é um lugar marcado pelo coronelismo. Consequentemente, carrega as marcas da colonização; portanto, do patriarcado, do machismo, da homofobia, do sexismo, do racismo e outros tipos de “ismos” de dominação<sup>21</sup>. A partir, disso começamos a pensar como a perspectiva decolonial pôde nos auxiliar a promover uma atitude contra-

---

<sup>20</sup> “[...] essa relação do poder pode se materializar em múltiplas formas como através das instituições religiosas, por meio da lei do pai ou por meio do pacto patriarcal de muitas instituições que em muitos casos são os responsáveis pela manutenção dessas violências” (DC, 26/09/2022).

<sup>21</sup> A filosofia Ecofeminista, portanto, baseia-se: “1) no feminismo; 2) na ecologia e no ambientalismo; e 3) na filosofia, com sua análise dos sistemas humanos de dominação injustificada, o que a autora chamada de **“ismos” de dominação**. Considera-se que tal dominação não é justificada, tampouco inevitável. O feminismo, um “ismo” de libertação, refere-se ao uso da análise de sexo/gênero como ponto de partida para criticar os “ismos de dominação”. A ecologia e o ambientalismo, por sua vez, usam insights sobre as interações humano-natureza, em sua teoria e prática. Como filosofia, usa a análise conceitual e a justificação argumentativa” (ROSENDO, 2012, p. 62, grifos meus).

hegemônica na cidade de Pádua. Considerando que a perspectiva decolonial busca justamente promover uma reflexão crítica sobre a herança colonial, consideramos que, mediante o cenário geopolítico e social em questão, esta seria a perspectiva que melhor nos auxiliaria no enfrentamento dos “fantasmas coloniais” que assombram a cidade.

A teoria decolonial ganhou sentido quando começamos a constatar as projeções no cenário político e social da cidade. Percebendo a existência de um colonialismo discursivo, que tende a subalternizar os corpos em um papel de opressão, dentro de “estratégias de conservação do poder” (MIÑOSO, 2020). O quadro que se desenha vai de encontro ao desvelamento de uma política colonialista que tende a manter seu compromisso com a colonialidade. Tal perspectiva nos permite entender o projeto, nesse campo de disputa, de manutenção da geopolítica hegemônica.

A construção de uma memória que permite evidenciar os jogos de poder, as relações hierárquicas que financiam a produção de subalternidade e colaboram para a preservação do “sujeito colonial”, surgem como ponto crucial quando buscamos analisar a história social de luta das mulheres paduanas. Desde quando buscamos ir atrás dessa construção política e social das mulheres no município, constatamos que as lutas sempre foram iniciativas isoladas, até mesmo individuais, no qual uma mulher se destacava por sua resistência/resiliência, mas isso não se conjeturava em uma ação coletivizada.

De certa forma podemos ousar afirmar que nunca houve um coletivo de mulheres para pensar exclusivamente a pauta das mulheres e suas opressões. Também não houve um coletivo feminista que lutassem pelo fim do machismo e as demais violações que atingem as mulheres. E aqui, mais uma vez, quero chamar atenção para o fato de que, mesmo que muitas mulheres tenham se destacado por sua luta e transgressões, essas mobilizações partiam do campo individual, mas não induziram a mobilização coletiva.

Acreditamos que esse “desarranjo coletivo” seja por conta dessa “opressão hegemônica” que, desde o surgimento do município, se mantiveram articulados por esses “fantasmas coloniais” que nos assombram até os dias de hoje, proporcionando as ausências e silenciamentos nas mobilizações em Pádua. Nossa hipótese é de que essa assombração colonial, ainda muito marcada pelo sexismo, pelo racismo, são estruturais, fazendo com que, apesar da existência de um problema sistêmico de violência contra as mulheres, não haja uma organização.

Isso nos faz concluir que o “desarranjo coletivo” é um componente necessário para a manutenção das assimetrias de gênero, que fazem com que mulheres, sobretudo mulheres negras, empobrecidas, trans, travestis dos interiores – e de Pádua, em especial – fiquem à

margem, inclusive da possibilidade de denunciar os seus agressores e criar espaços de segurança. Embora a denúncia seja uma questão estrutural que assombre a todas as mulheres em razão do sexismo, observamos que esse “fantasma colonial coronelista” de Pádua dificulta ainda mais esse processo.

Chegamos aqui a um ponto crucial da pesquisa: quando entendemos que as violências sistemáticas contra as mulheres em um município como o de Santo Antônio de Pádua possuem especificidades que merecem ser escamoteadas para melhor se compreender a dificuldade e complexidade para se alcançar uma mobilização social de mulheres. Afinal, se os casos são subnotificados, há uma dificuldade de assumirmos os dados como um aliado na exigência para a garantia de direitos das mulheres no município. Isso poderá ser melhor compreendido posteriormente no próximo capítulo, quando adentrarmos na análise das Rodas de Conversa do Projeto Nós Pádua. Antes disso, compensa apresentar como tem se desenvolvido o percurso do enfrentamento da violência contra as mulheres em Pádua desde 2017, que aqui chamaremos de *percursos e percalços*.

### 3.3 PERCURSOS E PERCALÇOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ

Inicialmente, podemos interpretar que muito das lutas individuais contribuíram para a discussão dos temas de gênero na cidade de Santo Antônio de Pádua. Sobretudo, com a chegada dos Institutos Federais no município, esse debate se ampliou ainda mais. Perceptivelmente, a maioria dos eventos, congressos, ativismos partiram do âmbito educacional. Até mesmo as lutas com iniciativas individuais partiram, em grande parte das vezes, de um protagonismo vinculado à área pedagógica e educacional. Não somente tiveram essa relação com a educação, mas se conectam também com as mulheres do campo. Um grande exemplo disso foi Maria Azevedo Gonçalves – Mariquinha Cebola, a primeira mulher a ingressar na Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua, cumprindo seu mandato de 1973 a 1976.

Podemos entender um pouco mais da história dela a partir do que o livro *A casa de Visconde Figueira: história da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua*:

Nasceu no dia 5 de junho de 1916, em Monte Alegre, onde foi criada até os 12 anos de idade. Sua adolescência passou em Miracema – então distrito de Santo Antônio de Pádua – para onde foi estudar e aprender Corte e Costura. Num final de semana, aos 17 anos, conheceu Mário Gonçalves de Souza, açougueiro e recém-proprietário da Fazenda Boa Vista, Monte Alegre, no dia da inauguração da luz elétrica na

referida fazenda. Com ele se casou em 1935, com 19 anos e tiveram 2 filhos, Leize Gonçalves e Mário Guilherme Gonçalves. Foi **professora municipal na Escola Rural** da fazenda onde, ao lado do seu marido, empreendeu grandes atividades agrícolas, destacando-se como **pioneiros no cultivo de cebola, daí o apelido Mariquinha Cebola**. A comercialização da cebola, à época, exigiu dela modificação de hábitos de vida para competir num mercado essencialmente másculo; e ela, novamente demonstrando garra, criatividade e autenticidade, adotou uma indumentária masculina no seu vestir – necessária para subir em carrocerias de caminhão para vender seu produto – fato inédito para a década de 30. **Provavelmente foi a 1ª mulher a usar calças compridas no Rio de Janeiro** e, quiçá, no Brasil. A calça comprida e a cebola determinaram seu perfil como cidadã. Nessa incursão comercial para a venda de cebola, principalmente, conheceu um grande comerciante em Pádua – José Kezen – mais tarde influente político da região, assessorado e engrandecido por sua esposa Eunice Kezen. Desse relacionamento nasceu uma profunda amizade, quase uma veneração que só se esgotaria com a morte de ambos, José e Eunice Kezen. Essa mesma amizade e dedicação fraterna contribuíram para sua inclusão social no município paduano. A década de 70 foi marcada pelo regime militar aterrorizando a maioria do povo brasileiro, sobretudo a do interior. Estava difícil conseguir alguém para se candidatar a vereador por Monte Alegre. José Kezen era deputado estadual e presidente do MDB paduano. Ele e Eunice lançaram, então, mão de sua fiel escudeira para assumir tal responsabilidade. Mariquinha foi eleita com grande votação, afluindo mais uma vez sua sina de pioneira, pois **foi a 1ª mulher vereadora neste município**. Participou efetivamente de todos os motivos populares e culturais da cidade, tais como Carnaval, Futebol, Caxambu, Festas Religiosas (é devota de Santa Rita de Cássia), Mineiro-pau, Folia de Reis, tendo sido também fundadora do Campestre Pádua Clube. Envolveu-se sempre e ativamente nas campanhas políticas que elegeram diversas vezes José Kezen e Elias Camilo Jorge a deputado estadual; Badih Chicralla, prefeito de Pádua; Frederico Padilha, deputado estadual; Renato Padilha, prefeito; e Nando Padilha Leite; deputado e prefeito por 3 mandatos. Hoje, aos 90 anos de idade, 5 netos e 6 bisnetos, Mariquinha é homenageada, para seu orgulho, com a Medalha do Mérito Legislativo Deputado José Kezen, pelo Vereador Ralph Kezen Leite, neto do casal que quase tudo representou em sua trajetória política e social em Santo Antônio de Pádua. (VELLASCO; DAHER, 2007, p. 96, grifos meus).

A história de Mariquinha Cebola, como de muitas outras mulheres paduanas, revela a predominância e protagonismo da representação campesina e educativa. Nos dias atuais, esse protagonismo tem a mesma força, emergindo das margens e refletindo o desbravamento de outras mulheres que, na busca por emancipação e autonomia – mesmo que, por meio do que chamarei de “carreira solo” –, tentam construir uma história de transgressões e de libertação.

Desde então, esses protagonismos ocupam diversos âmbitos e têm se destacado no meio educacional, no campo, na arte, na cultura, nas ruas e buscam reivindicar dentre outras coisas a equidade. Mesmo que a luta solo introduza um caminho que tem se alargado a pequenos passos, ela parece deixar – no contexto do interior – algumas passagens que outras mulheres utilizarão para alargar a estrada. Portanto, seria interessante pontuar aqui a importância dessa dissertação como a construção de uma via, na qual outras mulheres vão poder continuar abrindo esses caminhos e escrevendo histórias desde os seus lugares, experiências, vozes e corpos.

Aqui cabe destacar que a pesquisa iniciada em 2018 dava enfoque à expectativa de ampliar a possibilidade do pedagogo de atuar em diversos espaços, pensando o papel das(os) educadora(es) no enfrentamento da violência doméstica. Visto isso, atualmente a pesquisa reconhece os elementos fundamentais implementados pelo trabalho anterior e se conecta com as novas e expressas pautas e propostas levantadas. Esse reconhecimento, para darmos continuidade ao enfrentamento da violência, se dá como ponte quando assumimos um compromisso inicial *com* as mulheres paduanas.

O pensar em uma apresentação do quadro geral a respeito da evolução de um arcabouço do enfrentamento da violência doméstica e institucionalização de políticas públicas na cidade de Santo Antônio de Pádua significa pensar em possíveis ausências. Para tanto, refletir sobre esse processo de institucionalização das demandas de políticas de seguridade às mulheres, significa confrontar-se com um cenário onde poucos serviços funcionam efetivamente.

Em um panorama geral a respeito da cidade e sua relação com a assistência às mulheres em situação de violência, encontramos pouca ou nenhuma iniciativa que de fato assegure, acolha e ampare essas mulheres, gerando, em grande parte das vezes, o processo de revitimização<sup>22</sup>, por conta da precariedade dos serviços e gestão dos parâmetros existentes. Ao pensarmos na cidade de Santo Antônio de Pádua – RJ, nos deparamos com uma localidade que não oferece uma rede de atendimento especializado para mulheres vítimas ou em situação de violência (ANDRADE; CORRÊA, 2020).

Neste cenário, encontramos dois grandes desafios: primeiramente, no que tange às mudanças legislativas, que precisam ser sistematizadas e constituírem avanços à efetivação de políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher, principalmente no que se refere à rapidez ao atendimento e atenção às vítimas; em segundo lugar, a necessidade de uma urgente mudança cultural que rompa com a forte herança colonial e patriarcal que tende a naturalizar as diferentes formas de violência contra as mulheres. Tais desafios se reafirmam quando identificamos alguns fragmentos da pesquisa anterior, onde constatamos que:

[...] na cidade de Santo Antônio de Pádua, mesmo quando há uma iniciativa de denúncia da agressão, a mulher não encontra serviços de assistência especializada para os primeiros procedimentos. Isso acontece em função de que a consolidação de

---

<sup>22</sup> Vasconcelos e Augusto (2015) afirmam que a revitimização da mulher ocorre quando não há “conformação plena de uma rede de atendimento à mulher vítima de violência, aliada ao mau funcionamento do que já se tem implementado, bem como à falta de preparação adequada daqueles que integram tal rede, reforça a violência institucional sofrida pelas mulheres, num processo de revitimização – ou violência secundária –, isolamento social, descrença do sistema de justiça e transtornos psicológicos” (VASCONCELOS; AUGUSTO, 2015, p. 89).

políticas públicas voltadas para a mulher ainda não foi contemplada na cidade. Por um lado, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) mais próxima à cidade fica a 126,7 km de distância. Por outro, a 136ª Delegacia de Polícia não conta com uma unidade especializada, como um Núcleo de Atendimento às Mulheres (NUAM). Essas ausências foram interpretadas por uma pessoa que protagonizou a pesquisa enquanto incompetência, especialmente quando denunciou o fato de que “a sociedade não está preparada para nada, a sociedade não nos cabe” (P-B), referindo-se às demandas e aos direitos das mulheres. (ANDRADE; CORRÊA, 2020, p. 113-114).

Diante disso, evidenciamos a necessidade de continuarmos lutando para uma efetiva seguridade social das mulheres. Para tal, é importante frisar que essa luta precisa se consolidar não somente enquanto uma política de governo, mas como uma política de Estado. Isso significa dizer que o empenho de estabelecer uma vida livre de violência deve ser construída em um compromisso municipal e, sobretudo, estadual. Só assim entendemos que tais projetos e programas irão alcançar as mulheres no Noroeste Fluminense do Estado, considerando que:

ainda na pauta das ausências, as informações coletadas na pesquisa indicam que o medo de não encontrar subsídios de assistência reforça e fortalece o receio de enfrentar novamente os possíveis casos de violência vividos por essas mulheres. Segundo o Dossiê Mulher (2018, p. 12), “a integração entre as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e outros órgãos da rede de serviços especializados é um dos fatores que podem auxiliar as vítimas na ruptura do ciclo perverso da violência”. A inexistência da delegacia e de outras políticas de atendimento acentua a realidade de que grande parte das mulheres são subjugadas ao pensamento de conjunturas arcaicas, em que alguns de seus direitos ficam restritos ao que o seu parceiro sentimental determina. Em outras palavras, o papel primário na relação é do homem, como figura de autoridade e controle sobre o corpo e a autonomia da mulher, uma estrutura de relações entre posições hierarquicamente ordenadas, na qual a mulher deve obediência. (ANDRADE; CORRÊA, 2020, p. 114).

O processo apresentado anteriormente põe em questão a garantia de acesso à proteção e seguridade das mulheres e permite questionarmos se há realmente um compromisso e estabelecimento de *formulação, implementação e implantação* de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra as mulheres no *lócus* da pesquisa. A premissa de que o governo do Estado do Rio de Janeiro desenvolve ações voltadas para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher não condiz com a realidade das mulheres paduanas, por exemplo. Segundo Luciene Medeiros (2016), o processo de evolução do arcabouço institucional aponta que a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) concebe um processo fundamental da implementação de políticas públicas voltadas a equidade de gênero, assim como as de enfrentamento da violência doméstica. Esse processo ainda consagra as políticas públicas como política de Estado, apesar dessa realidade nos parecer um pouco distante:

As denúncias dos vários tipos de violência contra as mulheres apresentadas neste trabalho sinalizam a emergência de construção de processos orgânicos entre as mulheres. Logo, é válido pensar a construção e consolidação de *redes* de enfrentamento, entendendo que estas podem constituir-se como amparo fundamental e apoio na ruptura dos ciclos de violência. Essa posição é sinalizada nas falas das pessoas que protagonizaram, sobretudo quando indicam que “*nós devemos sim, mover essas dificuldades de tirar elas do caminho, para ajudar essas mulheres que estão à margem do seu relacionamento sofrendo*” (P-C). (ANDRADE; CORRÊA, 2020, p. 114, grifos das autoras).

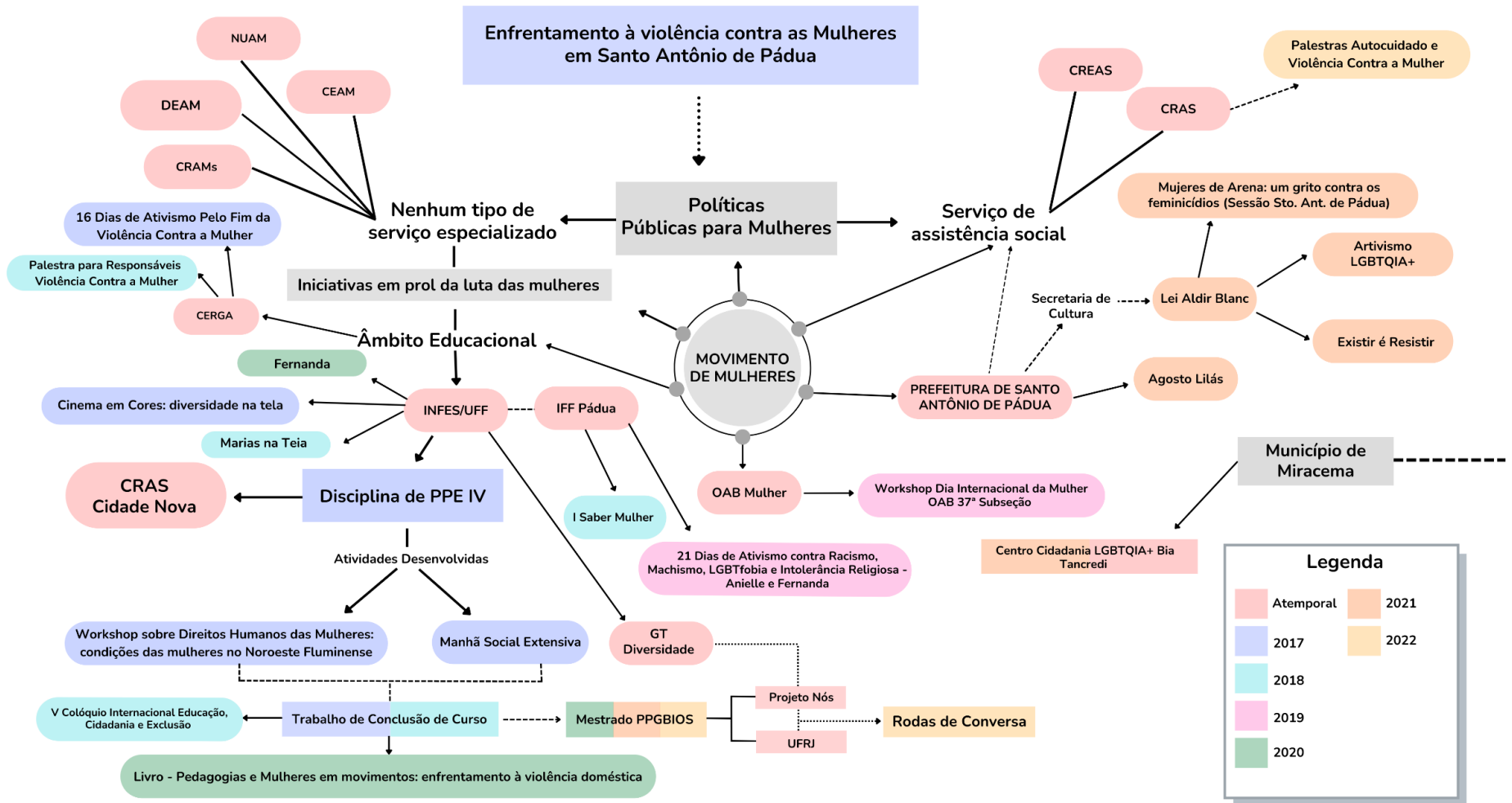
A iniciativa de fortalecimento de uma rede de enfrentamento na respectiva cidade tem surgido, desde então, por meio de mulheres e feministas que têm buscado resistir em movimentos de denúncia e reparação na cidade de Santo Antônio de Pádua. Gostaríamos de ressaltar que essas ações e movimentos têm acontecido por meio de iniciativas individuais, não configurando enquanto uma mobilização de um movimento de mulheres e movimento feminista. Conforme veremos a seguir, todas as propostas desenvolvidas até aqui, apesar de terem uma linearidade, se articulam por uma mobilização individualizada, não configurando a construção de um movimento social das mulheres.

Em sua maioria, essas iniciativas surgiram – e têm surgido – por meio de ativistas sociais ou através de alguma Instituição de Ensino (IE) pública no município, em especial por meio do Instituto do Noroeste Fluminense de Ensino Superior – INFES/UFF e do Instituto Federal Fluminense, Campus Santo Antônio de Pádua – IFF, onde muitos eventos foram organizados. Entretanto, mesmo que essas propostas tenham surgido de perspectivas individualizadas ou por meio de IEs, identificamos que as mobilizações nesses espaços têm dado força para a discussão da violência de gênero na cidade.

Porém, ressaltamos que essa discussão permanece no campo teórico, circulando através de seminários, eventos culturais de extensão e publicações, o que não necessariamente tem resultado – até o presente momento – em uma força política para reivindicar ao poder público a garantia de uma rede de proteção às mulheres no município. Observa-se, aqui, que não se trata de compreender a teoria distante de prática, tampouco reduzir a importância da produção teórica para que possamos reivindicar tais políticas. Destacamos apenas que, até o presente momento, existe um vácuo que merece atenção e ser preenchido para que possamos transformar a realidade das mulheres paduanas concretamente.

Sendo assim, a seguir, daremos destaque a alguns desses eventos que abordaram temas sobre a violência de gênero e da violência contra as mulheres. Introduziremos também como a discussão tem sido disseminada através dos eventos e mobilização na cidade, conforme a seguir:

**Figura 6 – Sistematização dos elementos fundamentais na construção das lutas sociais no enfrentamento da violência de gênero e contra as mulheres em Santo Antônio de Pádua – RJ**



Fonte: Elaboração própria.

Na tabela a seguir, descrevemos de forma mais detalhada e sistematizada o quadro apresentado anteriormente. Apresentada enquanto aprofundamento do mapa conceitual. Portanto, conta com a descrição de cada marco na discussão sobre violência de gênero e do enfrentamento da violência contra as mulheres em Santo Antônio de Pádua/RJ.

**Tabela 4 – Mapeamento das atividades e eventos em torno da violência de gênero em Santo Antônio de Pádua/RJ nos últimos 5 anos**

Data	Evento/Ação	Descrição
12 abril a 29 junho de 2017	Disciplina de PPE IV: Atuação no CRAS – Cidade Nova	Atividade realizada durante o estágio da disciplina de PPE IV, participamos da reunião do CRAS juntamente com as mulheres.
18 abril, 16 maio, 12 e 13 junho de 2017	Curso de Extensão – Cinema em Cores: diversidade na tela	Curso de extensão oferecido pelo Prof. Fabio Oliveira no INFES/UFF, o qual tinha como objetivo exposição de filmes com a temática da diversidade. Evento realizado no INFES/UFF, o qual contou com a participação de mulheres da comunidade que foram até a universidade pra discutirmos sobre violência contra as mulheres, realizado a partir do projeto de intervenção através da disciplina de PPE IV, por Mariana Santiago e demais pesquisadores.
29 junho de 2017	Manhã Social Extensiva	Evento realizado no INFES/UFF, aberto ao público, e contou com a representante do CEDIM e a OAB Mulher, onde foi debatido sobre violência doméstica. Foi realizado a partir do projeto de intervenção através da disciplina de PPE IV, por Mariana Santiago e demais pesquisadores.
29 junho de 2017	Workshop sobre Direitos Humanos das Mulheres: condições das mulheres no Noroeste Fluminense	Mobilização realizada pelo Colégio CERGA. Houve panfletagem e passeata em frente à escola.
11 dezembro 2017	16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra a Mulher	Evento realizado em parceria da UFF/INFES e IFF Pádua. Propôs favorecer o desenvolvimento científico e o diálogo com a comunidade acadêmica, setores públicos e comunidade local de saberes sobre violência doméstica no Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.
19 até 21 de março de 2018	I Saber Mulher – I Seminário de Saberes sobre Violência Doméstica no Noroeste Fluminense	Palestra realizada por Mariana Santiago, falando sobre violência doméstica para responsáveis dos alunos.
12 maio de 2018	Palestra “Violência Contra as Mulheres no CIEP” (para os pais)	Apresentação do trabalho Pedagogia e Possibilidades de Intervenções no Enfrentamento da Violência Doméstica
28 junho de 2018	Apresentação V Colóquio Internacional Educação,	

	Cidadania e Exclusão / “Pedagogia e Possibilidades de Intervenções no Enfrentamento da Violência Doméstica”	em evento por Mariana Santiago, falando sobre a realidade da violência doméstica em Santo Antônio de Pádua-RJ.
12 dezembro de 2018	Apresentação TCC	A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mariana Santiago, no qual se circunscreveu como um marco no enfrentamento da violência doméstica em Santo Antônio de Pádua-RJ, enquanto <i>espaço-tempo</i> de construção epistêmica, de denúncia de reparação das violências secularmente impostas às mulheres.
15 março de 2019	<i>Workshop</i> Dia Internacional da Mulher – OAB 37ª Subseção	Evento realizado pela OAB Mulher, falando sobre a violência contra as mulheres.
28 março de 2019	21 Dias de Ativismo contra Racismo, Machismo, LGBTfobia e Intolerância Religiosa – IFF Pádua	Evento realizado no IFF Pádua, que contou com a presença de Anielle Franco e Fernanda Vieira. O tema permeou em torno da proposta abordada no título do evento.
29 setembro de 2020	Publicação do livro “Pedagogias e Mulheres em movimentos: enfrentamento à violência doméstica”	A publicação do livro surge como a concretização do ato de denúncia e reparação às violências vivenciadas pelas mulheres paduanas. De autoria de Francisca Marli e Mariana Santiago.
Abril e outubro de 2021	Lugar de mulher em debate	O projeto de extensão teve como objetivo debater temáticas ligadas ao lugar da mulher na sociedade, na família e no capitalismo. Realizamos encontros mensais para debater textos que eram enviados com antecedência e em função da temática que o grupo decidia em consenso. Também serviu como um espaço seguro para que as mulheres participantes pudessem compartilhar vivências. Tivemos uma presença sazonal de mulheres, a maioria ligada à UFF, mas também de mulheres de fora dos muros da universidade, que receberam a divulgação do grupo e se uniram a nós. Ainda temos o grupo de WhatsApp com as participantes presentes, apesar de não ter realizado nenhum encontro em 2022, em função de outras atividades que as responsáveis tiveram que desempenhar neste ano. Responsáveis: Profas. Fernanda Insfran e Jacqueline Souza; Profa. convidada: Paula Habib.
2020/2021/2022	Início do Mestrado PPGBIOS	Consolida-se na continuidade da pesquisa que busca propagar o enfrentamento da violência doméstica em Santo

		Antônio de Pádua-RJ, enquanto <i>espaçotempo</i> de construção epistêmica, de denúncia de reparação das violências.
29 julho de 2021	Inauguração do Centro de Cidadania LGBTQIA+ Bia Tancredi	Inauguração do Centro de Cidadania LGBTQIA+ Bia Tancredi no município de Miracema, que marca a efetivação de um lugar de enfrentamento e resistência a todas as violências contra a comunidade LGBTQIA+. Constitui-se como uma garantia de direitos como um todo principalmente as mulheres trans e travestis no Noroeste Fluminense.
26 agosto de 2021	Agosto Lilás	Palestra realizada pela Secretaria de Assistência Social do município de Sto. Ant. de Pádua, que abordou sobre a violência contra as mulheres e a temática do agosto Lilás, teve como palestrante Mariana Santiago.
08 novembro de 2021	Participação “Mujeres de Arena: um grito contra os feminicídios” - (Sessão Santo Antônio de Pádua)	O espetáculo “Mujeres de Arena: um grito contra os feminicídios” (Lei Aldir Blanc) é uma adaptação da obra original “Mujeres de Arena”, do dramaturgo mexicano Humberto Robles, realizada pela artista Rosite Val. Teve como objetivo levar temática sobre a proteção das mulheres em situação de risco, a fim de chamar a atenção do Estado e de suas autoridades políticas para as drásticas estatísticas. A exposição na Cidade de Santo Antônio de Pádua contou com a participação de Mariana Santiago e Fernanda Xavier (Presidente da OAB-Mulher Pádua).
06 dezembro de 2021	Finalização do projeto “Artivismo LGBTQIA+”	O mural artístico “Artivismo LGBTQIA+” (Lei Aldir Blanc) foi criado por artistas do Noroeste Fluminense, Jonas Reis Moulin e Ana Paula Barbosa, e teve como intuito ressaltar a importância e necessidade de um movimento ativo que produza uma discussão LGBTQIA+ e feminista. Define-se, então, um marco para o debate posto no município de Santo Antônio de Pádua.
17 dezembro de 2021	“Existir é Resistir”	Exposição artística “Existir é Resistir” (Lei Aldir Blanc) da artista plástica Ana Paula Barbosa. Colocou em exposição no Teatro Municipal de Santo Antônio de Pádua suas obras em pinturas, entre outras, que tiveram como intuito denunciar as violências e feminicídios contra as mulheres no Noroeste Fluminense.
09 março de 2022	Palestra “Autocuidado e Violência Contra as Mulheres”	Realizada no Centro de Convivência Integrando Vida – Terceira Idade Cidade Nova do município de Sto. Ant. de Pádua, abordou o tema do autocuidado e violência

15 março de 2022	Palestra “Autocuidado e Violência Contra as Mulheres”	doméstica, e teve como palestrante Mariana Santiago. Realizada no CRAS Bairro Ferreira do município de Sto. Ant. de Pádua, abordou o tema do autocuidado e violência doméstica, e teve como palestrante Mariana Santiago.
17 março de 2022	Palestra “Autocuidado e Violência Contra as Mulheres”	Realizada no CRAS Cidade Nova do município de Sto. Ant. de Pádua, abordou o tema do autocuidado e violência doméstica, e teve como palestrante Mariana Santiago.
30 março de 2022	Palestra “Autocuidado e Violência Contra as Mulheres”	Realizada no CRAS do município de Laje do Muriaé, abordou o tema do autocuidado e violência contra as mulheres, e teve como palestrante Mariana Santiago.
09 maio de 2022 06 junho de 2022 06 julho de 2022	Início das Rodas de Conversas – Projeto Nós Pádua	Essa iniciativa de mobilização e organização tem como objetivo geral promover um espaço seguro de troca e ideias entre/para/com mulheres (cis, trans e travestis) sobre o tema da violência doméstica contra mulheres, através de um cronograma de rodas de conversas, as quais ocorreram no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES-UFF), em Santo Antônio de Pádua, como também no CRAS – Cidade Nova, e tiveram como enfoque levantar dados sobre a violência contra as mulheres no município e cidades vizinhas. Este espaço de diálogo, além de permitir a reflexão acerca do enfrentamento da violência contra as mulheres em diversos âmbitos e contextos, também se configura enquanto um espaço de acolhimento e escuta, ou seja, de sororidade/dororidade, cujo objetivo é o de não só mapear, mas também propor caminhos para a efetivação de políticas públicas que visem a erradicação da violência de contra as mulheres no âmbito doméstico.

Fonte: Elaboração própria.

Neste capítulo, buscamos compreender o contexto sócio-histórico da construção da luta dos movimentos feministas e de mulheres no *locus* da pesquisa, mediante sua consolidação ao longo dos séculos. Essa análise permitiu criarmos “essa reunião de elementos culturais e sociais constitui as múltiplas relações que ajudam a formar nossa compreensão do mundo” (BARBOSA, 2015, p. 29), que necessariamente foi crucial para podermos propor novas práticas sociais e confrontar os cenários de violências existentes. Buscou-se também analisar as políticas de enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, compreendendo como estas se estruturam na cidade de Santo Antônio de Pádua.

A análise em questão nos impulsionou a prática de uma *pesquisa comprometida* com ênfase nos Estudos de Mulheres, e tal demanda nos incentivou a compreendermos como as mobilizações se davam no município, observando como estas foram sendo constituídas desde o ano de 2017 para cá, sobretudo, ao confrontarmos a dura realidade de que a articulação permanecia caminhando a pequenos passos, desde então. Essa constatação teve pontapé inicial em 2017 – durante meu curso de graduação – e resultou em uma pesquisa em colaboração, onde pudemos perceber as necessidades do engajamento em prol da efetivação do fortalecimento da discussão da violência de gênero na cidade. Tal constatação nos levou a assumir, a partir disso, novas estratégias a fim de consolidar uma rede diálogo e apoio no enfrentamento da violência contra as mulheres no município.

Contamos um pouco da história de Pádua e percebermos a invisibilização da história das mulheres e a origem das violências que tiveram sua matriz colonial. No próximo capítulo, recorreremos a uma matriz de pensamento decolonial para que possamos melhor articular alguns encaminhamentos a partir das demandas identificadas.

Diante do exposto, fica perceptível a necessidade, não apenas de que esse debate seja incorporado por políticas públicas no município de Santo Antônio de Pádua, mas de que as matrizes teóricas mobilizadas para esse efeito sejam pensadas desse lugar, ou seja: do Feminismo Decolonial, do Feminismo Negro, do feminismo popular. Assim, consideramos que essas sejam matrizes teóricas que fazem mais sentido para pensarmos o *lócus* da pesquisa.

## 4 DELINEAMENTO TEÓRICO/METODOLÓGICO: TERRITÓRIO, DECOLONIALIDADE E INTERSECÇÕES

Neste capítulo, pretendemos discutir sobre a violência e seus atravessamentos, visando mostrar como essa atinge a vida das mulheres. Serão abordados temas fundamentais para analisar a violência, tais como: racismo, Interseccionalidade e o Feminismo Decolonial, a fim de entendermos como estes estão imbricados na luta pelo fim do sexismo, violência estrutural e relações patriarcais. Convidamos algumas autoras para embasarem essa discussão como Maria Clara Dias, Françoise Vergès, Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Heloisa Hollanda, dentre outras. A razão pela escolha dessas autoras se dá pelo fato de reconhecê-las enquanto críticas do sistema hegemônico e por fundamentar e ampliar as questões levantadas na dissertação e no *locus* da pesquisa.

### 4.1 AS FACES DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL E DO INTERIOR

A violência<sup>23</sup> tem sido compreendida por algumas autoras enquanto um fenômeno social, que carrega em si mesmo diversas teias de complexidade<sup>24</sup>. Segundo Oliveira e Jesus, a violência deve ser compreendida por suas motivações que perpassam “repercussões psicossociais, políticas e econômicas variadas; [...] como um fenômeno, fruto de um tipo específico de poder embricado e reiterado por uma cadeia de ações” (2019, n.p).

Para tal, o conceito de violência apresentando aqui tem como intuito ser entendido a partir de sua bidimensionalidade, nomeada pela filósofa Iris Marion Young como racional e irracional. Young nos oferece uma discussão do conceito da opressão<sup>25</sup> e os desdobramentos de seu significado enquanto uma das faces da violência. A partir desse entendimento da violência, entre essas duas dimensões, pensamos que estas podem nos ajudar a compreendermos mais a fundo sobre a violência contra as mulheres.

Esse caráter multifocal da violência, que se traduz em processos opressores, tem sido disseminado universalmente e historicamente há muitos séculos. Esse processo busca

---

<sup>23</sup> Concerne e representa a violação dos direitos humanos, além de atingir a vida, dignidade e integridade dos seres humanos e não humanos. Também, expressa-se enquanto um sério problema de saúde pública, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (2010).

<sup>24</sup> Quero dizer que a violência pode estar perpassada por diversos atravessamentos: como as marcas da colonização, relações patriarcais, opressão e autoridade, que gestam a violência para além da violência física.

<sup>25</sup> Importante ressaltar que Young (2021, p. 476) não acredita que “o conceito de opressão possa ser estritamente definido, ou seja, circunscrito a um marco específico. Não há nenhum atributo ou conjunto de atributos que todas as pessoas oprimidas tenham em comum”.

desenhar e reputar a violência como inerente à natureza humana (PIVA *et al.*, 2007). Com o intuito de contrapor a essa ideologização, precisamos compreender como as marcas da opressão são desveladas nos processos de violência. Na exposição da opressão, Young reflete sobre a situação e experiências das pessoas oprimidas. Sobre essas reflexões do termo “opressão” no discurso político radical, a autora irá distingui-los em cinco estruturas variadas sob “categorias díspares: exploração, marginalidade, impotência, imperialismo cultural e violência” (YOUNG, 2021, p. 476).

As cinco faces da opressão para Young são derivadas por meio da reflexão sobre a condição dos grupos oprimidos, nesse sentido apresentam-se “como diferentes fatores, ou combinações de fatores, somam-se na constituição da opressão de diferentes grupos, tornando sua opressão irreduzível” (YOUNG, 2021, p. 484). Oliveira e Jesus, a partir das análises apresentadas por Young, nos apontam nesse sentido que:

Ser livre de opressões é ser livre de violência. Porém, há um sentido mais complexo da ideia de violência como opressão. A violência como opressão, nesse sentido complexo, compartilha com a noção comum o uso do mesmo meio, a força física. Mas a semelhança termina no uso da força como meio. Enquanto a noção simples de violência como opressão tem uma motivação racional, a manutenção do poder através da força, a noção complexa de violência como opressão se demonstra como irracional, no sentido de ser normalmente motivada por um ódio ou medo dos grupos oprimidos. Além disso, a expressão complexa da violência como opressão não busca reprimir grupos com um fim específico de manutenção do poder, mas visa a humilhação, destruição do indivíduo. Neste sentido, podemos afirmar que a noção complexa da violência, marcada pela característica da irracionalidade, propõe um processo de desumanização<sup>4</sup> da pessoa. Neste sentido, cabe destacar que se compreende por desumanizar uma tentativa de não reconhecimento da humanidade de um outro ser humano. Ou seja, uma estratégia que visa a, única e exclusivamente, ferir ética e psicossocialmente aquela ou aquele indivíduo humano alvo do discurso de ódio. (OLIVEIRA; JESUS, 2019, n.p).

Assim, para o reconhecimento das mulheres enquanto um grupo que participa dessas relações de opressão, seria importante ressaltar que a discussão a respeito da violência, a partir de então, partirá da análise entre as dimensões específicas que permeiam a vida delas. Nesse sentido, conhecer as expressões da violência contra as mulheres em suas tipificações significa reconhecer as diversas formas pelas quais a violência, associada às demais opressões, tornam as mulheres uma classe violentada e oprimida. Assim, podemos concordar que “a violência contra as mulheres se constitui em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física” (BRASIL, 2011, p. 11). Portanto, é importante destacar que a discussão a respeito da violência contra as mulheres abrange toda a teia de opressão sobre a qual ela se ampara para então se efetivar. Nesse sentido, diferenciar a violência contra as mulheres e a violência

doméstica se torna crucial analiticamente e, ao mesmo tempo, um paradoxo que precisamos desvendar.

De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a violência contra as mulheres se caracteriza enquanto “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (BRASIL, 2011, p. 19). De acordo com esse documento, essas violências são perpetradas e subdivididas em três categorias:

- a) Violência doméstica: que ocorre em qualquer relação interpessoal ou na qual o agressor conviveu/conviva com a vítima no mesmo domicílio, em suas diversas tipificações como apresentadas na Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, que compreende nas violências: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial;
- b) Violência ocorrida na comunidade: que ocorre por meio de qualquer pessoa, que abarca: “violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar” (Ibidem, 2011, p. 19);
- c) Violência institucional: que ocorre por parte do Estado ou tolerada por este ou seus agentes.

Nestas dimensões, a violência contra as mulheres deve ser compreendida a partir de uma perspectiva de gênero, ou seja, considerando a construção social, política e cultural das relações entre homens e mulheres, sobretudo por ser um fenômeno que ocorre em nível relacional e societal. Sendo assim, o enfrentamento a essas violências requer mudanças nas estruturas culturais, educativas e sociais. Justamente por apontar para esse âmbito estrutural, sobre o qual repousam as relações e suas tipificações, sugerimos neste trabalho a necessidade de incorporação da metodologia interseccional que nos permita verificar o recorte étnico racial e de classe.

O conceito de Interseccionalidade foi criado pela autora e defensora dos direitos civis Kimberlé Crenshaw. Sua teoria se baseou em uma crítica aos aspectos de gênero e discriminação racial, reconhecendo que as discriminações de raça e gênero não são fenômenos mutuamente excludentes e mostrando que os corpos das mulheres negras são atravessados pela opressão de gênero, raça e classe. Para melhor definir, a autora defende que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 117).

A partir da teoria da Interseccionalidade anteriormente exposta, nos cabe lançar a hipótese de que a violência de gênero tenha se perpetuado tal como ela se estabelece em suas múltiplas dimensões a partir do processo de colonização. Isso explicaria a necessidade de incorporarmos os recortes de classe e raça para explicar a violência contra as mulheres como um todo, e a violência doméstica contra as mulheres em especial.

Por isso, ao adentrarmos nessa discussão, convoco Françoise Vergès, que em seu livro *Uma teoria feminista da violência*, aponta como a violência pode estar amplamente ramificada em diversas dimensões. Vergès também aponta e denuncia o *feminismo civilizatório*, o feminismo branco-burguês, propondo uma forte crítica à violência sistêmica que o mesmo não foi capaz de revelar e combater. Neste cenário, a autora apresenta o Estado enquanto um protagonista promissor deste inventário da exploração e invisibilização dos corpos e vidas das mulheres, apontando que:

Como instância reguladora da dominação econômica e política, o Estado é a condensação de todas as opressões e explorações imperialistas, patriarcais e capitalistas. A instituição estatal está, portanto, longe de desempenhar um papel menor na organização e na perpetuação da violência contra as mulheres e contra as pessoas pobres e racializadas. Nesses últimos anos, o patriarcado neoconservador e neoliberal, que foi encarnado por diversos chefes de Estado (Donald Trump, Jair Bolsonaro, Matteo Salvini etc.), impôs recuos drásticos aos direitos das mulheres tanto no âmbito da vida pessoal como no mundo do trabalho; ele sustenta e encoraja o ódio contra minorias, trans, queer, trabalhadores/as do sexo, racializados/as, migrantes, mulçumanos/as. A renovação patriarcal está indissolúvelmente ligada ao capitalismo neoliberal, que não para de minar as conquistas sociais, de uberizar e precarizar. Essa economia, por si só, gera sua cota de violências, discretas, mas reais: exaurimento dos corpos, da terra e dos mares em benefício do lucro; redução drástica da expectativa de vida dos mais frágeis. (VERGÈS, 2021, p. 11).

Essa virada em prol da potencialidade patriarcal e neoconservadora acaba sendo ainda mais violenta por se ancorar em um capitalismo racial, caracterizado pela morte desenfreada e prematura de pessoas não brancas (VERGÈS, 2021). Isso implica criar uma padronização dos corpos válidos, no caso imposto pelo padrão branco enquanto hegemonia que, em grande

parte das vezes, desempenha a mais bruta violência sobre os corpos racializados, – principalmente de todas essas mulheres que foram invisibilizadas por esse padrão.

Mediante isso, apresentar uma política de proteção a partir de um feminismo exige uma perspectiva decolonial e antirracista, significando almejar que essas mulheres em estado vulnerável tenham acesso a uma vida sem a dor e sofrimento marcados pela violência, livres das opressões sistêmicas praticadas contra seus corpos e que escrupulosamente roubam e ceifam suas vidas. Portanto, compreender o processo da decolonialidade para os demais arranjos se torna essencial.

Os estudos decoloniais surgem dentro de um projeto epistemológico novo, que, em síntese, buscam uma proposta contra-hegemônica da modernidade<sup>26</sup> eurocêntrica. Portanto, esses estudos incorporam novas propostas epistêmicas e um novo projeto de civilização (OLIVEIRA; CANDAU, 2010). O movimento ou perspectiva decolonial tem propiciado diversas chaves analíticas que contribuem para a compreensão e interpretação das estruturas sociais na contemporaneidade, sobretudo, sob a ótica do Sul Global (NEVES, 2020). As produções teóricas têm surgido, a partir do Sul, realizando críticas ao projeto hegemônico da modernidade, principalmente confrontando as estruturas do pensamento eurocêntrico.

Esse projeto hegemônico vem construindo um discurso que estabelece a Europa enquanto epicentro, um *locus* privilegiado de enunciação. Instantaneamente, tende a instalar um padrão de poder/saber que se perpetua mesmo após o período colonial, instaurando favoritismo de aspectos socioculturais europeus em detrimento de outras maneiras de se viver no mundo (NEVES, 2020). Isso se dá principalmente a partir da subordinação das culturas, que, mesmo após as colonizações, tende a “europeizar” e hegemonizar as epistemologias do Norte sobre as do Sul.

Com base nesse entendimento, diversos autores, pensadores e estudiosos comprometidos com essa linha de pensamento contra-hegemônica se debruçaram a debater contra as imposições hierarquizadas em relação às epistemologias do Sul. Surgindo uma grande frente que contrapunha não somente a hierarquização epistemológica, mas que também realizava profundas críticas ao eurocentrismo. Isso significa afirmar que “o pensamento decolonial e sua crítica à produção de saber, à imposição de novas subjetividades

---

<sup>26</sup> Segundo Dias (2020, p. 8), “o conceito de modernidade se reporta à matriz de conhecimento emergente no século XVII, nos principais centros de poder europeus. Trata-se de uma produção de conhecimento eurocentrada que naturaliza as identidades, as relações de colonialidade e a distribuição geopolítica do poder, de acordo com as demandas do capitalismo. Tal forma de conhecimento é então imposta à totalidade do mundo capitalista como a única expressão de saber e racionalidade válidos”.

e à dominação eurocêntrica têm como eixo central a combinação entre capitalismo e as estruturas de poder imposta pelo processo de colonização” (DIAS, 2020, p. 8).

Ao se debater a hierarquização das epistemologias no mundo, buscamos a “ruptura com a verticalidade do pensamento hegemônico e da busca por equidade e horizontalidade das variadas epistemologias do mundo sem a sobreposição de ideias” (NEVES, 2020, p. 55). Essa ruptura requer pensarmos as problemáticas a partir do olhar do Sul e não do Norte, tomando como ponto de partida as problemáticas que são emergidas a partir de nosso povo, a partir das demandas do Sul Global.

Para melhor entendimento, precisamos compreender que na “perspectiva epistemológica decolonial, o processo que gerou o padrão de poder/saber eurocêntrico emergiu desde o século XV, com a expansão do comércio europeu” (NEVES, 2020, p. 57), se propagando desenfreadamente por meio da imposição do capitalismo eurocentrado pelo mundo, legitimando a dominação, inferiorizando os povos e os subjugando. Impondo aos colonizados o *status* de sujeitos inferiores, prescrevendo uma definição estável de papéis na sociedade e uma hierarquia entre dominadores e dominados (DIAS, 2020).

Na contramão dessa perspectiva, os estudos contra-hegemônicos e decoloniais se debruçam a depositar seus esforços para:

[...] alavancar as epistemologias do Sul, se dão de forma a resgatar outros saberes, outras formas de ver e compreender o mundo e de se reafirmar, a partir de seus contextos socioespaciais, que outrora são ainda desconsiderados, intencionalmente, pelo colonialismo e pela hegemonia epistêmica da ciência moderna. Por essa ótica, de resgate de outras formas de conhecimento, culturas, povos, identidades e percepções de mundo são revalorados, saberes e práticas ressignificadas (para além da autonomia de povos), e novas possibilidades de reflexão de mundo (também) a ‘partir do Sul’ são apontadas. Para tanto, faz-se necessário e urgente a ponderação e o diálogo, com vistas a inserir no meio acadêmico, distintas racionalidades e perspectivas ainda ausentes, marginalizadas ou subalternizadas, frente à submissão da visão eurocêntrica do conhecimento, da política, da cultura e das práticas e representações socioespaciais. (NEVES, 2020, p. 56).

Considerando isso, nossa intenção não é analisar todo o processo ao longo dos séculos a respeito da teoria decolonial. Reconhecemos que, desde o século XX, muitas contribuições foram sendo implementadas, como: os estudos sobre pós-colonialismo; estudos subalternos; grupo dos estudos coletivos subalternos; grupo modernidade/colonialidade; grupo latino-americano de estudos subalternos (NEVES, 2020). Nosso intuito é confrontar esse sistema hegemônico à luz do Feminismo Decolonial.

As idiosincrasias do mundo moderno são perpassadas por diversas estruturações com relação à concretização da colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005).

Portanto, essa opressão dos processos colonizadores faz emergir um novo campo de reflexão com o qual o feminismo passa a dialogar (HOLLANDA, 2020).

O Feminismo Decolonial surge com intuito de denunciar principalmente as introjeções das costuras coloniais, em seus diversos instrumentos de continuidade de relações exploratórias, opressoras e desumanizadoras (GONÇALVES; GONZAGA, 2020). Muitas autoras feministas decoloniais, como Lugones, têm denunciado, sobretudo, as próprias introjeções da colonialidade dentro dos movimentos feministas:

A cristalização de uma ideia universal de mulher, forjada a partir do modelo branco, burguês, cristão e heterossexual tem conduzido muitos debates feministas a ocultar e suprimir demandas de mulheres negras, lésbicas, bissexuais, indígenas, ciganas, mulçumanas, transexuais, mães solo e também as que optam por não terem filhos. (GONÇALVES; GONZAGA, 2020, p. 24).

Portanto, o Feminismo Decolonial surge por meio dessa crítica, introduzido desde os estudos desenvolvidos por Aníbal Quijano sobre os processos de colonização nos países do Sul Global. Mas surge, sobretudo, como uma “extensão dessa crítica às questões de gênero” (DIAS, 2021). Portanto, a análise de Quijano se configura em compor uma faceta de denúncia sobre as estruturas do saber e poder coloniais, as quais têm como principais alicerces a “racialização” e o “eurocentrismo” como uma das principais formas de controle das subjetividades e manutenção das relações de dominação.

Assim, na manutenção dessas relações, o empreendimento colonial permanece vivo em sua estruturação. Nessa mesma linha, Dussel considera que a modernidade, credenciada por essa estrutura, justifica-se sob umas “práxis irracional da violência” (DUSSEL, 2000, p. 49). Nessas relações, construídas a partir uma amálgama entre a dominação, exploração e relações hegemônicas, novas perspectivas surgem a fim de extinguir as hierarquias generalizadas.

Neste sentido, as feministas decoloniais tentam explicitar dentro dessa mesma análise que a categoria de gênero também passou por esse processo. Justamente pelo fato de ter sido criada para justificar uma relação de dominação, sendo naturalizada a fim de tentar amparar também as relações de poder. Logo, o Feminismo Decolonial estende a crítica à colonialidade do poder de Quijano sobre as discussões de gênero e o papel marginalizado das mulheres, principalmente no Sul Global (DIAS, 2021).

Para compreender essa proposição, seria necessário considerar o fato de que às mulheres no Sul Global, particularmente, foi atribuído o papel exploratório de seus corpos, desde o período da invasão. Estas foram brutalmente estupradas, exploradas e forçadas a

trabalhar, e uma grande maioria teve sua vida ceifada. Relevante ressaltar que as mulheres que mais sofreram por esses processos de opressão e violência foram e são mulheres racializadas, camponesas e proletária, diferentemente das mulheres brancas, desde aquele período até os dias atuais.

Sendo assim, esse processo de hierarquia generalizada propôs predestinar o papel que essas mulheres ocupariam na sociedade. Yuderkys Espinosa Miñoso exprime seu sentimento do porquê seria necessário superar o que chamarei de feminismo convencional. A autora exprime que:

En pocas palabras reconocemos al feminismo como una revolución político cultural-producto de la modernidad y del progreso de la humanidad; un movimiento producido, desarrollado y liderado por las mujeres, cuyos primeros estallidos ocurren en Europa, cuna de la civilización, y resurge con nuevos bríos a mediados del siglo XX en los Estados Unidos (máxima potencia imperial), para luego expandirse al resto del mundo no occidental. Esta revolución cultural es entendida como deseada y necesaria para el bien de todas “las mujeres” dado el sistema universal de dominación y, dado que aún hay amplias regiones del mundo donde aún no ha iniciado, las feministas –provenientes de o en relación con las regiones más adelantadas del mundo desarrollado– debemos trabajar arduamente en su expansión. (MIÑOSO, 2017, p. 144)<sup>27</sup>.

Em vista disso, muitas estudiosas se deparam com um profundo desencanto. Neste momento, o giro epistemológico surge enquanto ponto de reencontro com o que de fato se apresenta mais perto de nossa realidade. Assim, em uma reconexão de identificação, passamos a lutar. E neste mesmo sentido o Feminismo Decolonial, recupera algumas correntes, principalmente aquelas que criticam a violência epistêmica imposta aos países do Sul Global (DIAS, 2021). Espinosa considera pontuar que o Feminismo Decolonial:

al tiempo que recupera corrientes críticas anteriores, como el black feminism, el feminismo de color, el feminismo poscolonial pero también el feminismo materialista francés y el feminismo posestructuralista, avanza poniendo en duda la unidad de “las mujeres” pero, como intentaré demostrar, de una manera radicalmente inédita, de forma que ya es imposible reconstituirla nuevamente. (ESPINOSA, 2017, p. 144):

---

<sup>27</sup> Em poucas palavras, reconhecemos o feminismo como uma revolução político-cultural produto da modernidade e do progresso da humanidade; um movimento produzido, desenvolvido e liderado por mulheres, cujos primeiros surtos ocorreram na Europa, berço da civilização, e ressurgiu com novo vigor em meados do século XX nos Estados Unidos (potência imperial máxima), para depois se expandir para o resto do mundo não ocidental. Esta revolução cultural é entendida como desejada e necessária para o bem de todas as "mulheres" dado o sistema universal de dominação e, dado que ainda existem grandes regiões do mundo onde ainda não começou, feministas - vindas de ou em relação as regiões mais avançadas do mundo desenvolvido – devemos trabalhar fortemente em sua expansão (MIÑOSO, 2017, p. 144, tradução livre).

A violência contra as mulheres se desvela principalmente na assimetria de gênero, associada ao racismo estrutural, ao classismo e outros “ismos” de dominação. Sueli Carneiro pontua que “pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais” (CARNEIRO, 2021, n.p). Da mesma forma que os Comitês sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres dispõem que:

A discriminação contra as mulheres, baseada em estereótipos de gênero, estigmas, normas culturais nocivas e patriarcais, e a violência baseada no gênero, que particularmente afeta as mulheres, têm um impacto adverso sobre a capacidade das mulheres para obter acesso à justiça em base de *igualdade* com os homens. Ademais, a discriminação contra as mulheres se vê agravada por fatores de intersecção que afetam algumas mulheres em graus ou modos diferentes daqueles que afetam os homens e outras mulheres. Os elementos para a discriminação interseccional ou composta podem incluir etnia/raça, condição de indígena ou minoria, cor, situação socioeconômica e/ou casta, língua, religião ou crença, opinião política, origem nacional, estado civil e/ou maternal, idade, localização urbana/rural, estado de saúde, deficiência, titularidade da propriedade e identidade como mulher lésbica, bissexual ou transgênero ou pessoa intersexual. Esses fatores de intersecção tornam mais difícil para mulheres pertencentes a esses grupos obter o acesso à justiça. (CEDAW, 2015, p. 3, grifo do autor).

Ao produzir as classificações sociais, a colonialidade permeia todos os âmbitos da vida social e possibilita o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais (QUIJANO, 2005). É a partir dessa concepção que Lugones aponta que, “‘América’ e ‘Europa’ estão entre essas novas identidades geoculturais; europeu, ‘índio’, ‘africano’ estão entre as identidades raciais. Essa classificação é ‘a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial’” (LUGONES, 2020, p. 57).

Com a expansão do colonialismo europeu, as classificações foram sendo impostas ao mundo (Ibidem). Desde então, vêm permeando todas as relações sociais, de maneira instrumental e intersubjetiva. Seria neste sentido que Lugones (2020) defende que a colonialidade ultrapassa os limites da classificação racial, se caracterizando com um sistema amplo, onde um de seus eixos se articulam sobre o poder e “atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, [...]. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (LUGONES, 2020, p. 57).

Com isso, torna visível o entrelaçamento das formas de opressão e violência. Para respaldar que “mesmo rompendo com a estrutura racializada da sociedade e com o capitalismo, a violência contra as mulheres não desapareceria por completo, porque ela não é produzida exclusivamente por tais estruturas” (VERGÈS, 2021, p. 14). Mesmo sendo uma

evidência “não podemos subestimar o quanto o colonialismo e o capitalismo contribuíram para a gênese e a renovação do patriarcado” (VERGÈS, 2021, p. 14).

Isso significa dizer que toda essa construção que organiza o capitalismo global e eurocentrado, assim como os elementos da modernidade e colonialidade, toda essa organização pode estar imbricada nas mais articuladas formas de opressões e violências. Neste sentido que Lugones irá levantar a pergunta sobre a Interseccionalidade entre raça e gênero, a partir do esquema de Quijano:

Acredito que a lógica dos "eixos estruturais" nos dá algo a mais, mas também algo a menos que a interseccionalidade. A interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra. A denominação categorial constrói o que nomeia. Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias "mulher" e as categorias raciais "negra", "hispanica", "asiática", "nativo-americana", "chicana"; as categorias invisibilizam as mulheres de cor. Como já indiquei, a autodenominação mulheres de cor não é equivalente aos termos raciais impostos pelo Estado racista, e sim proposta em grande tensão com eles. Ainda que na modernidade eurocêntrica capitalista sejamos todos/as racializados/as e um gênero nos seja atribuído, nem todos/as somos dominados/as ou vitimizados/as por esse processo. (QUIJANO, 2020, p. 59).

Esse seria um dos pontos cruciais que busco apresentar nesta pesquisa, a fim de entendermos a importância do Feminismo Decolonial e da Interseccionalidade para compreendermos como os processos de violência se dão de maneira articulada pelos regimes colonizadores, sistema capitalista ou toda forma de controle do sexo e das subjetividades. Portanto, o papel das feministas decoloniais tem sido, de forma veemente, apresentar como essas marcas da colonização, desde então, afetam a vida de mulheres não brancas e vítimas da colonialidade de gênero e do poder. Neste sentido que – buscando compreender como as relações patriarcais em conjunto da colonialidade atravessam os corpos das mulheres – encontro o Feminismo Decolonial enquanto uma perspectiva de análise.

Tal perspectiva permite compreender a violência de gênero contra as mulheres em um sentido amplo, entendendo a dimensão do que Lugones denominou por sistema de gênero colonial/moderno. Partindo desse ponto de vista, buscaremos observar como esse sistema tem se materializado no Brasil a partir das estatísticas de violência nos últimos anos. O levantamento desses dados tem intuito de certificar o quanto ainda precisamos avançar.

## 4.2 PROPOSIÇÕES E ARRANJOS DA PESQUISA EM FOCO: INTERSECCIONALIDADE E SOBREPOSIÇÃO DAS VIOLÊNCIAS VIVIDAS

Na tentativa de investigar a violência de gênero contra mulheres, através da intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, e à luz do Feminismo Decolonial, buscamos sistematizar os modos pelas quais as violências afetam os corpos das mulheres vitimadas pela “colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero”<sup>28</sup> (LUGONES, 2020, p. 53). A partir dessa perspectiva, torna-se evidente os diferentes âmbitos dessa ocorrência, seja no “âmbito familiar ou comunitário, perpetrada ou tolerada pelo Estado, [...] compreendida como um dos principais obstáculos para a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de mulheres” (ENGEL, 2020, p. 3).

Sendo assim, neste projeto, a violência contra as mulheres será pensada a partir do que Lugones irá chamar de “sistema moderno-colonial de gênero”. Isso significa assumir uma posição que permita perceber esse sistema enquanto uma plataforma de produção de violências. A compreensão de cada conceito citado acima carrega especificações subjetivas que necessitam ser entendidas por esses atravessamentos, a fim de compreender as dimensões desses conceitos, observando a visível imbricação da colonialidade no sistema de gênero, permitindo “estender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo” (LUGONES, 2019, p. 55), sobretudo contra as mulheres periféricas.

Ao produzir a construção das ideias a partir dessas categorizações, entendo que estas nos auxiliam a pensar as contrapropostas que visam o fim da violência de gênero. Isso significa considerar que “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (LUGONES, 2019, p. 57). Precisamos, portanto, compreender essa lógica operacionista que busca normalizar, domesticar e docilizar os corpos das mulheres em todos os âmbitos públicos ou privados. Mas de qual mulheres falamos?

Em busca dessa compreensão da violência contra as mulheres, marcado por esses signos, que as interpretações têm relação com uma espécie de suicídio a respeito do

---

<sup>28</sup> Lugones aponta que “fala do conceito de ‘colonialidade do poder’ que é central aos trabalhos sobre colonialidade do saber, colonialidade do ser e decolonialidade”. Para “fazer um cruzamento dessas duas linhas de análise me permite chegar ao que estou chamando, provisoriamente, de ‘sistema moderno-colonial de gênero’. Acredito que esse entendimento de gênero é pressuposto nos dois marcos de análise de maneira geral, mas ele não se expressa de maneira explícita - ou não o faz na direção que considero necessária para revelar o alcance e as consequências de certa cumplicidade com ele, dois dados que motivam esta investigação. Caracterizar esse sistema de gênero como colonial/ moderno, tanto de maneira geral como em sua concretude específica e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial em sua real profundidade; nos permitirá estender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo” (LUGONES, 2019, p. 54-55).

feminismo ocidental. É o que Yuderkys Espinosa Miñoso exprime no seu pensamento e nos envolve no mesmo sentimento. Tomada por essa angústia que Hollanda, a partir da leitura/reflexão de Miñoso, apresenta a reflexão abaixo:

Vocês compreenderão que, enquanto feminista, fui formada e passei a compartilhar os conceitos básicos que agora quero desfazer. Penso que minha angústia não deve ser menor que aquela que aquela sentida por qualquer mulher que se automeie feminista. Não é fácil enfrentar o monstro, sobretudo quando se descobre que você é parte dele. (MIÑOSO, 2012, n.p *apud* HOLLANDA, 2020, p. 11).

Assim como afirmou Espinosa Miñoso no texto *Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental*, 2020, sobre a necessidade de um feminismo decolonial, este trabalho se desenvolve nesse mesmo sentido. Por isso, tento, ao longo desta trajetória, desfazer as amarras que nos foram impostas ao longo dos séculos. Das projeções que nos deixamos capturar por uma única maneira de se pensar o “feminismo”. Não trata de somente descolonizar o pensamento, mas nos reaproximarmos de nosso lugar enquanto sujeitos sociais na luta pelo fim da violência sistemática. Por isso seja importante considerarmos o que Espinosa (2020, p. 4-5) pontua que:

A partir do que proponho identificar como “feminismo decolonial”, há já neste tropo compartilhado amplamente por todos os feminismos — ao menos os conhecidos e desenvolvidos até o momento — problemas-chave imediatos na interpretação e compreensão da dominação baseada em gênero/sexo e seu modo de revertê-la; uma diferença relevante que nos separa por completo do “teto todo nosso” compartilhado. Ao mesmo tempo que recupera correntes críticas anteriores, como o feminismo negro, o feminismo de cor, o feminismo pós-colonial, mas também o feminismo materialista francês e o feminismo pós-estruturalista, o feminismo decolonial avança colocando em dúvida a unidade “das mulheres”, mas, como tentarei demonstrar, de uma maneira inédita, de modo que já é impossível reconstitui-la mais uma vez. Entretanto, além disso — e aqui se encontra o ponto de inflexão a partir do qual já não é possível voltar atrás —, o feminismo em sua cumplicidade com a aposta decolonial toma para si a tarefa de reinterpretação da história em chave crítica da modernidade, já não apenas por seu androcentrismo e misoginia, como tem feito a epistemologia feminista clássica, mas também dado o seu caráter intrinsecamente racista e eurocêntrico.

Essa aproximação enquanto sujeitos sociais na luta por uma reinterpretação na história com a chave crítica à modernidade, quebra a sustentação da ideia de que a igualdade era uma proposta possível, considerando o contexto de colonização da América Latina. Mas, sabemos que isso não deveria minimamente estar em cogitação, considerando as diversas complexidades que envolvem as relações sociais principalmente relacionadas às questões de gênero no Sul Global. Em concordância com o projeto crítico, que tende a desvelar a colonialidade, “como o lado obscuro da modernidade, o feminismo decolonial questiona

radicalmente a leitura de que um “progresso na conquista do direito das mulheres” (ESPINOSA, 2020, n.p).

Compreendendo esta lógica, a crítica do Feminismo Decolonial se encarrega de contrapor a ideia salvacionista do feminismo clássico, sobretudo, tentando demonstrar o quanto essa forma é perversa. Assim, a luta consiste em desmontar as faces da opressão e armaduras das relações patriarcais da sociedade capitalista. Isso significa, sobretudo, compreender essa “unidade de opressão” sustentado pelo feminismo eurocentrados. Espinosa, neste sentido aponta que historicamente isso fica evidente “no que se consideram os celebrados “triunfos” do movimento feminista, que não fazem nada além de aprofundar a colonialidade, assegurando bem-estar para algumas — as mulheres de privilégios branco-burgueses — em detrimento da grande maioria racializada” (ESPINOSA, 2020, n.p).

A fim de romper com esse *modus operante* que tendem a aprofundar as colonialidade e reafirmar as relações opressoras e elementos que gerenciam as relações de poder, tendemos a ensaiar outros modos de vida diferentes dos quais o sistema capitalista impõem. Significa compreendermos que questionar o sexismo e a violência contra as mulheres, não finda somente ao enfoque colonial, mas propriamente são perpassados por outros aspectos fundamentais. Portanto, essa é uma chave crucial para entender o que Vergès aponta sobre a força de que o colonialismo e capitalismo tendem para renovarem o patriarcado.

Desnecessário dizer que a renovação dessa estrutura subjuga os corpos das mulheres a viver *sob judice* das relações patriarcais capitalistas. Portanto, seria importante pontuar, como Vergès aponta, a renovação dessa relação:

Poderíamos, de antemão, opor a esse projeto a seguinte ressalva: mesmo rompendo com a estrutura racializada da sociedade e com o capitalismo, a violência contra as mulheres não desapareceria por completo, porque ela não é produzida exclusivamente por tais estruturas. Isso é uma evidência, mas não podemos subestimar o quanto o colonialismo e o capitalismo contribuíram para a gênese e a renovação do patriarcado. (VERGÈS, 2021, p. 14).

A manutenção desse projeto entre o colonialismo e capitalismo se circunscreve por meio da hierarquização de uma estrutura racializada, sexista e de violência estrutural. Nesse sentido, é importante atravessar esse diálogo pela interlocução de Lélia Gonzalez (1988)<sup>29</sup>, quando aponta que essas relações e desigualdades de gênero no Brasil se inscrevem ainda

---

<sup>29</sup> Embora Lélia Gonzalez não seja incluída como Feminista Decolonial por muitos autores, em razão de não ter empregado o termo “decolonialidade” em seus trabalhos, aqui reconhecemos o seu protagonismo na discussão interseccional sobre o tema já na década de 80. Em concordância com a afirmação da filósofa Djmila Ribeiro em uma palestra ocorrida [...], Lélia Gonzalez merece ser introduzida e reconhecida pelo seu papel e contribuição no pensamento decolonial a partir do Brasil.

mais de maneira articulada nos corpos das pessoas racializadas. A maioria dessas opressões se reabilita ainda mais fortemente sobre os corpos das mulheres indígenas e pretas. De acordo com Gonzalez, isso ocorre principalmente porque:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. (GONZALEZ, 1988, p. 43-44).

Nesse sentido, o Feminismo Negro foi e tem sido o movimento que concretamente introduz e ergue a discussão sobre raça e classe no debate feminista. Propriamente no Brasil, pensadoras como Luiza Bairros, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro também propõem o imbricamento entre ser mulher e negra, a partir das categorias de gênero e raça. Outro ponto importante que será discutido é a questão racial na colonialidade, crucial para compreender o mito fundador da identidade latino-americana e brasileira da democracia racial (HOLLANDA, 2020, p. 20).

Esse mito fundador da identidade brasileira acerca da democracia racial é difundido por Gonzalez, onde a autora realiza a análise acerca da objetificação do corpo da mulher negra. Assim como a hegemonia da branquitude acabou por produzir as figuras acerca da mulher negra na triangulação da mulata, doméstica ou da mãe preta (OLIVEIRA, 2020). Os seus estudos sociológicos e antropológicos apontam o quanto o carnaval tende a atualizar o mito da democracia racial. Gonzalez aponta que ocorre uma mudança nos papéis que a branquitude estabeleceu para as mulheres negras, quando elas são tiradas do anonimato para performar a “mulata deusa do samba”. A autora aponta que, assim como todo mito, “ele oculta mais do que mostra: a mulata deusa do samba depois da Quarta-Feira de Cinzas volta a ser a doméstica da casa grande contemporânea” (OLIVEIRA, 2020, p. 98). “É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (GONZALEZ, 2020, p. 248).

Os questionamentos a partir desse mito têm alavancado a partir do feminismo latino-americano que introduz a intersecção entre sexo/gênero/raça, sobretudo, “nos estudos sobre os efeitos do sistema patriarcal na instalação dos Estados nacionais, denunciando a ideologia da mestiçagem fundadora e sua ancoragem na violência e violação das mulheres nativas” (HOLLANDA, 2020, p. 20).

Neste mesmo ensejo de denúncia que Lélia Gonzalez trata sobre o mito da democracia racial que proporcionalmente se alimenta da colonialidade, que por uma invenção criou o imaginário social da “cordialidade erótica das relações sociosexuais entre colonizador português e a negra escravizada” (HOLLANDA, 2020, p. 21). Conseqüentemente, impulsiona reconhecermos que:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 2019, p. 238).

Por essa razão, Gonzalez defende a necessidade de considerar a opressão das mulheres latino-americanas sob a generalidade que as ocultam. Além disso, a autora afirma que essa generalidade tira de cena a dura realidade que perpassa a vida de milhões de mulheres que pagam um alto preço pelo fato de não serem brancas e, inevitavelmente, vivem sob segmentos de subordinação no interior das classes mais exploradas e subalternizadas. Segundo a pensadora:

É importante insistir que, no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano. (GONZALEZ, 2020, p. 46).

Deste modo, muitas pautas que foram sendo construídas buscavam reivindicações dos direitos das mulheres negras em todos os âmbitos. Historicamente, o Feminismo Negro tem reivindicado uma luta pautada na denúncia de que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, [...] sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 2019, p. 224).

É neste contexto que Vergès<sup>30</sup> afirmará que a cultura dominante se encarrega de, insistentemente, sublinhar todos os dias o que deveria “ser uma mulher” (2021). Esses moldes se baseiam em padrões brancos que oprimem muitas mulheres, mas especialmente as

---

<sup>30</sup> Neste ponto seria interessante ressaltar que mesmo que Vergès faça uma “crítica” ao Feminismo Decolonial, esta autora, especificamente neste trabalho, se entrelaça em buscar contribuir para entendermos como a violência está propriamente marcada por muitos imbricamentos. Podendo dizer que minimamente calculado para manutenção do poder e opressão dos corpos racializados e das mulheres ao redor do mundo.

mulheres racializadas pela hegemonia da branquitude patriarcal capitalista, herdeira do colonialismo. Vergès se incumbe de nos lembrar também das mulçumanas e asiáticas, como tantas outras mulheres que são brutalmente afetadas pelo regime político-patriarcal-neoliberal das relações de poder e violência.

Principalmente por esse trabalho apontar seu enfoque para as mulheres no Brasil e, sobretudo, na cidade de Santo Antônio de Pádua, revela seu comprometimento do qual não gostaríamos de colaborar com uma política de apagamento. Mesmo que não aprofundemos a questão da violência em outros territórios, o comprometimento desta pesquisa busca reconhecer a magnitude da violência no plano global. Permeado de sistemas sociais diferentes, tendemos um mesmo objetivo e achamos que um:

[...] futuro *pós* - escravocrata, racista, capitalista, imperialista, patriarcal - é, no entanto, uma ferramenta potente nas mãos dos/as oprimidos/as. Ousar dar um salto no tempo, ousar imaginar um mundo onde a humanidade não esteja dividida entre vidas que importam e vidas que não importam, sempre fez parte da pedagogia política dos/as oprimidos/as. (VERGÈS, 2021, p. 143, grifo da autora).

Desta forma, a fim de atingirmos os objetivos da pesquisa, acreditamos que o Feminismo Decolonial seja a ferramenta política mais adequada para pensarmos o Sul Global, como um todo, e América Latina, em especial. Seus principais apontamentos têm direcionado nossa compreensão das marcas da colonização, assim como a hereditariedade das relações patriarcais e suas renovações no sistema de opressão capitalista.

#### 4.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES E A PANDEMIA DA COVID-19: ADOTANDO UM OLHAR DECOLONIAL

Nos dias atuais, a violência de gênero se estabelece enquanto ponto de partida para a compreensão de que “o processo colonial brasileiro traz particularidades diante dos demais países latino-americanos” (HOLLANDA, 2020, p. 23), que tendem a impor sobre as correntes de opressão, dominação e subalternização dos corpos e vida das mulheres. Sendo assim, reconheçamos que a violência contra as mulheres é um grave problema em todo o mundo, um problema social e de saúde pública reconhecido internacionalmente (BORTH *et al.*, 2018).

Seria inevitável reconhecer que, no Brasil, a violência sistêmica e o feminicídio se conjecturam com as marcas da colonização. A violência sistêmica sublinha as “imbricações entre racismos, sexismo, transfobia, homofobia, violência de classe e destruição sistemática do meio ambiente” (VERGÈS, 2021, p. 148). É diante deste cenário que, há décadas, essas

desigualdades têm sido amplamente combatidas pelos movimentos sociais. Assim como, os feminismos e o movimentos de mulheres, como um movimento social, têm lutado pela equalização entre os gêneros e reivindicam melhores condições de ascensão das mulheres em todos os campos sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Para tal, ao pensar nesses ganhos e marcos, principalmente na área legislativa, a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha se destaca por trazer em sua composição uma grande conquista no que diz respeito às violações dos direitos das mulheres, especialmente quando tipifica, estabelece e nomeia em seu art. 7.º os tipos de violência: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral (BRASIL, 2006). A referida lei, além de trazer conquistas na área legislativa, também sublinha um marco importante na representação da constituição de direitos às mulheres brasileiras – no qual, em 2021, a referida lei completou 15 anos de sua efetivação.

Ainda assim, tais lutas não conseguiram desestabilizar a realidade que permeia a vida das mulheres, principalmente quando analisadas as estatísticas de violência contra mulheres. O Instituto de Segurança Pública (ISP)<sup>31</sup> do Rio de Janeiro, na série de estudos Dossiê Mulher 2021, aponta que no Brasil foram registradas, em 2020, cerca de 71.183 ocorrências referentes à violência contra a mulher em todo o Estado. Ao todo, foram 98.681 vítimas que se direcionaram a uma delegacia para relatar que sofreram alguma forma de violência por sua condição de gênero. Por dia, isso significa que 270 mulheres sofreram alguma forma de violência (Ibidem).

Nos dias atuais, esse quantitativo de violência contra as mulheres se estabelece enquanto ponto de partida para a compreensão de que “a categoria de gênero torna-se, também, importante para a discussão da igualdade no contexto da sociedade como um todo” (MEDEIROS, 2016, p. 34). Estas afirmativas são corroboradas quando percebemos que, no último ano, uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos diz ter sofrido algum tipo de violência ou agressão, no Brasil (GONÇALVES, 2021). E mesmo que as respostas das lutas das mulheres tenham trazido muitos ganhos e mudanças na esfera legislativa, ainda assim não foram suficientes por erradicar todas as disparidades entre gênero, raça e classe.

Apesar das conquistas no marco legislativo, e do avanço na luta das mulheres, podemos ainda questionar o contexto socio-histórico desses enfrentamentos, sobretudo para

---

<sup>31</sup> As análises realizadas no Dossiê Mulher 2021 se baseiam a partir das cinco formas de violência descritas na Lei Maria da Penha – Violência Física, Violência Sexual, Violência Psicológica, Violência Moral e Violência Patrimonial – ocorridas no ano de 2020. Para isso, o ISP utilizou microdados extraídos dos registros de ocorrência da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro (SEPOL).

garantia de direitos e emancipação dos corpos femininos. A urgência por combater as violências sistêmicas no Brasil é evidente quando analisados o cenário nacional em que vivemos, levando em consideração que esses avanços ainda não foram suficientes para desestabilizar os ciclos de violência de gênero no país.

Isso se dá mediante nossa estrutura social, marcada pelas relações patriarcais, que se debruçam cada vez mais a partir das relações de controle e autoridade sob os corpos das mulheres, dada a prevalência social do homem sobre elas. Esse contrato social, compactuado a partir das relações patriarcais, assujeita as mulheres e colabora com o apagamento dessas enquanto sujeitos. A dialética de apagamento e silenciamento das mulheres proporciona, em grande parte das vezes, a hesitação de muitas mulheres em realizarem a denúncia das agressões perpetradas por seus algozes (NERY; LUTZ; MORAES, 2014), sobretudo, considerando as relações doentias mediante a violência no âmbito doméstico contra as mulheres.

Essas relações cruéis de desrespeito acabam atacando a integridade física e psíquica dessas mulheres. Essas nuvens de perversidade ganharam um novo cenário durante a pandemia da Covid-19. Com a determinação do isolamento social, declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), as mulheres ficaram mais suscetíveis a incessantes agressores no local onde deveriam proteger-se contra o vírus, se deparando com a pandemia da violência doméstica. Isto é: o vírus assola a vida dessas mulheres em dose dupla, pois não estão enfrentando somente o coronavírus, mas também o vírus da violência doméstica. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Datafolha (2021, p. 10) revelam que:

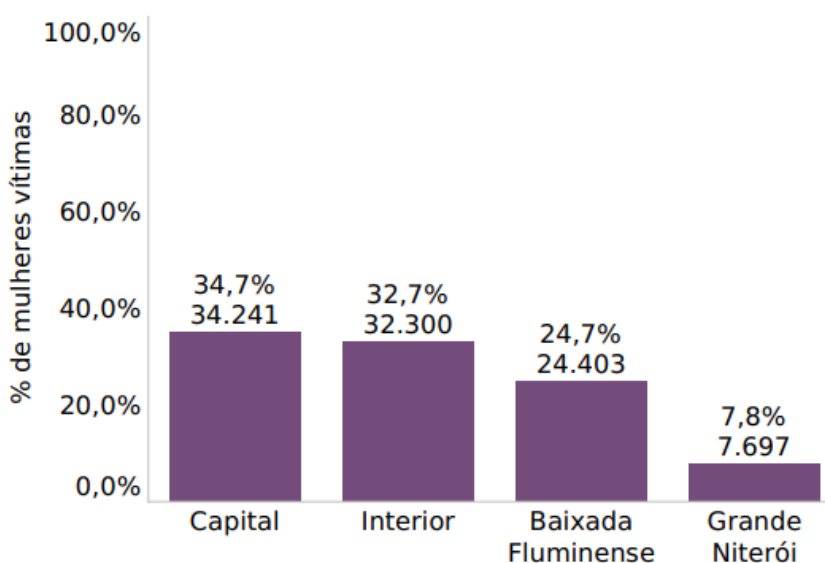
1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano.

No que se refere ao Estado do Rio de Janeiro, podemos observar, por meio do estudo apresentado pelo Dossiê Mulher (2021), os números com relação às violências vividas. Neste relatório é possível encontramos os índices de violência contra as mulheres a partir do recorte de raça, classe e território. No que diz respeito ao interior, podemos observar que este teve o maior índice de violência contra as mulheres em 2020<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Considerando a taxa de vitimização por 100 mil mulheres residentes (DOSSIÊ MULHER, 2021, p. 21).

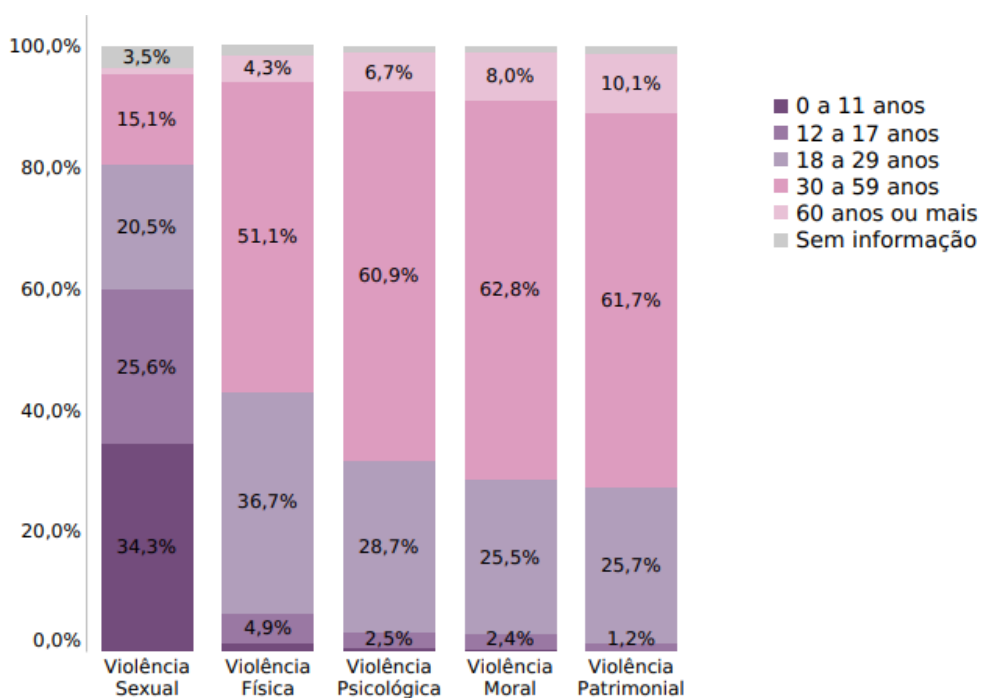
**Figura 7 – Gráfico mulheres vítimas de violência doméstica – regiões do Estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e valores percentuais)**



Fonte: Elaborada pelo ISP com base em dados da SEPOL. Dossiê Mulher, 2021.

No Estado do Rio de Janeiro, as maiores vítimas são mulheres com idade entre 30 e 59, percentual comparado entre todas as formas de violência, com exceção da Violência Sexual, na qual se destaca o número de vítimas de 0 a 11 anos.

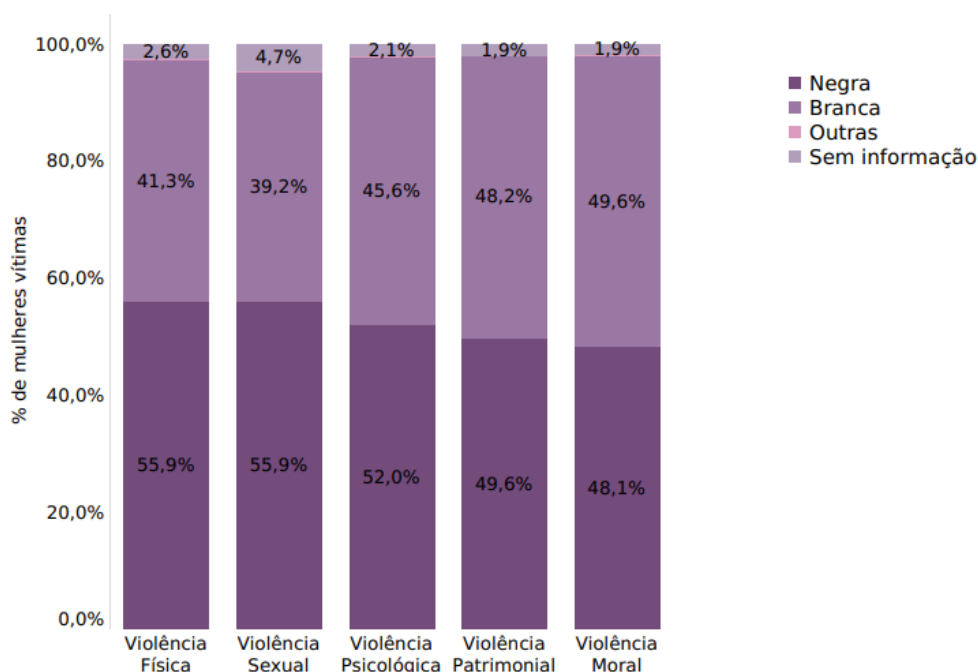
**Figura 8 – Gráfico perfil etário das mulheres vítimas por tipo de violência – Estado do Rio de Janeiro – 2020 (valores percentuais)**



Fonte: Elaborada pelo ISP com base em dados da SEPOL. Dossiê Mulher, 2021.

No que diz respeito ao recorte de raça<sup>33</sup> das vítimas no Estado, o estudo revela que as mulheres negras estão dentre as maiores vítimas de homicídio doloso e tentativa de homicídio, “com 186 vítimas ou 66,9% do total de mulheres vítimas de homicídio doloso e 311 vítimas ou 57,3% do total de mulheres vítimas de tentativa de homicídio” (DOSSIÊ MULHER, 2021, p. 38). No que diz respeito aos tipos de violência, as mulheres negras foram as mais vitimadas com relação a todos os tipos de violência, em exceto a violência moral (48,1%), conforme apresentado no gráfico abaixo:

**Figura 9 – Gráfico perfil racial das mulheres vítimas por tipo de violência – Estado do Rio de Janeiro – 2020 (valores percentuais)**



Fonte: Elaborada pelo ISP com base em dados da SEPOL. Dossiê Mulher, 2021.

Os dados apresentados, referentes a diferentes formas de violência de gênero contra as mulheres em 2020, demonstram alguns efeitos produzidos pelas medidas de isolamento devido à pandemia da Covid-19. Os recortes entre território, raça e diferentes tipos de violência revelam o padrão das violências e como essas atravessam os diferentes corpos.

<sup>33</sup> “Apesar de o registro feito nas delegacias ter seu preenchimento dividido entre branca’, ‘parda’, ‘preta’, ‘albina’, ‘amarela’ e ‘indígena’ (referenciais de cor presentes no sistema de registros da SEPOL), o Gráfico 6 apresenta o somatório das ‘pardas’ e ‘pretas’ para chegarmos ao total de mulheres vítimas negras, conceito de raça preconizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Devido ao baixo número de mulheres vítimas albinas, amarelas e indígenas, fizemos o somatório para chegar ao conjunto denominado ‘outras’” (DOSSIÊ MULHER, 2021, p. 25).

Com relação às mulheres indígenas, o estudo do Dossiê Mulher não apresenta de forma detalhada os índices de violências ocorridos contra essas mulheres. Mas, segundo o “Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2021”, os assassinatos de mulheres indígenas no Brasil foram de 16,6%. O relatório destaca que:

no Mato Grosso do Sul, a Guarani Kaiowá Raíssa, de 11 anos, foi alcoolizada, abusada sexualmente por cinco pessoas e atirada de um penhasco. No Rio Grande do Sul, na TI Guarita, Daiane Kaingang, apenas três anos mais velha, também foi estuprada e assassinada, e seu corpo foi encontrado dilacerado dias depois. “Temos visto dia após dia o assassinato de indígenas. Mas, parece que não é suficiente matar. O requinte de crueldade é o que dilacera nossa alma, assim como literalmente dilaceraram o jovem corpo de Daiane, de apenas 14 anos”, afirmou a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), em nota. “A desumanidade exposta em corpos femininos indígenas precisa parar”. (CIMI, 2021, p. 22).

Tal realidade demonstra que as mulheres indígenas, negras e do interior são marcadas fortemente pelas violências, as quais procuram diariamente ceifar suas vidas e seus corpos, e, muitas vezes, essas estão à margem de um serviço de atendimento especializado às violências; em outras palavras, enfrentam duplamente as violações por não encontrarem amparo e assistência para as violências vividas.

Os fluxos de violência crescem recorrentemente em todos os âmbitos sociais, logo, trazendo à tona as sutilezas dos ciclos de violência enraizados em nossa cultura. E esses dados crescentes durante a pandemia colocaram em ênfase os novos desafios que enfrentamos na garantia dos direitos de uma vida sem violência, consolidados neste cenário pelo fato dessas mulheres passarem a “conviver de forma isolada com o agressor durante a pandemia” (GRAVATÁ *et al.*, 2020, p. 6). Desde o início do isolamento, organizações internacionais como, por exemplo, a ONU Mulheres, relataram esse aumento de casos de violência doméstica contra as mulheres em todo o mundo, com base nos pedidos de ajuda por linhas telefônicas (BUENO *et al.*, 2021).

Esse contexto se confrontava com o fato de que o número de registros de ocorrências exponencialmente diminuía, ao mesmo tempo em que os casos de violência doméstica aumentavam. Portanto, os setores de atendimento e acolhimento de mulheres precisaram rapidamente se adaptar a este novo cenário, providenciando novas formas de atendimento, de modo que pudessem aprimorar os canais de escuta e de registro (BUENO *et al.*, 2021).

Contudo, os órgãos tiveram de se adaptar e repensar seu trabalho logístico, de forma que não deixassem as mulheres desamparadas. Movimentos que incentivam novas formas de denúncia começaram a surgir, como “sinal vermelho contra a violência doméstica”, campanha

lançada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), que colocam as farmácias como agentes de comunicação em busca de medidas de providências. A participação na campanha consiste em que os atendentes de farmácia façam a comunicação com a polícia e o acolhimento da vítima.

A mobilização se deu em escrever um “x” escrito de batom ou outro material na palma da mão da mulher vítima de violência, que poderia ser mostrado na farmácia. Quando apresentado, o atendente da farmácia deverá acionar a Polícia Militar pelo 190. Se possível, acolher a vítima em um ambiente seguro até a chegada da polícia. Esta, então, se tornou mais uma forma de denúncia, que auxiliava as mulheres a solicitarem socorro, mesmo em meio a medidas de distanciamento social, sendo um trabalho multidisciplinar a fim de quebrar os ciclos de violências sofridos pelas mulheres.

Esses canais de denúncia e as propagandas publicitárias têm o intuito de desmistificar o jargão em que diz que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Deste modo, a responsabilidade de denunciar um ato de violência doméstica deixa de ser somente da mulher que está em situação de violência e passa a ser de qualquer pessoa que presenciar o ato. Sendo assim, em briga de marido e mulher deve-se meter a colher, tendo em vista que, “5 em cada 10 brasileiros (51,1%) relataram ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência no seu bairro ou comunidade ao longo dos últimos 12 meses” (BUENO *et al.*, 2021, p. 10).

Cerca de 73,5% da população brasileira acredita que o número de violência contra as mulheres aumentou durante a pandemia de Covid-19, onde residência tem sido o espaço de maior risco para essas mulheres. Cerca de 48% das vítimas relataram ter sofrido violência neste espaço, um percentual que vem crescendo recorrentemente. A rua aparece em segundo lugar, com 19,9%; e o trabalho sendo o terceiro, com 9,4% (BUENO *et al.*, 2021).

Dessas vítimas, a pesquisa realizada pelo FBSP e pelo Instituto Datafolha – Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil (2021) relata que 11,8% destas denunciaram na delegacia da mulher; já 7,5% das mulheres denunciaram em uma delegacia comum; e 7,1% ligaram para Polícia Militar pelo 190; 2,1% procuraram a Central de atendimento à Mulher – Ligue 180. Dentre as mulheres que não procuraram a polícia, cerca de 32,8% destas afirmaram que resolveram a situação sem ajuda; 15,3% não quiseram envolver a polícia; e 16,8% não acharam importante fazer a denúncia.

Essa dura realidade já se estende desde o ano de 2020. Os números de violências no âmbito doméstico e intrafamiliar tem só aumentado desde então. Isso significa que a luta pelo fim da violência de gênero se torna diária no Brasil, principalmente quando se trata do país

com maior taxa de feminicídio do mundo, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a média é de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres.

No Brasil, a partir do mês de março de 2020 houve um crescimento de 18% no número de denúncias registradas pelo Disque 100 e Ligue 180 (BRASIL, 2020). E, em meio esse cenário, colocou ainda mais em risco as mulheres que tiveram que ficar em casa com seus agressores. Em outras palavras, muitas mulheres que viviam com o algoz passaram a estar praticamente em cárcere privado<sup>34</sup> com este violentador. Isso significa que a mulher vítima de violência doméstica estava ainda mais exposta à violência. O isolamento social revelou ainda mais uma dura realidade que, “apesar de chefiarem 28,9 milhões de famílias, as mulheres brasileiras não estão seguras nem mesmo em suas casas” (VIEIRA *et al.*, 2020, p. 2).

Além disso, outros estudos demonstram que a redução do acesso às redes especializadas de apoio à mulher, a queda da renda familiar, e maior convívio com agressor, manipulação sobre a vítima, aumento do estresse no âmbito familiar e maior consumo de álcool, também foram percussores no aumento de casos (MARQUES *et al.*, 2020; FIOCRUZ, 2020). Desta forma, as mulheres ficaram mais expostas ao risco eminente, mesmo dentro de suas casas, reverberando que “não há espaço sem violência para as mulheres, principalmente no Sul-Global”<sup>35</sup>. Nesse contexto, o que dificulta a denúncia são justamente as restrições de convívio social, que conseqüentemente limitaram o acesso aos órgãos de denúncia e assistência a essas mulheres.

Sendo assim, romper com essas incursões de exploração dos corpos das mulheres e progressivas violências no âmbito doméstico requer incessante luta e busca por desarticular esses processos de cerceamento e agressões. Propondo medidas que visem novas formas de serviço e atendimento que possam quebrar e desvincular os processos desumanos – que submeteram as mulheres, ao convívio diário por quase dois anos com o seu algoz, sob constante cerceamento, repressões e agressões.

Esse ciclo de violências em cárcere privado revela que a violência de gênero contra as mulheres vai muito além de um ato de violência, mas se configura enquanto reflexo das sutilezas do machismo estrutural. Mais do que nunca, necessitamos de medidas emergenciais e políticas públicas adequadas, a fim de combater essas redes de violência. Isso,

---

<sup>34</sup> Trata-se de um crime contra a liberdade pessoal, previsto no artigo 148 do Código Penal. Que constitui, segundo o Art. 148, privar alguém de sua liberdade mediante sequestro ou privação da liberdade em regime fechado, enclausurado ou confinado. Fonte: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2019.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Fabio Alves. (Reunião de Orientação). Plataforma Google Meet/Brasil. 2022, jan. 17.

principalmente diante do cenário que enfrentamos, o qual requer a mobilização em prol de novas articulações e parâmetros para o atendimento das mulheres em situação de violência, a fim de evitar que mais vidas sejam ceifadas por seus algozes.

Isso revela que a “violência presente nas relações de gênero há muito no contexto da sociedade brasileira constitui-se num fenômeno social que envolve fatores psicossociais” (NERY; LUTZ; MORAES, 2014, p. 1), fortemente marcados pela relação patriarcal, que se conjectura neste sentido sob a composição familiar e transpassado no “sentido sexual” (PATEMAN, 1993). Sobretudo, os corpos das mulheres são atravessados por controle e autoridade, que foram ao longo dos tempos impostos por meio dessas relações de domínio e privação da liberdade (SAFFIOTI, 2004).

Ressaltamos que esses atravessamentos são muito mais fortes em contextos interioranos, como Santo Antônio de Pádua. Reconhecemos, por este motivo, a extrema importância de ouvir as vozes de mulheres interioranas, propondo um Feminismo Decolonial que pense as cidades no interior como uma epistemologia necessária para pensarmos as violências contra as mulheres nesses contextos.

Este cenário reflete o contexto brasileiro, porém, as mulheres que residem no interior têm diversas barreiras que as impedem de fazer a denúncia. Entre elas, a falta de assistência especializada, o medo do próprio companheiro, não saber para onde vão. Me recordo de um dia tentar ajudar uma mulher que nos procurou durante esse período, pois *“ela sendo agredida pelo companheiro. A primeiro momento ela foi até o CRAS e este órgão pediu para ela procurar o CREAS, porém ela tinha saído de casa pela manhã e não tinha para onde retornar. Nos mobilizamos tentando conseguir um quarto de hotel para ela e para o filho. Mas assim que conseguimos fechar ela não estava me respondendo mais no WhatsApp. Acredito que tenha sido o medo do companheiro encontrá-la e violentá-la novamente, ou o medo de não ter assistência, ou medo de perder o filho.”* (Diário, maio 2021).

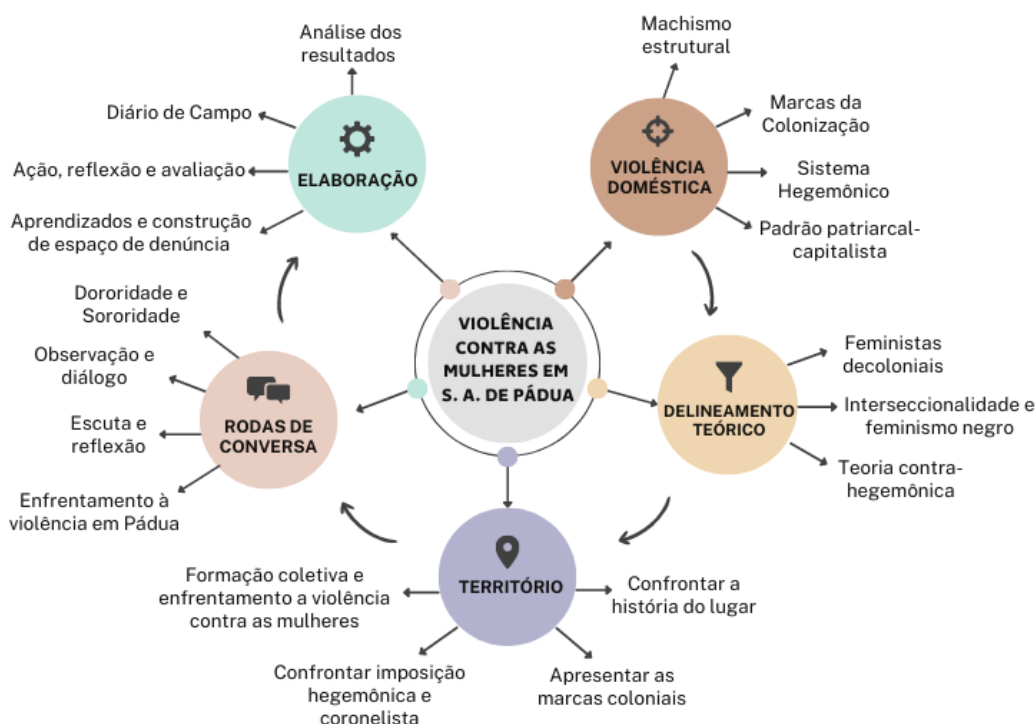
Pontuamos que o sistema de assistência ainda tem muito para avançar no que diz respeito a seguridade das mulheres. Existem muitos desafios para que haja efetivamente o acolhimento. Portanto, tendo isso em vista, adentramos mais a fundo nas perspectivas metodológicas que fundamentaram a pesquisa enquanto ferramentas de análises e como estas contribuíram para a instrumentalização dos dados obtidos durante as Rodas de Conversas.

#### 4.4 METODOLOGIA: PERSPECTIVA DOS FUNCIONAMENTOS E PESQUISA FEMINISTA

A proposta metodológica desta pesquisa foi pensada a partir da sistematização das análises a fim de tentar responder a hipótese da pesquisa. Uma vez identificada a problemática que afeta o território de atuação da pesquisa, propomos atuar frente a algumas dimensões: a) confrontar e mapear as colonialidades e hegemonias que instrumentalizam a manutenção dos “ismos” de dominação em Santo Antônio de Pádua: o Poder público e a assistência às mulheres; b) analisar os desafios das violências contra as mulheres marcado nesse tempo histórico, sobretudo no *locus* da pesquisa; c) apresentar os dilemas e desafios da efetivação de políticas públicas e a segurança às mulheres que estiveram/estão em situação de violência doméstica, a partir das narrativas das Rodas de Conversa.

O levantamento da discussão desses dados, articulada entre a proposta teórico-metodológica e análise do diário de campo, se complementam em um arranjo que se unificam, se justificando na forma de pensarmos essas problemáticas, não dissociando como nos ensina Paulo Freire (1987) a teoria e prática, pois esse conjunto cria a possibilidade de gerarmos uma transformação. Diante da diversidade dessas iniciativas realizadas até aqui, a pesquisa visou identificar como tais movimentos/ações têm auxiliado na construção de novas práticas no enfrentamento da violência doméstica, principalmente na cidade de Santo Antônio de Pádua, e, para tal, a pesquisa se desdobrou da seguinte forma:

**Figura 10 – Sistematização do campo metodológico da pesquisa**



Fonte: Elaboração própria.

Buscamos novos delineamentos metodológicos que surgiram enquanto demanda de uma prática interventiva, que assumiu como primeiro passo a contextualização de um lugar de onde nós, mulheres de Pádua, falamos. Sendo assim, Santo Antônio de Pádua surge não somente enquanto precursor de um *protagonista-lugar* pelo fim da violência, mas carrega em suas alças a possibilidade de novas práticas sociais e processos em busca da erradicação da violência de gênero que atravessa as mulheres paduanas. Trata-se de romper com a lógica de reprodução, de estudar/possibilitar novas formas de construir caminhos para expansão legal dos direitos das mulheres na referida cidade.

Território e lugar estão aqui muito mais imbricados, atravessados por um relacionamento intersubjetivo no processo de construção e nos possibilitou traçarmos um diálogo em comunidade, visando não somente a aplicação de leis, mas, sobretudo, fazer com que essas mulheres sejam parte deste debate. Isto é o que denominamos de pesquisa-colaborativa em ação, que atravessa o papel por seu comprometimento afetivo/político e retorna enquanto escrita transgressora.

Essas buscas nos levaram a uma espiral de ciclos de planejamento entre a pesquisa bibliográfica, mobilização, a ação, observação, participação e reflexão, conforme apresentada na referida imagem abaixo, enquanto ilustração dos marcos da construção desta pesquisa:

**Figura 11 – Ciclos de Planejamento da Pesquisa**



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Estes ciclos compõem, além de um percurso metodológico, a caracterização deste estudo enquanto desenvolvimento de uma pesquisa comprometida, que não somente tem como objetivo formular, assessorar e implementar políticas, mas romper com a cultura de violência contra as mulheres presentes nas relações sociais. Levaremos em consideração a relevância social e acadêmica do assunto e a complexidade do tema mediante o cenário brasileiro e no município, em questão. Pensando neste compromisso, traçamos as propostas dos ciclos descritos abaixo:

**Tabela 5 – Ciclos de Planejamento da pesquisa**

Ciclos de Planejamento	
Pesquisa bibliográfica	Levantamento de dados bibliográficos a respeito do contexto histórico do feminismo e a temática da violência contra as mulheres. Demais marcadores teóricos apresentados na pesquisa.
Mobilização	Mobilização para a participação das Rodas de Conversa do Projeto Nós Pádua.
A ação	Participação das Rodas de Conversa do Projeto Nós Pádua. No qual buscou-se promover um espaço seguro de troca e ideias entre/para/com mulheres (cis, trans e travestis) sobre o tema da violência doméstica contra mulheres, através de um cronograma de rodas de conversas.
Observação	Análise do diário de campo, escrito durante a participação das Rodas de Conversa do Projeto Nós Pádua. Levantamento das principais demandas e desafios mediante a ótica do lugar.
Participação	Proposições e colaborações a partir das principais ideias levantadas nas Rodas de Conversa, enquanto incursões aos futuros desdobramentos do enfrentamento da violência no município a partir do marco-teórico-metodológico.
Reflexão	Reflexão e análise dos desdobramentos ao longo da pesquisa, observando os desafios da efetivação de uma rede de proteção dos direitos das mulheres no município.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

De modo a atender os objetivos propostos para esta pesquisa, o estudo em questão esteve direcionado para as perspectivas que permitissem conceituar e criar processos que respondessem os objetivos propostos. Portanto, configurou-se a partir de uma análise tridimensional. Nessa perspectiva, a partir da elaboração metodológica tridimensional, permitiu um amplo ensaio, capaz de compreender as violências de gênero na gênese dos atravessamentos desde uma perspectiva que confrontasse os cenários de disparidades, mesmo dentro do movimento. Desta forma, essa triangulação se estrutura da seguinte maneira:

**Figura 12 – Triangulação das fontes metodológicas**



Fonte: Elaboração própria.

A proposta de delineamento metodológico, desde a Perspectiva dos Funcionamentos (PdF), se configurou enquanto instrumentalização de identificação de demandas na escuta das vozes das mulheres. Além disso, se dá pela urgência de assumir um método que permitisse um olhar desde uma perspectiva de justiça que seja mais abrangente e que, assim como o Feminismo Decolonial, nos permita romper com as lógicas hegemônicas e com o pensamento eurocêntrico (DIAS, 2020), denunciando, portanto, as categorias de dominação respaldadas

pelo capitalismo e as arquiteturas do modelo colonial moderno de poder (DIAS, 2020). Assim, buscamos analisar as projeções desse projeto *capitalista-colonial-patriarcal* no espaço-tempo do *locus* da pesquisa e, enfim, por meio da Perspectiva dos Funcionamentos (PdF), romper com essas redes de violência, amparada por essa concepção de justiça que seja capaz de permitir ouvirmos as vozes das mulheres e buscarmos uma vida sem violência.

Isso vale também para os Estudos de Mulheres, que elabora um arranjo crítico em torno das concepções homogeneizantes – este não foi resultado de perspectivas acadêmicas ou de grandes pesquisadoras, mas surgiu do movimento de rua, de grupos de mulheres “que reuniam donas de casa, secretárias, estudantes e algumas cientistas sociais para juntas, lutarem como *mulheres*, lutar contra a exploração e a opressão patriarcais (MIES, 2021, p. 99). Isso significa dizer que os Estudos de Mulheres é um movimento idealizado por feministas que tinham um objetivo político: a libertação da opressão e dominação das mulheres (MIES, 2021).

Desta forma, os Estudos de Mulheres surgem como um pilar fundamental na construção dessa pesquisa, pois os consideramos como uma alternativa teórica e metodológica que busca compreender as mulheres diferentemente da ciência hegemônica, que tem como objetivo político o compromisso com a abolição da opressão, integrado ao processo de pesquisa (MIES, 2021). Esses postulados estão segmentados sob a ótica que:

[...] há uma contradição entre as teorias predominantes de ciência social e metodologia e os objetivos políticos do movimento das mulheres. Se os Estudos de Mulheres forem um instrumento de Libertação da Mulher, não podemos acriticamente usar a metodologia de pesquisa quantitativa, positivista [...]. Estudos de Mulheres significam mais do que o fato de as mulheres terem sido descobertas como um "grupo-alvo" para pesquisa ou que um número crescente de mulheres acadêmicas e alunas estão abordando questões femininas. (MIES, 1983, p. 120).

Esse panorama de fundo crítico que os Estudos de Mulheres têm apresentado compõe o rompimento com os preconceitos androcêntricos e processos opressores imputados sobre as mulheres nas ciências e nas relações sociais. Isso significa que os Estudos de Mulheres têm um compromisso com a Libertação das Mulheres (MIES, 2021). Essa vontade se constitui junto ao processo de pesquisa e sua relação ético-política, quando apontam que essas precisam andar em conformidade com um processo integral na luta *com* essas mulheres. Indicando que:

Se os Estudos de Mulheres forem deliberadamente parte da luta contra a opressão das mulheres e a exploração, só assim as mulheres conseguirão impedir o uso indevido de suas inovações metodológicas e teóricas para a estabilização do *status quo* e para a gestão de crises. Isso implica que as pesquisadoras comprometidas

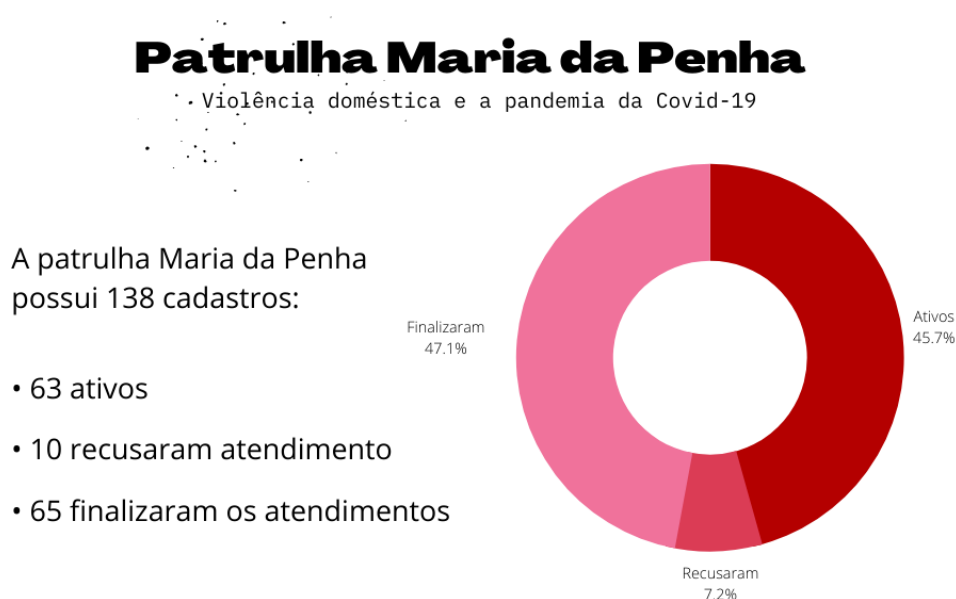
devem lutar não apenas pela integração de questões femininas no *establishment* acadêmico e nas políticas de pesquisa, mas também por uma nova orientação em relação às áreas e aos objetivos de pesquisa. (MIES, 2021, p. 103).

É neste sentido, que esta pesquisa esteve comprometida em, não somente abordar uma perspectiva acadêmica para pensar as insurgências da pesquisa de gênero e violência contra as mulheres, mas em realmente lutar para que houvesse uma transformação social para uma vida sem violência. Dessa forma, abaixo apresentaremos algumas mobilizações que estiveram comprometidas com esse enfrentamento da violência, buscando desestabilizar as marcas de opressão atribuídas à vida das mulheres em Santo Antônio de Pádua.

#### 4.4.1 Práticas Interventivas

Uma das práticas interventivas realizadas durante esta pesquisa no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres no município de Santo Antônio de Pádua, foi o evento Agosto Lilás, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social conjuntamente com a Prefeitura Municipal. Neste evento, pude participar enquanto palestrante, ressaltando a importância da efetivação da articulação em prol da proteção das mulheres no respectivo município. Durante a palestra apresentei os dados que estão sendo acompanhados pela Patrulha Maria da Penha no referido município:

**Figura 13 – Dados de casos acompanhados pela Patrulha Maria da Penha em Sto. Ant. de Pádua**



Fonte: Patrulha Maria da Penha/Pádua2021. Elaboração própria autora.

Analisando o número de casos conforme apresentados acima temos uma dimensão da problemática da violência doméstica na cidade. Mas, essas estatísticas não refletem a total realidade, tendo em vista, que muitos casos são subnotificados. Considerando que o lócus da pesquisa de carrega a “noção metafórica de *micro-lugar* [sic], uma particularidade da cidade de Santo Antônio de Pádua-RJ, na qual grande parte dos moradores se conhecem” (ANDRADE; CORRÊA, 2020, grifos dos autores).

A Psicologia Social, explicita que a noção de *microlugar* consiste em “chamar atenção para a importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e do ouvido em filas, bares, salas de espera, corredores, escadas, elevadores, estacionamentos, bancos de jardins, feiras, praias, banheiros e outros lugares de breves encontros e de passagem” (SPINK, 2008, p. 70). Em uma das rodas de conversas chegamos a mencionar sobre este fato ao lembramos que, “*no interior temos a necessidade de identificar: você é dá onde? A eu sou esposa de fulano. Geralmente somos reconhecidas pelo nome do marido, Maria do Fulano...*” (Diário, julho 2022).

Considerando esse fato, “confrontar as violências contra as mulheres nos *micro-lugares* [sic] não resulta em uma tarefa fácil” (ANDRADE; CORRÊA, 2020). Posteriormente, quando resgatamos fragmentos do diário de campo, fica evidente quantos casos foram subnotificados, por alguma justificativa que se respalde nas características do *microlugar*, perpassados pelo medo, revitimização, a incredulidade no sistema de segurança pública ou ineficiência do sistema jurídico.

#### **4.4.2 Rodas de Conversa: Projeto Nós Pádua**

Outra prática interventiva foram os encontros das Rodas de Conversas – Projeto Nós Pádua. Esses encontros tiveram como objetivo a mobilização e organização de promover um espaço seguro de diálogo e troca de ideias **entre/para/com mulheres** (*cis, trans e travestis*) sobre o tema da violência de gênero e doméstica contra mulheres, previamente estabelecido por meio de um cronograma de quando ocorreram as rodas de conversas. Esses encontros aconteceram no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES-UFF), em Santo Antônio de Pádua e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS-Cidade Nova) e tiveram como ponto crucial realizar um diálogo sobre as violências vividas, assim como compreender a fundo sobre a violência contra as mulheres no município e cidades vizinhas.

Além disso, esse espaço de diálogo permitiu não somente a reflexão acerca do enfrentamento da violência de gênero e contra as mulheres em diversos âmbitos e contextos, mas também se configurou enquanto um espaço de acolhimento e escuta, ou seja, de sororidade/dororidade<sup>36</sup>. As rodas do Projeto Nós Pádua, além de criarem um espaço de acolhimento, se tornaram um espaço de encaminhamentos e reflexão para a efetivação de políticas públicas que visem a erradicação da violência de contra as mulheres no âmbito doméstico em Santo Antônio de Pádua.

A seguir, podemos observar o cronograma dos encontros de acordo com a data, local e quantidade de participantes:

**Tabela 6 – Cronograma dos encontros Roda de Conversa do Projeto Nós Pádua 2022**

DATA	ENCONTRO	LOCAL	TOTAL PARTICIPANTES
09 de maio de 2022	E1	INFES/UFF	11 pessoas
06 de junho de 2022	E2	INFES/UFF	9 pessoas
06 de julho de 2022	E3	CRAS/Cidade Nova	10 pessoas

Fonte: Elaboração própria.

Na próxima tabela, nosso intuito foi identificar cada participante, respeitando a ética em pesquisa. Para preservar a identidade de cada participante, decidimos identificar a participação durante as rodas conforme tabela 5, juntamente com as informações da tabela 7. Sendo cada representação caracterizada da seguinte maneira: E1-P2, seguindo a respectiva indicação conforme a descrição proposta. Os encontros contaram com uma rotatividade de participantes, sendo assim a P1 não é a mesma do E2, assim sucessivamente.

---

<sup>36</sup> Segundo Vilma Piedade (2018, p. 13-14), “dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados. A Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor - mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor. Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóror - irmãs. Dororidade, vem de Dor, palavra-sofrimento. Seja Físico. Moral. Emocional. Mas qual o significado da dor? Aqui tá no conceito”.

**Tabela 7 – Identificação das participantes da Roda de Conversa do Projeto Nós Pádua 2022**

ENCONTROS	PARTICIPANTES									
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10
E1	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10
E2	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	-
E3	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10

Fonte: Elaboração própria.

Para dar visibilidade aos acontecimentos das Rodas de Conversas, as representações das falas das protagonistas da pesquisa foram catalogadas por meio de um diário de campo. Os relatos marcaram cada encontro por sua intensidade e experiência. Não propus ser capturada por uma ação descritiva, mas narrar as vozes que preencheram os ambientes e os afetos. Segundo Mello (2021, p. 26), “a cartografia como pesquisa-intervenção desafia um estilo acadêmico de escrita consagrado, uma escrita ‘higiênica’ com pretensão de neutralidade”.

Como nos coloca Sergio Neves (2020, p. 147), a Cartografia Decolonial “dá aos grupos sociais diversos, lugar para ‘tradução própria’ de suas formas tradicionais de representação do território e suas territorialidades”. O autor ainda afirma que os grupos sociais, povos e comunidades podem possuir suas próprias “cartografias” ligadas às suas cosmovisões, sendo reafirmadas e validadas em uma perspectiva das epistemologias do Sul. As próprias cartografias do território do interior do Rio de Janeiro conferem, por meio do pensamento decolonial, uma especificidade dos seus modos de vida, considerando os aspectos identitários das opressões vividas.

Quando a Cartografia Decolonial é pensada no território de Santo Antônio de Pádua, busca designar as próprias formas de autorrepresentação, considerando o contexto histórico, ambiental, sociocultural e político – permitindo, desta forma, a compreensão de seus aspectos intrínsecos de sua territorialidade. Esta dissertação se baliza nesta perspectiva de ação cartográfica social<sup>37</sup>, cuja construção se deu pelas próprias protagonistas da pesquisa, se fazendo entender por suas próprias experiências.

As Rodas de Conversas permitiram que as protagonistas se fizessem ouvidas em conformidade com seus anseios, suas histórias e suas dores. O propósito de discutir as

---

<sup>37</sup> “A Nova Cartografia Social distancia-se do ‘representar’ ou do ‘falar em nome de’, partindo de um processo de construção coletiva, no qual, aproxima, com mesmo grau de importância, o pesquisador e os sujeitos sociais de pesquisa” (NEVES, 2020, p. 105).

violências vividas permitiu a construção de uma cartografia enquanto um instrumento político e de poder. Durante as rodas de conversa foi visualizado mentalmente um mapeamento das violências quando as protagonistas diziam quem elas são, onde e como viveram uma violação.

Mediante a tantos atravessamentos, partiremos para a concretização dessas vozes, transcritas no diário de campo. A divisão das experiências no capítulo a seguir não segue uma lógica cronológica, mas segue uma temática conforme os assuntos se apresentam em discussão. As análises estão entrecruzadas com a proposta teórico-metodológica da pesquisa, e, a partir desses ensaios, buscamos encontrar as respostas que foram sendo levantadas ao longo da pesquisa.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos os desdobramentos das Rodas de Conversas e os atravessamentos a partir dos objetivos propostos no trabalho. Por conseguinte, apresentamos as tecituras que foram sendo incorporadas a partir das análises dessas interlocuções. Analisamos os resultados por meio da coleta de dados realizado em um diário de campo, respeitando, antes de tudo, os princípios éticos de pesquisas que envolvem seres humanos; e, desse modo, as locuções aqui expressadas tem o cuidado de não expor as pessoas que protagonizaram a pesquisa. Logo, as interpretações realizadas a partir dessas interlocuções se fundamentaram a partir dos diálogos construídos tanto nas Rodas de Conversas quanto nos atravessamentos que permearam o cotidiano da pesquisadora. Desse modo, buscamos evidenciar os elementos que pareceram fundamentais para a pesquisa, bem como os resultados e considerações frutos da formação coletiva ao longo deste estudo.

Assim como apresentado na parte metodológica da pesquisa, a sistematização se deu por meio da análise das dimensões que motivaram este estudo, respeitando os objetivos propostos enquanto aspectos norteadores da discussão. Os elementos da coleta dos dados estão envoltos nessa perspectiva de análise desde a triangulação das discussões realizadas na parte teórico-metodológica e a junção *com* os diálogos das protagonistas da pesquisa e o cotidiano do diário de campo. Um não tem intuito de sobrepor ao outro, mas, sim, apresentar ao leitor a maneira que a realidade do campo epistemológico está diretamente ligada ao campo de disputas no cotidiano social das mulheres paduanas.

### 5.1 MOTIVAÇÕES PARA CONFRONTAR AS HERANÇAS COLONIAIS E O FEMINISMO HEGEMÔNICO NO *LÓCUS* DA PESQUISA

O intuito de confrontar os cenários de violência de gênero contra as mulheres em Santo Antônio de Pádua, à luz do Feminismo Decolonial, possibilitou repensar a problemática a partir das análises de conjunturas que permeiam o campo em disputa. Disputas essas que são atravessadas pela herança colonial, sistema hegemônico, coronelista e outros “ismos” de dominação que, evidentemente, mantêm-se enquanto um projeto de dominação dos corpos e das vidas das mulheres paduanas. Constatar esse cenário colaborou para certificar a hipótese do estudo, onde identificamos, assim como apontava a hipótese, o quanto essas heranças atingem a vidas das mulheres no *lócus* da pesquisa.

O campo da pesquisa se deu em Santo Antônio de Pádua/RJ; e o principal campo de análise/intervenção ocorreu por meio das Rodas de Conversa do Projeto Nós - Pádua. As reuniões ocorrem em datas pré-agendas em um cronograma de encontros e tiveram a divulgação realizada por meio das redes sociais e convites, como mencionado no capítulo de metodologia. Todas as reuniões tiveram perfis completamente diferentes, até mesmo pelos espaços que se deram os encontros. E o nosso intuito se deu justamente para que pudessemos ter repercussões diferentes a partir dos espaços que se davam as reuniões.

A princípio, adentrar nesse campo de disputas e discussão não foi uma tarefa fácil. Pelo contrário, exigiu muito planejamento e estratégia – até por presarmos pela segurança das mulheres presentes nas reuniões. Propor essa realidade de encontros em diferentes espaços foram atos de insistência, resistência e resiliência. Mas também possibilitaram tornar os encontros únicos, por permitir diferentes relatos de violências. E, mesmo com as barreiras que foram sendo derrubadas a cada encontro, tínhamos a sensação de como ainda precisamos avançar no enfrentamento da violência.

*“A primeira reunião da roda de conversa do Projeto Nós ocorreu dia 06 de maio de 2022, em uma sala do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES/UFF. Em sala de aula em um dia ensolarado, aguardávamos pelas protagonistas que foram convidadas. Um silêncio pairava sobre a sala e todas aguardavam pelo que estaria por vir. Antes da reunião começar estávamos em 6 pessoas, todas mulheres, quando prestes a reunião começar, um rapaz deseja se juntar a nós. Olhamos umas para as outras e decidimos deixar ele participar. Ao iniciar a reunião expliquei o que era o Projeto Nós Pádua e qual seria o motivo de estarmos reunidas ali. Aos poucos iniciamos relatando sobre os casos de violência em Pádua, sinto que todas na sala tinham o mesmo sentimento que era possível enxergar no fundo do olhar. Um sentimento de profunda indignação e aspiração para um futuro sem violências. Um sentimento também de que todas ali já haviam de alguma forma vivenciado na pele a dor da violência” (Diário, maio de 2022).*

Ao observar, percebemos que as pessoas presentes aguardavam por algum tipo de resposta, ou mesmo um pontapé inicial de quem quebraria o silêncio para que de fato alguém trouxesse o relato de violência. Quem quebraria o pacto de silenciamento? Será que estaríamos seguras o bastante para expor as marcas das violências deixadas em nós? Nesta busca por alguma de nós ser a pioneira em expor as violências vividas, parecia ter um incentivo de que não estávamos sozinhas de alguma forma. E mesmo nesse entrelaçamento de sentimentos, o silêncio foi quebrado:

*“Uma participante conta a história de uma prima, que sofria violência por parte do pai, que agredia a mãe e a prima. Mencionou que mesmo a prima contando para a família, mas família não acreditava na palavra dela. A participante menciona que pra ela era difícil acreditar que o irmão de sua mãe era capaz de realizar tamanha brutalidade. E a vontade dela era ajudar a tia e a prima, mas não sabia como poderia ajudar. Disse ainda que havia procurado uma assistente social do CRAS” [referência ao – E1-P9] (Diário, maio de 2022).*

Isso evidencia que, mesmo que as mulheres tenham acesso a informações a respeito da lei que assegura as mulheres, estas ainda encontram muitas barreiras institucionais e sociais. Essa insegurança se dá pelo fato de saber a não existência de uma rede estruturada que auxilie a segurança dessas vítimas de violência. Principalmente na cidade de Pádua, onde muitos casos assim como esse são subnotificados pelo descrédito aos órgãos de segurança pública ou pela efetivação desses serviços de proteção as mulheres.

Daí existem também as barreiras sociais, principalmente no âmbito familiar, onde a frase “Em briga de marido e mulher não se mete a colher” ainda tem um construto enorme no imaginário social da população paduana. Isso significa dizer que às vezes até se saiba o que deveria ser feito, ou seja, a denúncia dos casos de violência. Mas a pergunta que paira é: o que será feito após a denúncia? Que garantia de segurança essa mulher terá? Esses questionamentos se dão pelo conhecimento de não haver uma casa-abrigo na região ou saber que se abrigar em casa de parentes não anula o risco iminente do agressor, se tratando de uma cidade com menos de 50 mil habitantes.

A precariedade na segurança pós-violência é um risco tão brutal que assola cerca de 90% das mulheres da região. Isso foi observado em quase todas as falas das mulheres que estiveram presentes nas rodas de conversa do Projeto Nós Pádua. Em sua maioria, os relatos expuseram que, após a violência física e distanciamento do agressor, estas receberam inúmeras ameaças, principalmente de morte. Em uma reunião ouvimos que:

*“Ela tinha 17 anos quando as violências físicas começaram, um dia o algoz deu uma tijolada no rosto dela. Muitas pessoas antes do relacionamento relataram pra ela que ele era um homem violento, que ele era ruim, que ele era bom antes, mas que depois que ela fosse morar com ele, ela o conheceria de verdade. Ainda conta que antes do relacionamento ele era uma boa pessoa. E hoje o que ela diz para meninas mais novas que se elas têm o desejo de conhecer um homem elas deveriam morar com ele. Pois muitas pessoas antes deles morarem juntos tentaram abrir os olhos dela, mas ela nunca acreditava, ela só foi ver quando foi morar com ele. O parceiro a largou grávida e foi morar com outra mulher na qual permanece até hoje. E hoje ela tem que levar o filho para a cidade dele, mas que graças a*

*Deus quando ela leva até lá ele nunca vai lá. Ela acha que é porque ele não tem coragem de ‘bater de frente’ com ela, pois ele diz que se batesse de frente com ela, ele vai matá-la. Pois ele não aceita ela ter chamado a polícia pra ele”* [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022).

Isso demonstra que, mesmo após a separação e distanciamento dos algozes, as mulheres vivem sob constantes ameaças, mesmo após realizarem a medida protetiva, ainda assim têm o medo de que seu agressor tire sua própria vida. Dentre os maiores desafios estão “a ausência de vontade política para confrontar os crimes; os obstáculos existentes para as investigações incluindo omissões, erros e negligências” (MENEGHEL; PORTELA, 2017, p. 3084). A privação do senso de liberdade põe em risco não somente a vida dessas mulheres, mas a possibilidade de ressocialização em um novo ambiente social, pois a vigilância, ameaça e risco de vida permeia toda a sua existência e a possibilidade de reintegração em uma vida sem violência.

*“Mesmo que essa mulher tenha mudado de cidade, quando retorna à cidade de origem vive sob o medo de seu agressor chegar e raptar ela e o seu filho. Pois ela decidiu ir embora da cidade onde morava, o agressor a ameaçou que se um dia a encontrasse ela novamente iria enterrá-la viva”* [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022).

Essa realidade evidencia um elemento crucial na desassistência das mulheres na região do Noroeste Fluminense, que contribui efetivamente para o aumento dos índices de violência, que é além da falta de apoio social. Muitas dessas mulheres se refugiam na casa de parentes, amigos e/ou vizinhos, pois não têm a possibilidade de recorrer às casas-abrigo, que têm o objetivo de acolher mulheres em situação de violência, mas que representam, em grande parte das vezes, um futuro incerto (MILLER, 1999). Essas mulheres, em sua maioria, não têm a possibilidade de encaminhamento para essas casas-abrigo na região.

No Noroeste Fluminense, uma das formas de encaminhamento para uma casa-abrigo é através de uma rede especializada. E próximo à cidade de Santo Antônio de Pádua, o encaminhamento deve ser realizado somente através do Centro Especializado de Atendimento à Mulher de Natividade – CEAM Natividade, que dará indicação para a casa-abrigo do Estado do Rio de Janeiro. Caso a mulher não aceite esse encaminhamento, uma das formas de abrigamento seria na casa de parentes próximos ou até mesmo de familiares do próprio agressor:

*“[...] em um dia ele deu várias garrafadas de vinho nela, porém a avó do agressor interrompeu a violência. Mas relata que a mãe do agressor deixava ele bater, e que a própria mãe dele as vezes batia nela também. E foi nessas constantes violências que decidiu chamar a*

*polícia, mas a avó que antes a ‘protegia e abrigava’ teve receio do neto ser preso. Onde a vítima alegou que **antes ele preso do que ela morta**” [mulher A] (Diário, julho de 2022).*

Neste caso, a violência ocorria não somente por parte do agressor, mas também por outros membros familiares, ou seja, essa mulher era duplamente violentada. Não somente isso, ela relata que “[...] *quando procurou a delegacia da cidade e solicitou a medida protetiva, o juiz da comarca alegou que **ele não era uma ameaça para ela***” [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022). Fica evidente que as delegacias comuns em geral levam:

[...] as mulheres agredidas a constrangimentos, humilhações e revitimização, o que ocasionava a ausência do registro da queixa em boletim de ocorrência (BO), sobretudo quando a solicitante ia à polícia repetidas vezes. O descaso, o desinteresse e o despreparo dos agentes geravam desestímulo a novas denúncias. Em muitas situações, predominava a ideia no imaginário policial de que eram as mulheres as responsáveis por provocar a agressão. Com a prerrogativa de que estas situações eram assunto da esfera privada e que as mulheres eram deflagradoras dos conflitos conjugais, a intervenção do Estado era mínima, assim como também o era a proteção daquelas agredidas em situação de risco. Os agressores usufruíam da impunidade e encontravam no policial, muitas vezes, um aliado. (BANDEIRA, 2014, p. 452).

O questionamento que ficava era “[...] *se ele tivesse matado ela, se aí sim ela seria uma ameaça para ela?*” [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022). Logo, vemos que as barreiras de um ciclo de violência contra as mulheres ocorre não somente no âmbito doméstico, mas em outras esferas e instituições que atravessam a vida dessas mulheres. Principalmente nos “serviços públicos voltados ao combate e ao atendimento deste tipo de violência” (BANDEIRA, 2014, p. 453). Inteirado às “restrições referentes à capacitação e sensibilização dos recursos humanos, que ainda possuem representações patriarcais sobre a mulher” (BANDEIRA, 2014, p. 453).

*“Hoje ela está em um outro relacionamento, na qual tem outro filho. Com esse novo parceiro ela mantêm um relacionamento saudável que cuida das crianças do outro relacionamento. E o agressor e pai dos outros dois filhos não paga pensão, pois diz que não vai sustentar mulher com outro homem. Mas ela afirma que não cobra pois sabe que ele não dá mesmo, pois o algoz diz que prefere ser preso do que dar dinheiro na mão dele. E ainda afirma para o companheiro atual da mulher que se ela não fosse dele, ela não ia ser de ninguém, e afirmava que ela era dele.”* [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022).

As mulheres estão sujeitas a enfrentarem não somente um tipo de violência no âmbito doméstico, mas diversos, como violência física, moral, psicológica e patrimonial<sup>38</sup>: “[...] *ela*

---

<sup>38</sup> Segundo a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. No “Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar

*contou com a ajuda de uma instituição religiosa, que inconscientemente a encorajou a sair do relacionamento” [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022). Muitas dessas violências atravessam a vida das mulheres desde a sua infância:*

*“O ex-cunhado matou a mãe dela asfixiada com um travesseiro, em um bairro localizado na cidade. Pois a mãe dela não aceitava o relacionamento deste genro com a própria filha. Então ele esperou um dia a família e as crianças irem para um aniversário para matar o próprio filho de 4 meses de idade a pancadas e depois a sogra asfixiada” [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022).*

Vemos que as marcas das violências ficam perpetuadas para sempre na vida dessas mulheres que lutam constantemente para não serem assombradas pelos fantasmas do adoecimento da saúde psicológica e mental, fruto desses ciclos de violências. Muitas delas carregam as marcas dessas violências emocionalmente e psicologicamente, “[...] *ela diz que até hoje ela luta contra alguns pensamentos suicidas. E que a única pessoa que se tornou sua rede de apoio é sua vizinha [P-9]. Que hoje a acolheu como filha e tem consolado em meio aos dias ruins e de lágrimas. Então ouvimos sobre ‘quantas vezes que uma outra já havia pensado em se atirar na frente de um caminhão indo para casa’* [referência ao – E3-P8] (Diário, julho de 2022).

E em sua maioria, vemos que essas mulheres já vieram de uma rede de violência desde a infância, nas quais deixaram marcas sem reparação, que acabam agravando ainda mais na vida adulta por meio de relacionamentos abusivos e violentos. “[...] *Com o padrasto nunca passou por violência, mas com o pai sim. Que vinha de um contexto de violência doméstica, que as vagas lembranças que tinha do pai era desse contexto.*” [referência ao – E3-P8] (Diário, julho de 2022).

---

contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018) III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

Paradoxalmente, essa realidade da violência permanece presente na vida das mulheres até hoje. Não havendo mudanças significativas no que diz respeito às justificativas que se projetam a “violência de gênero, ainda, centrando-se principalmente na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, ao estudo ou envolvida com as redes sociais, entre outras” (BANDEIRA, 2014, p. 457). Significa compreendermos que:

Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais. (BANDEIRA, 2014, p. 257).

Nestes espaços institucionais que deveriam presar pela integridade das mulheres estão entranhadas as estruturas patriarcais e dominação masculina: *“Quando ligava o policial disse que não ia lá, porque se ele fosse ela não ia querer fazer o registro de ocorrência. Ela dizia que iria fazer porque já não aguentava mais apanhar”* [referência ao – E3-P9] (Diário, julho de 2022). Isso reflete as marcas do machismo estrutural na nossa sociedade e instituições. Em muitos casos, esses espaços acabam exercendo uma violência ainda maior sobre esses corpos.

*“Um participante comenta sobre o caso de sua namorada, uma mulher trans, que tentou utilizar o banheiro feminino. Mas foram obrigadas a mudarem de escola, pois a diretora disse que os pais dos alunos relataram que não era ‘seguro’ utilizar o banheiro feminino, pois as meninas poderiam se sentir ameaçadas. E que neste caso a aluna trans deveria utilizar o banheiro de pessoas com deficiência”* [referência ao – E2-P3] (Diário, junho de 2022).

Lugones nos afirma que “o sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção - inclusive de conhecimento - e da autoridade coletiva” (LUGONES, 2020, p. 78). Neste sentido que compreendemos que as marcas do controle estão intrínsecas nas estruturas das instituições, de modo que o colonialismo irá ultrapassar uma imposição estatal, política, militar, administrativa ou jurídica. Significa entender que a colonialidade possui raízes profundas que, mesmo após a descolonização ou emancipação das colônias latino-americanas, a colonialidade sobrevive e deixa as marcas implícitas e explícitas sobre esses povos (OLIVEIRA; CANDAU, 2010). Mesmo que o colonialismo supostamente tenha terminado, “as estruturas subjetivas, os imaginários e a colonização epistemológica ainda estão

fortemente presentes” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 19). Não somente a colonização epistemológica, mas a dominação e o poder, como aponta Lugones, vêm “impondo às mulheres um lugar de submissão e a pessoas trans e intersexuais uma identidade deformada – e o binarismo de orientação sexual, a heterossexualidade compulsória” (DIAS, 2020, p. 12).

*“Diz já ser uma mulher assustadora, que quando abre a boca, já assusta os homens. Não pode conversar em um ‘tinder’, ou um site de relacionamento, por conta da voz. Na casa onde trabalha chegou a ser interrogada pela neta da senhora se era menino ou menina, ela respondeu: menina. Ela já foi quase expulsa da praia de Copacabana, quando um cara vira pra ela e expõem o que esse ‘viado’ está fazendo aqui, ela respondeu: moço a pessoa me chama de ‘viado’ tudo bem, direito do senhor, mas você já viu ‘viado’ ganhar dois filhos de parto normal? Não sou ‘viado’ não, quer ver minha identidade? E ela teve que mostrar a identidade para ele”* [referência ao – E3-P8] (Diário, julho de 2022).

O pensamento do Feminismo Decolonial nos proporciona uma chave importante de interpretação para a compreensão dos elementos que estão por baixo dessa lógica:

O binarismo de sexo/gênero, do qual até mesmo Anibal Quijano parece ter se tornado refém, é imposto e justificado pelo modelo de dominação capitalista/colonial por recurso a sua naturalização, ou seja, à existência de uma base biológica capaz de distinguir homens e mulheres. Deste modo, o primeiro passo a ser dado, no sentido de demonstrar o caráter ficcional, não natural, da categoria de sexo/gênero consiste em refutar sua suposta base biológica. (DIAS, 2020, p. 12).

Esse entrecruzamento que Lugones nos convida a pensar sobre a colonialidade de gênero, a partir desse dualismo de sexo em povos e culturas originárias. Principalmente para confrontar as colonialidades que existem em cada aspecto da vida, para compreendermos como a subjetividade/intersubjetividade são formadas “por meio da agência dessas mulheres, se pode encontrar histórias de resistência em comunidades, a serem contadas para construir modos de ser, valorar e acreditar anticapitalistas e desviantes do imaginário colonial” (ROSENDO; OLIVEIRA; KUHNEN, 2020, p. 98-99).

Ao construir outros modos de ser, desvencilhando do imaginário colonial, machista, sexista, muitas mulheres quebram esses paradigmas ao fixarem que “*antigamente uma mulher quando ela separava era motivo de vergonha [P-8]. Mas hoje em dia, ela pode se considerar uma mulher feliz, realizada por ter se separado e ter saído de um relacionamento abusivo [P-1]. ‘Sem um braço quebrado, sem um dente quebrado’ [P-8]. Uma chama atenção ao fato de nunca ter escutado o termo: ‘fulana largada de fulano’. Se referindo a uma mulher que separou de seu companheiro [P-10]. Uma diz que isso é muito comum na região. Outra*

*afirma que mulher foi feita para ser tratada bem, mulher foi feita para todos os dias ouvir um eu te amo, que se não fosse a mulher não teria nem homem” [E3-P8]. (Diário, julho de 2022).*

Os apontamentos demonstram uma realidade intrínseca da cidade de Santo Antônio de Pádua, assim como as potencialidades que vêm sendo discutidas pelas mulheres do município. Isso reflete que, por mais que os “ismos” de dominação estejam tão presentes nas vidas das mulheres, já conseguimos pensar em outras formas de vida, sendo possível uma vida sem violência. O desafio de quebrar o ciclo da violência e não as aceitar pressupõe um avanço no enfrentamento.

*“Conversando sobre violência doméstica, uma participante menciona que uns dias antes de expulsar o ‘traste’ de casa, todas as vezes antes de dormir ela orava. Ele estava dormindo, durante um sonho ela sentiu o companheiro dando uma facada e abrindo a barriga dela. Acordou durante a madrugada chorando. Na mesma semana tiveram uma discussão e ela decidiu trocar o cadeado. Disse as vezes quando você está perto de ir Deus te dá um alerta. Para trocar o cadeado, ela procurou uma vizinha para trocar o cadeado da casa dela. Assim entregava o cadeado dela com as chaves e ficava com o cadeado da vizinha. Foi o que ‘prende’ o companheiro para fora de casa e pôs fim no relacionamento. Ainda conversando conta que uma vez o filho dela bateu na namorada dele, e nora ligou dizendo que o filho dela estava batendo nela. Chamou a vizinha e foi até a casa do filho, chegou abrindo o portão, passou a mão na corrente e bateu nele. Foi até a delegacia deu parte do próprio filho, o policial até se assustou e disse que ‘nunca ouvi falar disso’ a própria mãe denunciar o próprio filho. E ela respondeu que ela não gostava de apanhar e não queria que ele fizesse isso com ninguém, até a nora não queria assinar o papel e ela incentivou a assinar” [referência ao – E3-P8] (Diário, julho de 2022).*

Histórias como essa não são tão recorrentes no cenário de Pádua. Muitas mulheres ainda vivem sob o julgo da violência e se mantêm reféns desses relacionamentos abusivos. Durante as rodas de conversas, diversas vezes mencionamos sobre conhecermos alguém vítima de violência, mas que não conseguem sair do relacionamento abusivo. Em sua grande maioria, as mulheres que se livraram dos seus algozes incentivam as vítimas a saírem dos relacionamentos tóxicos e violentos.

As marcas de uma violência se entranham na invisibilização do contexto de violência que as mulheres se encontram. Sem apoio familiar, sem assistência especializada, muitas não conseguem visualizar como podem sair do ciclo de violência. Ou quando, por uma resiliência muito grande, conseguem escapar da rede de violência, tendem a enfrentar o medo de insegurança vivenciarem um relacionamento saudável. Parece que ficamos reféns da: “[...]”

*cicatriz de alma. Quando você fala vem tudo [as violências, por ter forças para ter saído dela], isso gera muita força. P-10. Parece que é um turbilhão de emoções, dá vontade de você chorar, dá vontade de você gritar, dá vontade de você sorrir” E3 - P-8. Disseram que é difícil acostumar-se em ser amada. Será que ele vai me bater, será que ele vai me xingar? É como se perdêssemos a confiança de ser feliz novamente.” [referência ao – E3-P8] (Diário, julho de 2022).*

Ao mesmo tempo que os relatos das Rodas de Conversas tenham nos afetado tão intensamente, enxergamos ali um ponto de aprendizados, ressignificação e apoio umas com as outras. Podemos, por nós mesmas, compreender o que a violência marca/marcou em nossas vidas. Tivemos oportunidade de externalizar em palavras nossas próprias conceituações do que seja a violência: *“Violência doméstica é a partir do momento que o marido chega estressado do serviço, chuta o portão, chuta o cachorro, bate à porta da geladeira e bate à porta do guarda-roupa. Ele não quer chutar o cachorro, nem o guarda-roupa, nem o portão, ele quer socar a tua cara”* [referência ao – E3-P8] (Diário, julho de 2022).

Foi cirúrgico ao mobilizarmos nossos afetos para compartilharmos as dores umas das outras. Partilhar a revolta e o sentimento de que nenhuma mulher deve passar por uma violência, pois a brutalidade de uma violência está constantemente ameaçando roubar-nos a vida diariamente. Então para nós ‘metermos a colher’, ultrapassa um ‘slogan’ e se torna um compromisso de sobrevivência.

*“Já caminhando para o final, uma voz diz: Fiz isso com meu irmão. Menciona que a cunhada ligou para ela de madrugada, contando que ele tinha quebrado a casa toda, quando chegou lá as crianças estavam todas dentro do banheiro e a casa toda quebrada, e a esposa chorando. Mas a cunhada não queria ir para a delegacia assinar, mas ela incentivou dizendo que as crianças estavam presas no banheiro, que o policial teve que arrombar a porta para tirar e que ela apoiaria a cunhada. Assim a irmã incentivou a denúncia contra o próprio irmão, para preservar a vida da cunhada”* [referência ao – E3-P7] (Diário, julho de 2022).

Histórias como essas não costumam ser frequentes no município. Cotidianamente, vemos casos de pessoas que preferem não se envolver em situações de violência no ambiente doméstico ou contra as mulheres. Pelo fato de atuar no enfrentamento da violência contra as mulheres em Pádua, algumas pessoas já possuem este reconhecimento vinculado a mim: *“Em uma manhã quando decido ir comprar ração para minha cachorra a dona do estabelecimento começa a me perguntar sobre o assunto da violência contra as mulheres no município. Durante a conversa o esposo dela interrompe o assunto e relata que é muito difícil lidar com uma briga de casal. Ele diz que pra ele olhando de fora, já sente medo de se*

*intrrometer e o ‘cara’ fazer alguma coisa com ele. Imagina para a mulher que está sofrendo a violência ou outra mulher tentando intervir”* (Diário, outubro 2022).

O imaginário social das pessoas residentes no interior ainda enfrenta grandes barreiras quando se pensa a violência enquanto um caso público ou privado. As lógicas coloniais e hegemônicas estão presentes na visão do mundo da maioria das pessoas, principalmente ao enxergarem a violência doméstica enquanto um ato privado, isto é, como uma situação no qual não deveriam se envolver.

Logo, a consequência dessa hipótese é a de que esses fantasmas coloniais, ainda muito marcados pelo sexismo, pelo racismo, são estruturais. Fazendo com que – apesar da existência de um problema sistêmico de violência contra as mulheres – não haja uma organização social no enfrentamento das violências contra as mulheres, principalmente em Santo Antônio de Pádua uma vez que vivencia eminentemente os processos hegemônicos cotidianamente no seu âmbito social, político e cultural.

Atuar na contramão dessa lógica significa resistência diária. As atuações no âmbito do enfrentamento surgem como trabalhos de pequenos passos, mas que geram um impacto de grande proporção no município. O desafio deste trabalho é também dar visibilidade a essas linhas que facultamos desnaturalizar, sobrevivendo da luta diária das sobreviventes de um sistema de violência e das ativistas que cotidianamente resistem a esse sistema opressor e violento.

Durante as Rodas de Conversa ficou evidente o quanto já avançamos, mas também demonstrou o quanto ainda precisamos avançar. Em todos os encontros foram mencionados sobre a escassez de políticas públicas, falta de preparo das equipes de atendimento, inexistência de serviços especializados, dificuldade dos órgãos existentes no amparo e acolhimento das vítimas, ausência de uma casa de passagem, necessidade de ampliar a propagação dos direitos das vítimas (ação educativa sobre a divulgação das leis) e falta de apoio psicológico.

Sobre a capacitação dos profissionais, vimos durante as rodas que: *“Capacitar é algo contínuo, que seja reciclado. As ausências são correspondentes do medo. Quando são mencionados para as mulheres que existem direitos disponíveis a elas, existe um bloqueio”* [referência ao – E3-P2] (Diário, julho de 2022). No próprio encontro conversamos sobre o papel do CRAS no fortalecimento de vínculos, pois ele atende, mas não acompanha; surge como uma porta de entrada, mas não realiza o acompanhamento das vítimas.

Em todos os encontros, alguma participante mencionou o fato de ter sido vítima ou presenciado uma situação de violência. Na maioria eram histórias de vizinhas ou parentes

próximos, muitas vezes ao presenciarem a violência não sabiam como proceder para ajudar. Até acionavam a polícia ou levavam à delegacia, mas não sabiam onde procurar assistência após a denúncia.

Por falta de confiança no sistema de acolhimento ou enfrentamento, as vítimas ou pessoas próximas a elas cogitaram a não buscar ajuda. Principalmente em casos que não estavam relacionados à violência física, mas a violência moral ou psicológica. *“Quando a aluna trans teve impedimento para acessar ao banheiro na escola, ela e o namorado tiveram desânimo ao buscarem ajuda, por falta de apoio”* [referência ao – E2-P3] (Diário, julho de 2022).

Neste mesmo encontro, *“uma aluna da UFF menciona que não se sente segura em Pádua, relembrou um fato de uma menina que sofreu um estupro na região* [referência ao – E2-P9] (Diário, julho de 2022).” E uma pergunta que pairava o ambiente era: *“O que a ocorrência gerou na garantia de direitos dessa mulher?”* [referência ao – E2] (Diário, julho de 2022). Talvez esse seja o maior questionamento de violência das vítimas ou pessoas próximas a elas. Acredito que as denúncias gerem estatísticas da quantidade de casos de violência em Pádua, pois casos subnotificados podem dificultar a efetivação de criação de políticas públicas e dados que possam ser utilizados para confrontar o poder público na garantia de direitos.

Alguns relatos durante a roda estavam relacionados com medo do companheiro, por não se sentirem seguras após a denúncia. Principalmente por Pádua não ter uma casa de acolhimento, obrigando a essas mulheres a se refugiarem na casa de parentes. Outros fatos de impedimento para a denúncia estavam associados ao fator religioso:

*“Na família, visualizam uma situação de violência, sabem que essa mulher está passando por uma violência que não é física, mas é moral e psicológica muito forte. Em que o marido domina totalmente, inclusive a reprodutividade dela. Mas que por questões religiosas, a vítima sem poder ter filhos, engravida, manipulada pela dominação, uma dominação velada, amparado pelo fundamentalismo religioso. Se utilizando do argumento: ‘Porque Deus quer, é nosso milagre’. Sendo que todos ao redor veem que a vítima teve um câncer, e teve de interromper o tratamento. E sabem que a sobrevivida já é bem menor e com a gravidez coloca mais em risco a vida desta mulher. Mas que ainda assim ela acabou ouvindo de um profissional da psicologia que ela responsável pelas escolhas que estava fazendo. Mas ela não se vê como vítima, ou seja, o profissional corresponsabiliza a mulher”* [referência ao – E3-P6] (Diário, julho de 2022).

Em outro encontro ouvimos que: *“Durante 2 anos ela havia vivido em um relacionamento violento por ciúmes de outros homens. No entanto, ela levou isso para a liderança da igreja, mas eles não fizeram nada e aconselhavam que ela deveria perdoar. Até que em um momento ela decidiu terminar o noivado, após estarem 3 anos juntos. Quando ele arremessou o celular no rosto dela e ela teve que ir ao hospital. Mas ela decidiu não denunciar por conta da igreja, também por conta da família dela e da família dele. Ao momento que tomou essa decisão de rompimento as pessoas da igreja viraram as costas para ela”* [referência ao – E2-P7] (Diário, julho de 2022).

A opressão do ambiente religioso a essas mulheres revela o quanto que os fantasmas coloniais, marcados pelo sexismo, pelo racismo, foram se perpetuando estruturalmente, e que ainda estão presentes nas esferas sociais. Um lugar que deveria ser de acolhimento às vítimas, deposita ainda mais violência sobre esses corpos, causando a revitimização dessas mulheres. Isso reafirma a ideia que:

A violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. (BANDEIRA, 2014, p. 259).

Essa ordem patriarcal impacta não somente os ambientes religiosos, mas todo o imaginário social dos moradores de Pádua. E isso acaba impactando na mobilização coletiva das mulheres e na implementação de políticas voltadas à segurança destas, pois, ao manter as estruturas de dominação e poder, desestruturam os avanços no enfrentamento da violência de gênero na cidade. Nesse sentido que o homem, enquanto eterno colonizador, destrói os imaginários, as invisibilizando e subalternizando-as, enquanto reafirma o próprio imaginário para manter sua estrutura de poder e domínio sobre esses corpos.

Na contraproposta dessa hegemonia que o Feminismo Decolonial se apresentou como uma importante chave que tende a confrontar essa imposição, desarticulando esses “ismos” de dominação e as violências sistêmicas na cidade de Santo Antônio de Pádua. Trata-se de um feminismo possível para pensarmos a partir da nossa realidade nossas próprias condições, a partir do nosso cenário e desde nosso território, confrontando as violências direcionadas às mulheres interioranas, negras e camponesas, que foram invisibilizadas e brutalmente violentadas ao longo dos anos.

A Roda de Conversa nos permitiu ocupar/disputar os espaços de discussão da violência de gênero contra as mulheres, a partir dos olhares das próprias protagonistas.

Trazendo desde relatos das violências vividas por elas, territorializando não somente a discussão, mas reivindicando o fim das fronteiras que estruturam a colonialidade do gênero e do poder, unindo forças das mulheres interioranas para a construção de uma política de tradução que seja luz sobre novas teorias práticas e políticas do feminismo decolonial.

Estas são projeções que estabelecemos a partir das Rodas de Conversa, que visaram a transformação social e política – mas reconhecemos que acontecem a pequenos passos, pois necessitam de um engajamento diário para que haja o fortalecimento dessas traduções e construção de novos processos emancipatórios às mulheres deste território. Logo, esta luta não se configura enquanto acabada, pois a subversão da colonialidade de gênero e do poder é alcançada diariamente por meio das zonas de tradução das mulheres interioranas, negras, periféricas, indígenas, subalternizadas e tantas outras que vêm narrando suas próprias histórias.

## 6 CONCLUSÃO

Mediante todas as fases de investigação, esta dissertação de mestrado passou por muitos (des)caminhos, e traduz-se em dar visibilidade a importância dos protagonismos das mulheres interioranas na construção do que a academia tem chamado de Feminismo Decolonial; ou seja, de um movimento teórico e prático que confronte as colonialidades de gênero, saber, ser e do poder, a partir de seus próprios territórios. Vimos que as violências de gênero atravessam de maneira distintas os corpos territorializados, dentre os quais destacamos os das mulheres no interior do Rio de Janeiro, em especial Santo Antônio de Pádua.

Ao nos deparar com uma proposta que consideramos e abraçamos pelo seu caráter transgressor, introduzimos modos de escuta, olhar e escrita a partir – e em contato – com as mulheres de Pádua e não sobre as mulheres de Pádua. Logo, entendemos nos encontros das Rodas de Conversas uma forma de desobediência às amarras coloniais que nos foram impostas em todos os âmbitos. Assim, compreendemos como o pensamento do Feminismo Decolonial pôde contribuir para o entendimento da violência contra as mulheres permeadas pela colonialidade, sobretudo, na cidade de Santo Antônio de Pádua.

Essa escolha de entender a violência contra as mulheres, à luz do Feminismo Decolonial, provocou uma ruptura com os feminismos hegemônicos, descritos através de sucessivas ondas. Percebemos que essa categorização de ondas do feminismo configura-se enquanto uma perspectiva colonizadora, pois as mulheres nunca deixaram de lutar pela propagação da equidade e sobre a produção a respeito da própria opressão (GONZALEZ, 2020). Tendo isso em vista, compreendemos que as divisões em ondas atendem muito mais a um interesse da sociedade marcada pelas relações patriarcais em demarcar o que estamos fazendo enquanto parte de construto social, do que o que estamos produzindo, principalmente em nossa luta de resistência e conquistas de direitos.

Percebemos que por meio do contexto social e territorial de Santo Antônio de Pádua, as ativistas e protagonistas têm buscado construir suas próprias lutas para confrontar as violências e desestabilizar a dominação dos seus corpos. Reconhecemos que as produções até aqui têm ganhado força para o avanço da discussão da violência de gênero contra as mulheres no município. No que diz respeito às articulações em prol dessas, temos visto o surgimento de manifestos culturais, expressões artísticas, manuscritos, produções acadêmicas, levantando uma força de luta e movimentação para propagação desse enfrentamento da violência de forma articulada colaborativamente. Isso demonstra quanta força e rigidez que esse movimento tem ganhado, pois, mesmo em um cenário com tantas barreiras, mulheres têm se

levantado em busca de melhores condições de vida, para que possam viver livres da violência no âmbito doméstico e social. É nesse sentido que durante as Rodas de Conversa vimos o quanto podemos estar às margens de um sistema especializado no atendimento e enfrentamento de violências. Mas, individualmente, estamos nos esforçando, buscado lutar contra esse sistema opressor, apoiando umas as outras.

Ao iniciarmos as rodas, partimos de um princípio colaborativo e coletivo que contou com o protagonismo daquelas que se dispuseram não só a serem ouvidas e a escutar, mas também a refletir sobre o enfrentamento da violência de gênero e doméstica na cidade. Ao final, conseguimos revisitar alguns conceitos, questionar como os “ismos” de dominação se materializaram de diferentes formas às vidas das mulheres no interior; isto é, pensando a partir de nossa realidade as ausências que nos foram impostas.

Desde logo, destacamos que pensarmos toda essa problemática acerca da hipótese do trabalho é trilhar um caminho desafiador de interrupção dos silêncios, para que nos fosse possível confrontar e compreender as articulações das violências de gênero e contra as mulheres em Santo Antônio de Pádua. Presumimos que a continuidade em busca de uma vida sem violência é algo contínuo e gradual, que vai se consolidando a partir das iniciativas sociais, políticas, culturais, educacionais e transgressoras.

Entretanto, reconhecemos que o trabalho não consegue atender a todas as demandas e respostas devido à complexidade que perpassa o contexto estudado. Existem limitações que não conseguimos avançar durante a escrita de uma dissertação, mas que se estruturam enquanto propostas futuras. Ao reconhecermos essas limitações, significa admitir que a pesquisa esteve comprometida com as protagonistas e não com o resultado previamente estabelecido. Isso expressa o comprometimento com os afetos, os encontros e as dores de cada mulher. Ao assumirmos esse compromisso, rompemos com uma pesquisa que se delimitasse a teoria para dar uma resposta, mas nos aprofundamos nas vozes, nas escutas, para que o protagonismo trouxesse sentido à teoria. No processo dos encontros fomos atravessadas por cada realidade que vinha sendo narrada pelas próprias mulheres. E, a partir de cada roda de conversa, foi possível implementar uma forma de construirmos nosso Feminismo Decolonial do interior, questionando as práticas machistas, transfóbicas e racistas, assim como questionar as dominações religiosas e repúdio aos serviços segurança e atendimento às vítimas de violência.

Nesta pesquisa de práticas interventivas foi possível não somente proporcionar um diálogo em torno da violência de gênero contra as mulheres, mas atribuir reconhecimento aos mecanismos de opressão e dominação dos corpos. Dito isto, o que nos levou a pesquisar o

atual tema passou pelos seguintes questionamentos iniciais: *quem são essas mulheres que estão desprotegidas pelo Estado; qual tem sido o papel do Estado e do feminismo eurocentrado na reprodução das violências contra as mulheres; como o Feminismo Decolonial poderá propor novas formas de justiça e de compreender a violência contra as mulheres?* As respostas para estas perguntas foram sendo encontradas ao longo do decorrer da pesquisa, principalmente após o fim dos encontros das rodas de conversas.

Neste decurso, identificamos durante as rodas de conversa que: (i) As mulheres que estão desprotegidas pelo Estado são aquelas que vivem à margem dos serviços de atendimento que dizem respeito à saúde, justiça, segurança pública e assistência social. Ou seja, as mulheres paduanas estão desassistidas desses elementos cruciais para sua integridade; (ii) O papel do Estado e do feminismo eurocentrado na reprodução das violências contra as mulheres tem se dado no silenciamento das mulheres interioranas e nas ausências de políticas voltadas ao interior que pensem as realidades de acordo com os atravessamentos daquele território; (iii) O Feminismo Decolonial se demonstrou possível de propor novas formas de justiça e de compreender as mulheres, principalmente no interior, pois descoloniza o feminismo, contribuindo para pensar as mulheres não enquanto objetos de poder, mas questionando as contra-hegemonias, sendo uma epistemologia necessária para pensar as violências de gênero contra elas nestes contextos.

Dadas respostas para a hipótese, pensamos sobre o objetivo geral e os específicos da pesquisa. O objetivo geral da pesquisa consistiu em mostrar a invisibilização que as produções e articulações de mulheres no interior possuem, assim como descrever e visibilizar novas práticas no enfrentamento da violência de gênero e doméstica na cidade de Santo Antônio de Pádua. Essas respostas foram viabilizadas por meio do capítulo - Confrontando o *espaço-tempo* do *lócus* da pesquisa, onde buscamos dar visibilidade as produções realizadas em Santo Antônio de Pádua, demonstrando as mobilizações que estão sendo realizadas ao longo dos anos e no capítulo análise dos dados debatemos sobre as rodas de conversa pensando também as articulações das mulheres no interior e os relatos de violência.

A fim de atender os objetivos propostos da pesquisa, pensamos a sistematização da parte teórico-metodológica tridimensionalmente, tal como apresentado na metodologia, que teve o intuito de corresponder às especificidades da pesquisa, respondendo os questionamentos que foram sendo incorporados no decorrer do trabalho. Baseado nestes aspectos, optamos por superar uma maneira engessada de produção de pesquisa, sem uma linearidade enrijecida, mas guiada a partir dos encontros e dos diálogos para viabilizar novas possibilidades.

Assim, optamos por uma pesquisa que respeitasse as vozes das protagonistas e as partilhas geradas durante os encontros, a partir dos relatos vividos por cada mulher. Esta maneira de enxergar o trabalho resulta em estabelecer compreensões a partir da interpretação das próprias protagonistas, expostas por meio do diário de campo. E isso significa que esta abordagem respeitou a triangulação da pesquisa teórica/metodológica, na sistematização das propostas pensadas por meio da instrumentalização de identificação para ouvir as vozes dessas mulheres.

Este posicionamento carrega o significado ético-político de pesquisas comprometidas em não transformar o estudo em um instrumento de dominação. Isso permitiu que não atuássemos enquanto pesquisadora e ‘objetos de estudos’ sendo interrogados, mas em uma rede que contrapôs uma pesquisa hierárquica, sendo a pesquisa uma parte integral das lutas e narrativas construídas. Com esse enfoque, este trabalho oportunizou o erguimento de uma nova perspectiva de justiça, novos elementos políticos, sociais, ativistas, mobilizatórios e de enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres em Santo Antônio de Pádua.

Os conceitos compreendidos por nós neste sentido carregam o significado a seguir:

- *Perspectiva de Justiça*: através da Perspectiva dos Funcionamentos (PdF), pudemos dar vozes às mulheres por meio do processo da sensibilização para promover debates, discussões e o levantamento de um ativismo político em prol da violência de gênero contra as mulheres na cidade;
- *Políticos, sociais*: permitiu avançarmos em práticas, intervenções e mobilizações que se comprometessem com o avanço do enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres, não somente no contexto epistêmico, mas estruturalmente no eixo da cidade, questionando o desamparo do Estado e a inexistência de políticas públicas voltadas ao atendimento às mulheres em Santo Antônio de Pádua;
- *Mobilizatórios e ativistas*: introduziu o debate sobre as colonialidades e lógicas hegemônicas no contexto do interior para pensar as relações de poder e dominação sobre esses corpos territorializados, estabelecendo uma possível organização coletiva para pensarmos um Feminismo Decolonial do interior, representado em todas as ações desenvolvidas que confrontaram o cenário de violência de gênero contra as mulheres no *locus* da pesquisa.

Os resultados mais significativos da pesquisa estão em denunciar a invisibilização das mulheres no interior da agenda governamental e do feminismo convencional, os quais

deixaram de lado as intersecções encontradas fora dos centros urbanos, de mulheres que vivem na margem das políticas de atendimento e enfrentamento. A pesquisa se dá enquanto repúdio das violações às mulheres interioranas, que são diariamente vitimadas pela violência de gênero e pelo apagamento sistêmico de suas vozes e vidas.

A contribuição resulta em quebrar o silenciamento e romper com as fronteiras que nos foram impostas. Possibilitando novas formas de fortalecer as lutas sociais e comunitárias pelo fim da violência de gênero contra as mulheres no interior, em prol de um protagonismo em todas as esferas políticas, sociais e ambientais. Sendo possível, por meio dessas ações, confrontar as hegemonias, as colonialidades de gênero e do poder à luz do Feminismo Decolonial do interior.

Dessa forma, a dissertação reitera comprometimento político e social frente às seguintes ações: a) confrontar o cenário de violência de gênero contra as mulheres; b) contestar as hegemonias e colonialidades de gênero e do poder; c) reivindicar a inclusão de mulheres do interior no Feminismo Decolonial; d) dar visibilidade às produções e articulações de mulheres no interior; e) reivindicar a ampliação de políticas públicas para o combate à violência de gênero contra mulheres do interior; f) defender a seguridade das mulheres nos campos políticos e sociais; g) ampliar a discussão da violência de gênero contra as mulheres para o fortalecimento do enfrentamento da violência no *locus* da pesquisa.

Na parte que conclui o estudo, trouxemos elementos que revisitaram a condução da pesquisa, desde as reflexões, incorporações e questionamentos. Todo repertório apresentado e discutido teve a intenção de questionar as lógicas hegemônicas, patriarcais e da colonialidade de gênero e confrontar os “ismos” de dominação – tão vívidos em Santo Antônio de Pádua, que contribuem principalmente no silenciamento das mulheres que vivem neste território. Na contramão desses domínios, nos fazemos ser ouvidas para que possamos continuar construindo outros modos de vida sem violência.

## REFERÊNCIAS

ACHILLI, Elena. **Investigación y formación docente**. Rosario: Laborde Editor, 2000.

AGUIAR, Janaina M. *et al.* Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher – São Paulo, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, e190486, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190486>.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de. Natureza amazônica e educação ambiental: identidades, saberes docentes e representações sociais. **Revista Científica RUNA**, Azogues – Ecuador, v. 1, p. 51-70, dez. 2017.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; CORRÊA, Mariana Santiago Tavares. **Pedagogias e mulheres em movimentos: enfrentamentos à violência doméstica**. Curitiba: Appris, 2020.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8 n. 1, p. 229-236, 2000.

ARGYRIS, Chris; SCHÖN, Donald A. **Organizational learning: a theory of action perspective**. Harlow: Addison-Wesley, 1978.

BAHIA, Bruno. C. de M. **Curso Pensamento Decolonial** - 2020.3. Fundação CECIERJ/Extensão - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2020. [Apostila - Unidade 1].

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.

BARBOSA, Evandro; COSTA, Thaís Christina Alves. **Metodologia e prática de pesquisa em filosofia**. Pelotas: NEPFIL, 2015. (Série Dissertatio-Incipientes). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2019/02/3-metodologia-e-pratica-de-pesquisa-em-filosofia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BORTH, Luana Cristina *et al.* Network to combat violence against rural women: articulation and communication of services. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, supl. 3, p. 1212-1219, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0044>.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ODNH). Coronavírus: sobre o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. **MDH Notícias**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. [Lei Maria da Penha].

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2011.

BUENO, Samira *et al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3. ed. DataFolha - Fórum Brasileiro de Segurança Pública/FBSP. 2021.

SANTO ANTONIO DE PÁDUA. Câmara de Vereadores. **História**. 2019. Disponível em: <https://www.santoantoniodepadua.rj.leg.br/institucional/historia> Acesso em: 09 mar. 2023.

CAMPAGNAC, Vanessa (org.). **Dossiê mulher**: 2019. 14. ed. Rio de Janeiro: RioSegurança, 2019. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf). Acesso em: 09 mar. 2023.

CASTRO, Mary Garcia. Temas persistentes e enfoques emergentes. Resgatando o conceito de patriarcado em gênero. *In*: ARILHA, Magareth; CAETANO, André Junqueira; GUEDES, Moema; MARCONDES, Gláucia dos Santos (org.). **Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas**. Campinas: Librum: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2021. Brasília: CIMI, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW). **Recomendação Geral No 33 sobre o acesso das mulheres à justiça**. [S. l.]: CEDAW, 2015. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2016/02/Recomendacao-Geral-n33-Comite-CEDAW.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis v. 10, p. 171-188, jan./jun. 2002.

CURIEL, Ochy. Identidades sencialistas O Construcción De Identidades Politicas: El dilema de las feministas negras. **Otras Miradas**, Universidad de los Andes Mérida, Venezuela, v. 2, n. 2, p. 96-113, dic. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18320204>. Acesso em: 09 mar. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Clara. Aula 1. Disciplina Feminismos Decoloniais/PPGBIOS. Drive interno, novembro de 2021.

DIAS, Maria Clara. **Feminismos decoloniais: homenagem a María Lugones**. [S. l.]: Ape'Ku Editora, 2020. [Edição do Kindle].

DOSSIÊ MULHER 2021. 16. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2021. (Série Estudos, 2). Disponível em: [http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf](http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf). Acesso em: 09 mar. 2023

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. *In*: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina (org.). **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10313>. Acesso em: 09 mar. 2023.

ESPINOSA, Yuderkys. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación coconstitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Solar, Revista de Filosofía Iberoamericana**, Dossier Epistemologías Feministas Latinoamericanas, [s. l.], v. 12 n. 1, p. 141-71, 2017.

FERREIRA, Norma Sandra. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, ago. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: Vol. II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. [1987].

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GONÇALVES, Elaine. No último ano, uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos diz ter sofrido algum tipo de violência ou agressão, no Brasil. **Radio Agência Nacional**, São Paulo, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2021-06/violencia-domestica-pandemia-tornou-o-lar-ambiente-ainda-mais-hostil>. Acesso em: 09 mar. 2023.

GONÇALVES, Letícia; GONZAGA, Paula. *In*: DIAS, Maria Clara. **Feminismos decoloniais: homenagem a María Lugones**. [S. l.]: Ape'Ku Editora, 2020. [Edição do Kindle].

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. p. 39-51. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2019. p. 237-256.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GROSSI, Patrícia Krieger *et al.* A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digital**, [s. l.], n. 14, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/8144> Acesso em: 09 mar. 2023.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27 n. 2, p. 256-266, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020. p. 39-51.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015.

INSFRAN, Fernanda; MUNIZ, Ana. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates International Journal**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 26-47, 2020.

KATO, Karina Yoshie Martins. **A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade: o caso de Santo Antônio de Pádua (RJ)**. Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

KISS, Ligia B.; SCHRAIBER, Lilia B.; D'OLIVEIRA, Ana F. P. L. Possibilities of a Cross-sector Assistance Network for Women Subjected to Violence. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11 n. 23, p. 485-501, set./dez. 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Colonialidade de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020. p. 53-83.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22 n. 3, p. 935-952, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

MALTA, R. B. *et al.* Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 3, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030001>.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18 n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf> Acesso em: 09 mar. 2023

MEDEIROS, Luciene. **Em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher: políticas públicas no enfrentamento à violência doméstica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Reflexão, 2016.

MELLO, Ana Luiza Gonçalves Dias. **Por uma formação antiespecista na escola pública**. Orientadora: Rita Leal Paixão. 2021. 156 f. Tese (Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22 n. 9, p. 3077-3086, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MIÑOSO, Y. E. **Sobre porque é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental**. São Paulo: Masp Afterhall, 2020.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación con-constituida de la modernidade occidental y el fin de la política de la identidad. **Solar**, Lima, v. 12 n. 1, p. 146., 2012.

NERY, Maria Clara; LUTZ, Armgard; MORAES, Ana Paula. Violência contra a mulher sobre o enfoque da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth: uma reflexão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL, 16., 2014, Cruz Alta. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.]: UNICRUZ, 2014. Disponível em: [unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20UMA%20VIDA%20LIVRE%20DE%20VIOLENCIA/ARTIGO/ARTIGO%20-%20VIOLENCIA%20CONTRA%20A%20MULHER%20SOBRE%20O%20ENFOQUE%20DA%20TEORIA%20DO%20RECONHECIMENTO%20DE%20AXEL%20HONNETH%20UMA%20REFLEXAO.PDF](http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20UMA%20VIDA%20LIVRE%20DE%20VIOLENCIA/ARTIGO/ARTIGO%20-%20VIOLENCIA%20CONTRA%20A%20MULHER%20SOBRE%20O%20ENFOQUE%20DA%20TEORIA%20DO%20RECONHECIMENTO%20DE%20AXEL%20HONNETH%20UMA%20REFLEXAO.PDF). Acesso em: 09 mar. 2023.

OLIVEIRA, Ana Caroline A. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios – Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, v. 6 n. 10, 2020. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/244895>. Acesso em: 09 mar. 2023.

OLIVEIRA, F. Feminismo, luta anti-racista e bioética. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 73-107, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1775> Acesso em: 09 mar. 2023.

OLIVEIRA, Fabio; JESUS, Jaqueline Gomes de. As faces da opressão: sobre a natureza da violência transfóbica. *In*: SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara (org.). **Mulheres: violências vividas**. Rio de Janeiro: Ed. Ape'Ku, 2019.

OLIVEIRA, Fátima; FERRAZ, Thereza C.; FERREIRA, Lívia C. O. Idéias feministas sobre bioética. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9 n. 2, p. 483-511, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200009>.

OLIVEIRA, Iolanda. A Construção Social e Histórica do Racismo e suas Repercussões na educação Contemporânea. **Cadernos Penesb – FEUFF**, Niterói, n. 9, p. 257-281, dez. 2007. Disponível em: [http://www.uff.br/penesb/images/jdownloads/Publicacoes/Penesb-9\\_v7.2\\_capamiolo.pdf](http://www.uff.br/penesb/images/jdownloads/Publicacoes/Penesb-9_v7.2_capamiolo.pdf). Acesso em: 09 mar. 2023.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, p. 15-40, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência**. [S. l.]: OMS, 2010. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359por.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

PAINEL Regional: Noroeste Fluminense. Observatório Sebrae/RJ, Rio de Janeiro, 2015. 16 p., il 30 cm. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel\\_NoroesteFluminense.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_NoroesteFluminense.pdf). Acesso em: 09 mar. 2023.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 237-253, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200015/7904>. Acesso em: 09 mar. 2023.

PIVA, Ângela; SEVERO, Ariane; DARIANO, Jussara. Poder e violência: formas de subjetivação e desubjetivação. **Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, v. 2, p. 63-77, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 09 mar. 2023.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11 n. 2, dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802008000200008>.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado: alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. Orientador: Darlei Dall'Agnol. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 89, p. 153-170, 2010. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097RCCS\\_89\\_Cecilia\\_Santos.pdf](https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097RCCS_89_Cecilia_Santos.pdf). Acesso em: 09 mar. 2023.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Assistência a mulheres em situação de violência: da trama de serviços à rede intersetorial. **Athenea Digital**, [s. l.], v. 12 n. 3, p. 237-254, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v12n3.1110>.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. *In*: BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra (org.). **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 328-354. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9 n. 2, p. 21-38, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v9n2/a03.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 36 n. 2, p. 207-216, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3073/307332697009/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

TOJAL, Ana Lúcia Soares *et al.* Rede de enfrentamento à violência contra a mulher: situação dos serviços especializados no município de Maceió. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Itajaí, v. 3 n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14210/rbts.v3n2.p13-22>.

VELLASCO, Maria Thereza Caldas; DAHER, Marinice Vieira (org.). **A casa de Visconde Figueira**: história da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua. Santo Antônio de Pádua: [s. n.], 2007.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. Tradução: Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 166 p. [Título original: Une théorie féministe de la violence].

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>.

WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

YOUNG, Iris Marion. Cinco faces da opressão. Tradução: Marina Cortez [Artigo originalmente publicado em inglês sob o título “Five Faces of Oppression” (The Philosophical Forum, v. 19 n. 4, p. 270-290, Summer, 1988)]. **RDP**, Dossiê Temático: Igualdade e Diferença: Dilemas e Desafios do Uso de Categorias Identitárias para a Promoção dos Direitos Fundamentais de Minorias Políticas, Brasília, v. 18 n. 97, p. 475-501, jan./fev. 2021.

**ANEXOS**

## ANEXO A – DESCRITIVO – PROJETO NÓS PÁDUA

## NÓS: MAPEANDO E ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO NOROESTE FLUMINENSE - RJ

## GT DIVERSIDADE 2022

## REUNIÕES

Essa iniciativa de mobilização e organização tem como objetivo geral promover um espaço seguro de troca e ideias **entre / para / com mulheres** (*cis, trans e travestis*) sobre o tema da violência doméstica contra mulheres, através de um cronograma de rodas de conversas. As rodas de conversa ocorrerão no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (INFES-UFF), em Santo Antônio de Pádua, e terá como enfoque levantar dados sobre a violência contra as mulheres no município e cidades vizinhas. Este espaço de diálogo, além de permitir a reflexão acerca do enfrentamento à violência contra às mulheres em diversos âmbitos e contextos, também se configura enquanto um espaço de acolhimento e escuta, ou seja, de sororidade / dororidade. Respeitando toda as regras de ética em pesquisa – que inclui o anonimato das mulheres participantes -, esse trabalho servirá de inspiração para a redação de um dos capítulos da dissertação de mestrado “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS: enfrentamento à violência doméstica durante a pandemia da Covid-19”, de autoria de **Mariana Santiago** - Orientadora Maria Clara Dias (UFRJ) e Co-orientador Fabio A G Oliveira (UFF) -, condutora e mediadora das rodas deste projeto, cujo objetivo é o de mapear, mas também propor caminhos para a efetivação de políticas públicas que visem a erradicação da violência de contra as mulheres no âmbito doméstico.

## CALENDÁRIO

REUNIÃO INAUGURAL		
Dia 25/04/22 (segunda-feira)	Horário: 16:00h – 18:00h	Pauta: Escuta e acolhimento, explicando a proposta do enfrentamento à violência contra as mulheres em Pádua.
REUNIÃO 2		
Dia 09/05/22 (segunda-feira)	Horário: 16:00h – 18:00h	Pauta: Demandas da garantia de direitos de mulheres em Pádua: Políticas Públicas
REUNIÃO 3		
Dia 23/05/22 (segunda-feira)	Horário: 16:00h – 18:00h	Pauta:
REUNIÃO 4		
Dia 06/06/22 (segunda-feira)	Horário: 16:00h – 18:00h	Pauta:
REUNIÃO 5		
Dia 20/06/22 (segunda-feira)	Horário: 16:00h – 18:00h	Pauta:

Local: INFES-UFF

## ANEXO B – IMAGEM-CONVITE – PROJETO NÓS PÁDUA



## ANEXO C – CALENDÁRIO – PROJETO NÓS PÁDUA

The graphic features a background of faint, overlapping newspaper clippings. At the top left is a stylized line drawing of a person's profile with a speech bubble. To its right, a dark red speech bubble contains the text 'Roda de conversa'. Below this, a dark red rounded rectangle contains the dates 'DOS DIAS 09 MAIO À 04 JULHO 2022'. In the center, a dark red rounded rectangle contains the word 'CALENDÁRIO'. A large, light brown speech bubble in the center contains three dates: 'Dia 09/05/22', 'Dia 06/06/22', and 'Dia 04/07/22'. At the bottom right, there are two logos: a colorful geometric logo and the text 'GT pela Diversidade'.

Roda de  
*conversa*

DOS DIAS 09 MAIO  
À 04 JULHO 2022

**CALENDÁRIO**

Dia 09/05/22

Dia 06/06/22

Dia 04/07/22



GT pela  
Diversidade

## ANEXO D – CONVITE – PROJETO NÓS PÁDUA



Dia 09 maio 2022  
às 16:00h

Você está convidada para estar conosco em nossa primeira roda de conversa do Projeto Nós em Pádua. Essa iniciativa de mobilização e organização tem como objetivo geral promover um espaço seguro de troca e ideias **entre / para / com mulheres** (cis, trans e travestis) sobre o tema da violência doméstica contra mulheres. Este espaço de diálogo, além de permitir a reflexão acerca do enfrentamento à violência contra às mulheres em diversos âmbitos e contextos, também se configura enquanto um espaço de acolhimento e escuta, ou seja, de sororidade / dororidade.

